

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 25 de Setembro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1243 • Director: Carlos Brito

## Sector público... Sim! Em nome do futuro

A luta contra as privatizações, por um sector público forte e dinâmico e serviços públicos de qualidade, é uma luta oportuna.



■ Francisco Lopes Pág. 18

## Autópsia de uma votação no PE

Um enquadramento e um relato úteis para informação e reflexão.

■ Sérgio Ribeiro Pág. 19

## Os partidos políticos

O PCP: traços gerais da sua história e desenvolvimentos revolucionários

■ Pedro Ramos de Almeida Págs. 22 e 23

## Da doutrina Clinton ao capitalismo antropofágico

■ Miguel Urbano Rodrigues Págs. 24 e 25

## Para humanizar Lisboa

Lançar as bases da Lisboa do Século XXI e construir uma região da Área metropolitana são objectivos centrais que deverão mobilizar os que em Lisboa vivem e trabalham.

■ Modesto Navarro Págs. 20 e 21

## INTERNACIONAL

## Cimeira franco-alemã Divergências em banho-maria

Pág. 15

## Guterres vai mais longe que o cavaquismo

# FÚRIA PRIVATIZADORA

Carlos Carvalhas  
no Encontro Nacional  
dos Trabalhadores Comunistas  
do Grupo Portugal Telecom

«Enquanto houver património para vender, tal como o herdeiro que desbarata a herança, vai havendo dinheiro para se comprar ao estrangeiro aquilo que se deixa de produzir no País.»

Págs. 5 e 6

**Ao comemorar, no próximo  
dia 1 de Outubro, o seu 27.º aniversário**

# CGTP reafirma princípios e confiança na luta

Págs. 9 e Centrais



## Dois pesos

**U**m grave alerta: «A sobreposição do critério do lucro ao desenvolvimento vai desde logo acabar com a criação de novos serviços e a degradação dos existentes onde os lucros não paguem os custos do investimento.» Foi lançado no Encontro Nacional dos Trabalhadores Comunistas do Grupo Portugal Telecom a propósito da 3ª fase da privatização da empresa, prevista

para Outubro.

O alerta não é uma qualquer previsão teórica, traduz a sofrida experiência do que o processo das privatizações das grandes companhias tem representado para o público em geral e para os trabalhadores das respectivas empresas. Assenta no que se está a passar na própria Portugal Telecom, depois das duas primeiras fases da privatização. Tem presente as consequências extremamente negativas das privatizações, nomeadamente, da Rodoviária Nacional e da EDP para a generalidade dos utentes e em especial para as populações do interior do país que vêem suprimidos todas as carreiras e serviços que não sejam imediatamente lucrativos.

Com base nesta experiência, pode-se dizer que as privatizações significam não apenas a liquidação de empresas públicas, mas a liquidação do próprio serviço público pelas empresas privadas.

O Encontro dos comunistas da Telecom desmascarou também o anunciado aumento das tarifas telefónicas, que representa uma pesado encargo para a maioria das famílias portuguesas, e os preparativos para a supressão de postos de trabalho, associado a toda a casta de discriminações laborais, como perversas consequências inseparáveis do processo de privatização.

A decisão dos trabalhadores da Telecom de prosseguirem e intensificarem a luta contra as condições em que o Governo se prepara para levar a cabo a 3ª fase da privatização não representa apenas um esforço para defender os seus interesses exclusivos, mas um contributo para salvaguardar os interesses de todo o nosso povo e o próprio interesse nacional.

**N**a verdade, ao discursar no encerramento do Encontro, Carlos Carvalhas, depois de afirmar que «a fúria privatizadora» do governo do Eng. Guterres «vai mais longe que o cavaquismo», salientou: «É a soberania e a independência nacional que estão em jogo e é a acentuação do domínio do poder político pelo poder económico, com graves consequências para a democracia e o desenvolvimento do país.»

O Secretário-Geral do PCP citou números para mostrar que através das privatizações o Governo transfere para o grande capital, por quantias que ficam muito abaixo do seu valor real, empresas que geram anualmente centenas de milhões de contos de receitas. No caso da Telecom, que nas duas primeiras fases da privatização foi vendida por 300 milhões de contos, só em três anos gerou 241 milhões de contos de lucros e impostos. Com toda a razão pode Carvalhas concluir:

«As privatizações têm sido no nosso país a grande negociata do século.»

Apesar do descomunal escândalo que constituem, não se tem limitado a elas a generosidade do Governo para com os senhores do grande capital. Muitos milhões foram-lhe tam-

bém facultados nos negócios escuros do autódromo do Estoril, com Grão-Pará, de Fernanda Pires da Silva, da Torralta, com a Sonae, de Belmiro de Azevedo, do encerramento dos estaleiros da Margueira, com os Mellos, para só falar dos mais sonantes.

A liberalidade do Governo para com os grandes interesses capitalistas tem como contraponto a avareza e severidade com se comporta em relação aos interesses dos trabalhadores, assim exibindo, em vez da decantada «preocupação social» a mais descarada política de dois pesos e duas medidas.

Números do Instituto Nacional de Estatística recentemente trazidos a público confirmam que entre 1991 e 1995 se verificou um aprofundamento do fosso entre os mais altos rendimentos e os mais baixos, residindo na quebra dos salários reais a partir de 1992 um elemento decisivo desta negativa evolução. Estes números do INE revelam além disso que, como noticiava o «Público», de 20 do corrente, «o peso dos salários no PIB em 1996 foi menor, pela primeira vez desde 1989, do que o dos “lucros” das empresas».

*A liberalidade do Governo para com os grandes interesses capitalistas tem como contraponto a avareza e severidade com se comporta em relação aos interesses dos trabalhadores, assim exibindo, em vez da decantada «preocupação social» a mais descarada política de dois pesos e duas medidas.*

**A** pesar desta insofismável situação, o Governo PS, que não se cansa de proclamar os seus «éxitos económicos», só conhece a palavra «moderação» quando se trata de matéria referente a salários e outras remunerações dos trabalhadores.

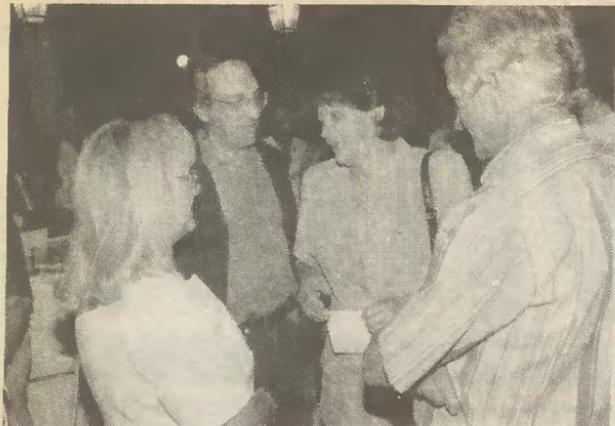
As propostas que o Governo tem feito constar a propósito dos vencimentos da Função Pública, esclarecem o significado governamental da palavra «moderação»: são aumentos reais irrisórios, que não compensam de maneira nenhuma a perda dos salários em anos sucessivos, não só em relação à inflação, mas também em relação aos ganhos da produtividade.

Com toda a razão e oportunidade, o Coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, reclama na entrevista que inserimos nesta edição do «Avante!»: «Se há crescimento económico, ele tem de se reflectir na valorização do trabalho e na melhoria da retribuição dos trabalhadores.»

Torna-se então compreensível a importância que a Central Sindical atribui a questão dos aumentos salariais, a par das questões do emprego, do horário de trabalho e da segurança social, nas palavras de ordem para os actos comemorativos do 27º aniversário da CGTP-IN, no próximo dia 1 de Outubro.

«A aposta patronal na manutenção duma mão-de-obra barata, dócil e sem direitos, na desvalorização do trabalho, tem sido assumida pelo Governo, como componente estratégica da sua política e como instrumento para conter a inflação e reduzir o défice público» - denuncia a CGTP. Ao mesmo tempo reivindica: 61 mil escudos de salário mínimo a partir de 1 de Janeiro e aumento dos salários reais, levando em conta a taxa de inflação, os ganhos de produtividade, a necessidade de aproximar os salários portugueses da média europeia, uma maior justiça na distribuição da riqueza, medidas de criação de emprego e de regulamentação do trabalho precário.

Há que dizer que a situação social e económica do país testemunha a plena justiça destas reivindicações e que a situação política, em vésperas de eleições autárquicas, é favorável ao desenvolvimento e ao sucesso da luta pela sua obtenção.



Comício da CDU no Montijo, no sábado

## RESUMO

17  
Quarta-feira

O PCP considera um «absurdo» a hipótese de uma revisão extraordinária só para alterar a questão da reciprocidade ■ Os trabalhadores portuários ameaçam paralisar todos os portos oito dias em Setembro e Outubro, exigindo conhecer os diplomas que o Governo vai lançar ■ Os unionistas concordam em participar nas negociações sobre o futuro da Irlanda do Norte ■ Em França, é aprovada uma lei que prevê a criação de 3500 empregos para jovens ■ Doze pessoas morrem na sequência da queda de um helicóptero da ONU, na Bósnia.

18  
Quinta-feira

Os armadores e os operadores portuários também se mostram insatisfeitos com o desconhecimento público dos diplomas que irão ser apresentados pelo Governo ■ O secretário de Estado da Cultura, Rui Vieira Nery, demite-se do seu cargo ■ O País de Gales decide, em referendo, a criação de uma Assembleia Nacional em Cardiff e uma autonomia limitada ■ Um autocarro de turistas alemães é alvo de um atentado fundamentalista, no Cairo ■ O governo israelita aceita a presença de colonos judeus em Jerusalém Oriental, decisão duramente criticada pela Autoridade Palestiniana ■ A conferência de Oslo sobre as minas antipessoais aprova um texto definitivo que visa a interdição total desta armas, que será assinado em Dezembro por cerca de 100 países.

19  
Sexta-feira

Associações de Estudantes de todo o país reúnem-se no Porto e decidem «entupir» os serviços de Acção Social Escolar das universidades com pedidos de bolsas para todos os alunos ■ Li Peng é reeleito, para um mandato de cinco anos, como secretário-geral do PC Chinês ■ Um atentado com um carro armadilhado contra uma esquadra de polícia, em Mostar, na Bósnia, faz 40 feridos ■ Um desastre ferroviário no Reino Unido provoca seis mortos e 163 feridos.

20  
Sábado

Carlos Carvalhas participa no comício-festa da CDU, no Montijo ■ Realiza-se o Encontro Nacional do PCP do Grupo Portugal Telecom ■ A III Assembleia Geral da Organização de Cidades Património Mundial e o IV Simpósio Internaci-

onal sobre Turismo terminam em Évora ■ A resistência timorese anuncia que pelo menos sete militares indonésios foram mortos, na quinta-feira, durante confrontos com a guerrilha ■ Um milhão de pessoas manifesta-se em diversas cidades do norte de Itália para apoiar a Confederação Sindical contra a vontade da Liga Norte e de Bossi de constituir um país separado ■ Realizam-se eleições legislativas e presidenciais na Sérvia... ■ ... e legislativas na Polónia ■ Enquanto os Estados Unidos continuam a recusar pagar a sua dívida de 1,5 milhões de dólares às Nações Unidas, o milionário americano Ted Turner anuncia que irá oferecer mil milhões de dólares à organização.

21  
Domingo

Aproveitando a visita de António Guterres a Alcobaca, a CDU organiza uma acção de protesto contra o pagamento de portagens na região ■ Ocorre um novo massacre na Argélia levado a cabo por integralistas islâmicos, provocando a morte de 53 civis ■ Nas Filipinas, Fidel Ramos renuncia a candidatar-se a um novo mandato presidencial, depois da realização de uma manifestação que reuniu 600 mil pessoas em Manila.

22  
Segunda-feira

Inicia-se o julgamento do sargento-ajudante Santos da GNR, acusado da morte de Carlos Rosa, de profanação e ocultação de cadáver, entre outros crimes ■ Iniciam-se as conversações sobre o futuro do Ulster ■ Bill Clinton compromete-se a pagar as dívidas dos Estados Unidos às Nações Unidas ■ Em Espanha, Felipe Gonzalez é ouvido em tribunal como testemunha no julgamento do processo por alegado financiamento ilegal dos partidos.

23  
Terça-feira

Coligação Mais Lisboa inaugura a sede da sua candidatura ■ É noticiado que a UNITA condenou 56 missionários à pena de morte na quinta-feira, sob a acusação de fornecerem informações ao governo ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, afirma perante a ONU apoio do governo português a eventual aplicação de sanções à UNITA ■ Direita ganha eleições legislativas na Sérvia ■ Grupo armado perpetra um dos mais sangrentos massacres ocorridos na Argélia, degolando e queimando várias dezenas de civis.

**Avante!**

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DEI-TAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Li, 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## ACTUAL

## «Ensaio de orquestra»

Maestro (que tem falta de ouvido): «O Governo é como uma orquestra que não pode dar fífias.»

Primeiro Violino (que ouve o que quer ouvir): «A orquestra está bem afinada e tem um excelente Maestro que se chama António Guterres.» Fellini (que via à distância): «Ensaio de Orquestra.»

O ensaio decorre num velho oratório, outrora invejado em toda a Europa pela sua acústica, hoje totalmente degradado: «Isto está tudo a cair e cheio de mortos, estão aqui enterrados 3 papas e sete bispos.» Suspensa do tecto uma aranha tece pacientemente a sua teia. De fora chegam ruídos vários: sirenes, um avião, sirenes, um buzão, sirenes. Entram os músicos com os respectivos instrumentos. A televisão está presente e faz perguntas: há antipatias e simpatias entre os instrumentos? Se há!, sabe, há instrumentos essenciais e outros que não o são. Claro. Por exemplo o Oboé: na orquestra é ele que dita a lei, por isso o Violino o odeia e... Cala a boca, ó parvalhão.

Aliás, o Oboé é o instrumento mais antigo, foi inventado pelos chineses. Se isso é piada para mim vens de carrinho: o Violino, melhor, o Primeiro Violino é o cérebro e o coração da orquestra. E o Trombone, grandecíssima besta, ignora esse instrumento único, com a sua voz grave que parece repreender com doçura? O Trombone?: é para rir, especialmente quando os palhaços o tocam e sai um repuxo. Cavalgada!: diga-nos Maestro, o Trombone é ou não é um instrumento de anjos? Bom, realmente nos quadros do Renascimento os anjos tocam Trombone... Ouviste?, ora toma. (Cresce, lá em cima, o fio da teia de aranha. O sopro dos metais fá-lo balançar, balançar.)

Lembro-vos, colegas, que Apolo acordava os mortos com a sua Flauta e: Tá calada, ó despenteada mental, e tu, minha bestarona, ouve lá: quem é que o Maestro chama no fim para agradecer: é o Trombone?, é o Oboé?, não!: é o Primeiro Violino, obviamente. E o Trompete, ah o Trompete, que

exige mais estudos, que nos permite exprimir tudo o que temos cá dentro, e olha que somos muitos os que tocamos Trompete juntos, por causa disso todos temos os lábios feridos. Deixa-te de borboletices: o Primeiro Violino é o rei. O rei?: e o Maestro o que é? Bom, não era nesse sentido que eu falava, evidentemente o Maestro é o rei mas o Primeiro Violino tem poderes reais... quando o Maestro atrasa os tempos, não dá as entradas, tem pouca maturidade, são os violinos, é o Primeiro Violino que controla a situação orientando a orquestra e substituindo-se ao Maestro. (Lá em cima, a aranha balança-se.) Ah grande golpista! Golpista é a tua prima. És pior do que a aranha que empeçonha tudo o que toca. Tás a levar duas latadas no focinho não tarda nada (para cá, para lá, lentamente; a aranha).

Maestro: «Tocamos juntos mas unidos apenas por um ódio comum.» Tocamos juntos apenas «para dar um balouço à aranha».

■ José Casanova

## Um significado de Outono

Chegou o Outono, anunciando-se devagar, com pés insinuantes ainda de Verão, com intermitências de chuva e sol. Como que envergonhado de chegar e ser mal recebido. Como uma intromissão subreptícia que vai tentando pairar no ar e invadir a vida.

Não constitui metáfora considerar o princípio do Outono como o recomeço da actividade política geral. Na verdade, largos sectores de trabalhadores conquistaram, sobretudo após Abril de 74, o inalienável direito a férias (ainda que seja só para ficar em casa, por falta de meios para dar um passeio pelo país e pelo mundo. Também o direito ao lazer anda muito mal repartido...) Mas o que prova o Verão, período normal de férias, é que sem trabalhadores a cidade, a «pólis», desaparece, ou amortece tanto que o poder político fica tolhido, sem saber a quem se dirigir.

O chegar das estações é inevitável, é o fluir da vida. O que não é fatal é o aceitar de decisões que fazem retroceder esse próprio fluir e, em matéria de direitos e regalias já conquistados, tentam fazer-nos regressar ao passado, alienando perigosamente o futuro.

A meio do seu mandato, o que é possível esperar do Outono deste governo?

É certa a publicação da lei de revisão constitucional, rasteiramente passada na Assembleia na República, urdida como se não passasse de um simples acordo bilateral entre PS e PSD, num jogo de interesses destes dois partidos que ignora não só direitos consagrados como a própria forma que deve assumir a lei de revisão, com notória e pesada - responsabilidade da direcção do PS no processo ilegal de revisão.

Podemos também contar, nos próximos meses, com uma revoada legislativa, como sempre desviando-se do texto constitucional, agravando em especial a aplicação de princípios e normas sobre direitos, liberdades e garantias e direitos gerais dos trabalhadores.

Podemos ter a certeza de uma grande parada governamental para as autárquicas, cuja pré-campanha já começou, com o desfaldar pseudo-heróico de enérgicas afirmações em inaugurações e a chantagem de promessas que, à partida, o governo nem imagina cumprir.

Por outro lado, proclama-se oficialmente um índice de inflação descaradamente abaixo do real para justificar um real congelamento salarial. Já para não falar do jogo à cebra cega entre PS e PSD em que o governo enredou a regionalização, num faz-que-anda-mas-não-anda tão ao gosto do estilo a querer-se forçosamente diáfano e esforçadamente angélico do guterrismo.

Mas, a propósito deste político Outono, por que não invocar um poeta sempre malquisto do poder na sua época, que aprendemos a ler como o principal bardo português, e que resumiu num verso a dialéctica da vida?

«Todo o mundo é composto de mudança»...

E também invocando as novas qualidades que Camões diz fazerem parte da mudança, tornemo-las melhores e mais dignas do nosso povo. Que as más qualidades se quedem com o Outono do nosso descontentamento colectivo. Que o governo aprenda que o diálogo não é simplesmente um vocábulo inconcreto, lançado através da papada de um governante, com um sorriso abstracto, aparentando ar de bom menino.

Outono: estação a que costumamos chamar do cair das folhas ou das folhas mortas. Pois que caíam todas as folhas caducas, para que se renovem noutra novo tempo, que será necessário fazer e refazer. E que que continuem a revoltear ao som de um bom vento folhas verdes - e as novas, necessárias, justas lutas, que prepararão, para a grande maioria do povo português, as mudanças de um futuro esperado e merecido.

Vamos a isso?

■ Aurélio Santos

ONU  
A batalha

Há 2 anos comemoraram-se os 50 anos da fundação da ONU. Ocasão de festejos e proclamações. Poucos consensos. Na máxima instituição internacional planetária, as contradições deste mundo repercutem-se naturalmente. Faz-se sobretudo sentir o peso dos EUA, que pretendem sujeitá-la mais ainda às suas ambições de única superpotência mundial. Outras ambições se chocam todavia. E a grande massa das nações resiste. Abriu agora a 52ª sessão da Assembleia Geral da ONU. Dizem os jornais (DN, de 21/9) que «não deverá ser pacífica» e que «os Estados Unidos deverão ser o principal alvo de críticas». «Reformas» e «financiamento» estão na agenda, e em ambos os temas os EUA querem ditar as suas condições.

As «reformas» da ONU são matéria extensa e complexa. Mas avulta a questão do «governo», ou seja o Conselho de Segurança que, ao fim e ao cabo, é quem vem impondo a sua vontade em tudo o que mais decisivo em nome da ONU se resolve. Contra uma muito generalizada contestação da sua composição e poderes, nomeadamente quanto ao direito de veto que hoje na prática é exercido apenas pelos EUA - Washington apresentou o plano que pretende ver aceite até Dezembro. Um folheto colorido circula nos corredores do Palácio de Vidro, figurando a visão norte-americana (ver *Liberazione*, de 18/9). Uma pirâmide estratificada tem, no topo, a vermelho, os cinco países actuais membros permanentes do C.S. com direito de veto, e que o mantêm. Num segundo plano, a amarelo, dois futuros novos membros permanentes, Alemanha e Japão, sem direito de veto. Num terceiro plano, azul, três eventuais países pseudo permanentes do Terceiro Mundo (um africano, um asiático e um latino-americano), rotativos e sem direito de veto. E finalmente uma larga base, a cinzento, abarcando a imensa maioria dos 185 países-membros. Claro que muitos destes já começaram a agitar-se e alguns mesmo a mostrar as unhas. Como disse um embaixador (europeu) dum desses «cinzentos», «sentimo-nos como David contra Golias. Mas não está decidido que vença Golias». Porque as reformas terão que ser votadas pela Assembleia Geral... Qual a posição de Portugal sobre esta matéria? Alinhará, uma vez mais, com os «patrões»? Era bom que o nosso governo esclarecesse o nosso povo.

Outro tema escaldante é o do «financiamento» da ONU. Entronca duplamente com as «reformas». Porque os EUA exigem o corte drástico das despesas, não apenas com a burocracia onusiana, mas também e sobretudo com aquelas agências especializadas da ONU que mais positivos contributos têm dado aos povos: UNICEF, OMS, FAO, PNUD, UNESCO, etc. E porque, cabendo-lhe uma contribuição de 25% para o orçamento da ONU, os EUA são contudo o seu principal devedor (qualquer coisa como 1,5 mil milhões de dólares), exercendo descarada chantagem sobre a ONU. Depois de terem imposto a saída de Secretário-Geral de Boutros-Ghali (contra o voto unânime dos seus próprios aliados) para o substituir por um mais fiável filo-americano, Kofi Annan, querem agora dobrar este inteiramente aos seus desígnios. Querem baixar a sua quota para 20% (a Europa paga 40%), só querem pagar 900 milhões da sua dívida, e pretendem escalonar no tempo o saldar do «calote». Para um país que gasta anualmente quase 300 mil milhões de dólares em armamento e defesa - é um incomensurável despudor! É por isso que a recentemente anunciada doação, por Ted Turner, o patrão da CNN e vice-presidente da Time-Warner, de mil milhões de dólares à ONU, exclusivamente para programas humanitários, ecoou como «uma autêntica bofetada na Administração norte-americana» (*Público*, 20/9). Sem especular sobre as suas intenções filantrópicas, não pensemos todavia que o Sr. Turner vai ficar pobrezinho. A ser verdade o que diz, ainda lhe restariam 6 milhões de contos anuais de rendimentos para ir vivendo remediadamente...

Há dois anos, nesta mesma coluna, apontávamos a Democratização, o Desarmamento e o Desenvolvimento, como «três vertentes essenciais e conexas para o programa futuro da ONU neste limiar do século XXI». Essa é de facto a perspectiva da batalha que também agora se trava nesta 52ª Assembleia Geral. E para que um tal objectivo venha um dia a ser possível, é imprescindível fazer encolher as garras ao imperialismo norte-americano.

■ Carlos Aboim Inglês

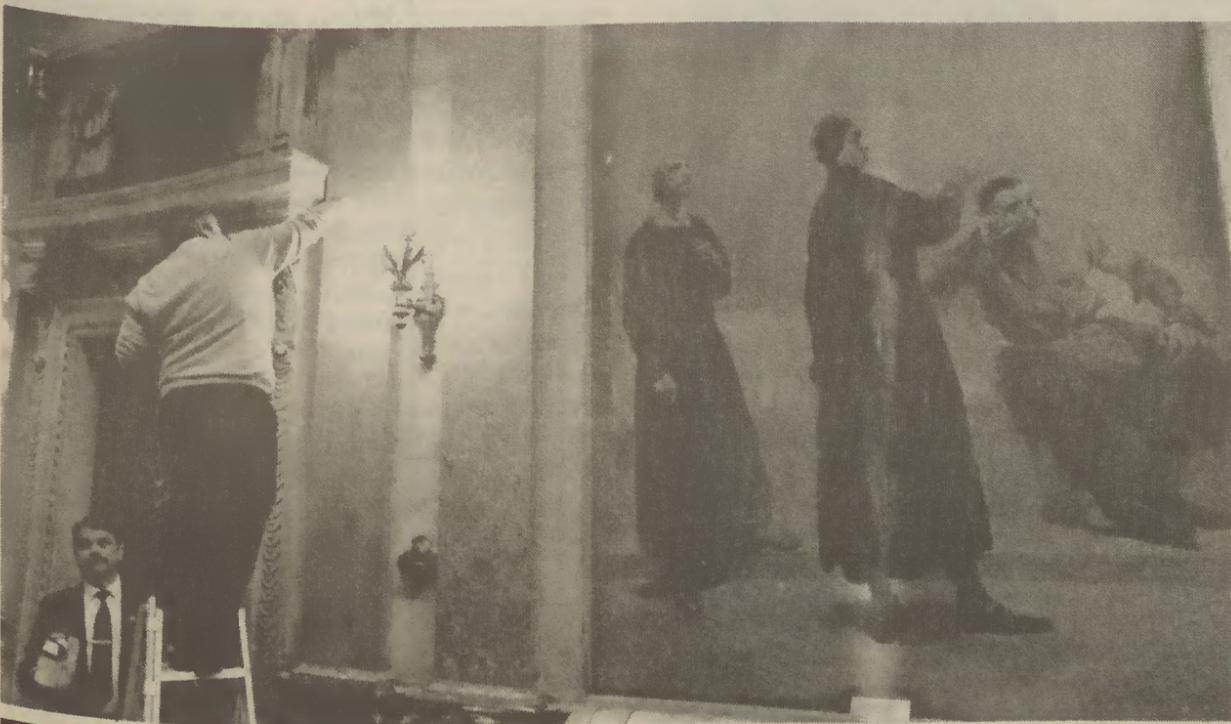


Foto: Jorge Caria

Parlamento - Últimos retoques para a «rentrée»

## SEMANA

## UNITA ameaça executar 56 missionários adventistas

Agentes da UNITA prendem na aldeia de Gungue 56 missionários da Igreja Adventista, acusando-os de «fornecer informações ao Governo de Luanda» e ameaçando executá-los sumariamente. O sequestro ocorreu na passada quinta-feira, quando os religiosos regressavam do Huambo para a missão de Gungue, sendo sumariamente condenados à morte pelos homens de Savimbi. Segundo relatos recolhidos pelas Nações Unidas, autoridades do governo do Huambo e da polícia civil partiram de avião para o Bailundo a fim de interceder junto dos dirigentes da UNITA para que impeçam este crime. O funcionamento deste «tribunal» da UNITA que sentenciou sumariamente os 56 religiosos é considerado «inaceitável» nos círculos diplomáticos da ONU. Esta arbitrária conde-

nação à morte ocorre quando a tróica política de observadores (que integra Portugal, os EUA e a Rússia) se prepara para uma reunião decisiva em Nova Iorque, que pode deliberar a aplicação das sanções da ONU à



UNITA a partir do dia 30, com base no relatório do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan.

## Morreu Manuel Machado da Luz

Morreu, no passado dia 12, Manuel Machado da Luz, arquitecto e crítico de cinema. Membro do Partido desde os anos 60, fazia parte do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, militando na célula do Cinema, arte para que despertou bem cedo, aos 18 anos, altura em que ingressou na actividade do Movimento Cineclubista, como activista e dirigente do ABC Cineclub de Lisboa, onde se manteve ininterruptamente durante 35 anos.

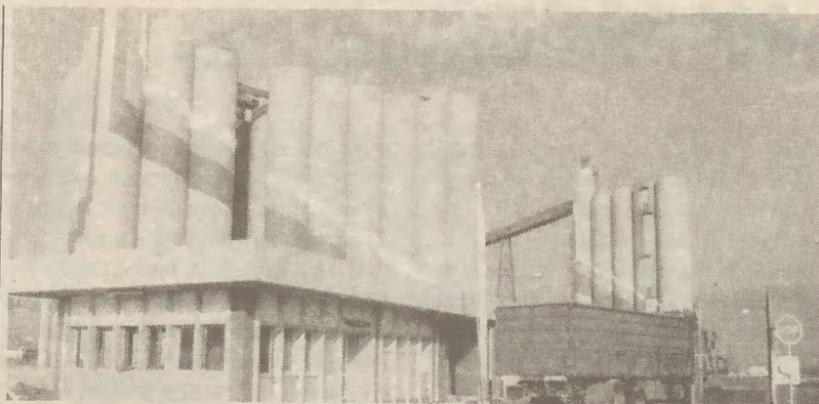
A morte prematura de Machado da Luz, com pouco mais de 50 anos de idade, é uma perda para o cinema e a cultura. Deixa uma rica, vasta e diversificada obra em diversos planos de actividade cultural e criativa. Desenvolveu imensa actividade no campo da arquitectura, que inicia em 1967-68, e na acção e dinamização cultural. A data da sua morte era assessor na Divisão de Recintos e Espectáculos na Secretaria de Estado da Cultura. Como crítico de cinema, foi colaborador regular nos periódicos *Seara Nova*, *Plano-Cadernos Antológicos de Cinema e Teatro*, *Diário de Lisboa-Suplemento Literário*, *o diário-Fim-de-Semana*, *Jornal de Letras e Artes*.

Possui textos publicados em diversas revistas e nas edições dos diversos cineclubes da área de Lisboa. Elaborou as «entradas» relativas aos realizadores

portugueses dos anos 30 e 40 do *Dicionário dos Cineastas*, de George Sadout. Integrou os júris oficiais do II Festival de Arte Cinematográfica de Lisboa (1965), do Encontro Nacional de 1977 da Federação Portuguesa de Cinema e Audiovisuais, do Interminas (1982), dos Audiovisuais Lisboa de 1986 e 1988 e do Cinenima 1989, participou no «júri da crítica» paralelo ao Festival de Tróia de 1985.

Em termos de acções de difusão, além da sua actividade cineclubista, organizou os XVI e XVII Ciclos de Cinema da Casa da Imprensa (1979-80) e foi responsável desde 1997 na programação de diversas salas públicas da periferia e da província (Cinema Stadium de Algés, Cine-Teatro Curvo Semedo de Montemor-o-Novo, Cine-Teatro de Arraiolos, Cinema Municipal de Redondo).

No campo criativo, escreveu guiões dos seguintes filmes: *A Santa Aliança* (1975, original em colaboração), *Saudades Para Dona Genciana* (1985, adaptação da novela de José Rodrigues Miguéis em colaboração, galardoado com o prémio para o melhor argumento da temporada 85/86 pelo IPC), *A Escola da Verdade* (1987, adaptação do romance de Henrique Nicolau, não rodado).



## Lucros das empresas ultrapassam salários

O Conselho Superior de Estatística aprovou esta semana os principais agregados das contas nacionais, concluindo que o peso dos salários no Produto Interno Bruto (PIB) em 1986 foi menor, pela primeira vez desde 1989, que o dos lucros das empresas. Na comparação dos resultados dos inquéritos detectou-se, entre 1991 e 1995, um alargamento do fosso entre os rendimentos mais altos e mais baixos e o aumento das assimetrias sociais, revelando o INE, com números ainda provisórios para 1996, que a quebra veri-

ficada desde 1992 no peso dos salários no conjunto do rendimento nacional contribuiu para essa evolução. Enquanto, em 1995, se verificava uma queda do peso dos salários, concomitantemente registava-se uma melhoria relativa da situação interna das empresas, o que permite a conclusão não apenas de que estas beneficiaram mais dos ganhos de produtividade do que os respectivos trabalhadores, como ainda aproveitaram esses ganhos à maior sobre os trabalhadores para financiar os próprios investimentos.



## Crise no Benfica

Após uma sucessão de maus resultados da sua equipa de futebol, o Sport Lisboa e Benfica entra em crise, que teve como expressão

imediate o despedimento de toda a equipa técnica liderada pelo treinador Manuel José e a convocação de eleições para Outubro próximo, decisão tomada pela actual direcção do clube

liderada por Manuel Damásio. Estes acontecimentos desencadearam-se imediatamente após a derrota do Benfica frente ao Rio Ave por 3-1, no jogo para o campeonato disputado no passado sábado no campo do Rio Ave, desaire que se acrescentou a outro mau resultado na Taça UEFA, frente à equipa francesa do Bastia.



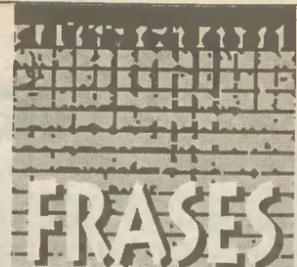
## Mais casos de corrupção no mundo farmacêutico

Segundo o *Público*, a Ordem dos Médicos envia uma queixa à Procuradoria Geral da República sobre

mais um caso de alegada corrupção de médicos, desta vez denunciado anonimamente. A empresa agora

posta em suspeição é a Roche Farmacêutica Química Lda., filial da multinacional suíça com o mesmo no-

me, que em Portugal factura milhões de contos/ano. De acordo com a denúncia, cerca de 70 médicos e quase toda a equipa de delegados de informação terapêutica desta empresa estarão envolvidos no caso, o que é negado laconicamente pela administração da Roche Farmacêutica Química Lda., que se limita a afirmar que cumpre o código deontológico da Apifarma.



“Todos queremos a paz, árabes e israelitas. O povo quer a paz, os povos são sempre bons, os líderes é que nem sempre”

(Teddy Kollek, político israelita do Partido Trabalhista, Diário de Notícias, 20.9.97)

“Ainda não aprendemos a gerir um Estado, há bons e maus governos e este é mau.”

(idem, ibidem)

“Este governo (de Benjamin Netanyahu) é incapaz de tomar boas decisões (...) Este governo não será reeleito.”

(idem, ibidem)

“(Valentim Loureiro) deixou cair o véu, e debaixo do sorriso cândido surgiram as dentolas do cacique”

(Pedro Baptista, cabeça de lista do PS à CM de Gondomar, Diário de Notícias, 22.9.97)

“A única coisa que faz o meu opositor é sonhar comigo, mas não tem conseguido nada”

(idem, ibidem)

“Maria Ignácia Espírito Santo Silva (Kiki) é casada com um dos sustentáculos do grupo Espírito Santo, Jorge”

Suplemento Vida do Independente, 19.9.97)

“(Kiki Espírito Santo) “nunca fez rigorosamente nada na vida mas é uma senhora em todo o seu esplendor”, conta-nos um frequentador da mansão Espírito Santo.”

(idem, ibidem)

“Adoro ir ao sapateiro, falar com ele, falar com o senhor da fruta... adoro visitar toda a gente (...) Há muita coisa que me choca, como os pobres e os impostos.”

(Maria Gabriela Viterba Pitta Gouveia, idem)

“Façam dos vossos problemas grandes, médios, dos médios, pequenos e dos pequenos inexistentes. Estou sempre a dizer essa frase às minhas filhas. Quando um vestido se rompe, por exemplo.”

(Xaxão Pinto Basto, idem)

“Uma das vips que contactámos para esta reportagem respondia-nos a algumas perguntas pelo telemóvel, enquanto o marido conduzia o carro. A meio da conversa, e pensando que teria tapado o auscultador com sucesso, a senhora em causa vira-se para o marido e pediu-lhe, angustiada: “Diz qualquer coisa de intelectual, depressa, que estou a falar com o Independente!””

(idem, ibidem)

“A mulher é muito mais sensível, mais subtil... A mulher apaixonada é capaz de renunciar à sua independência. O homem não. Nós somos animais. Com muita frequência vamos em busca de troféus.”

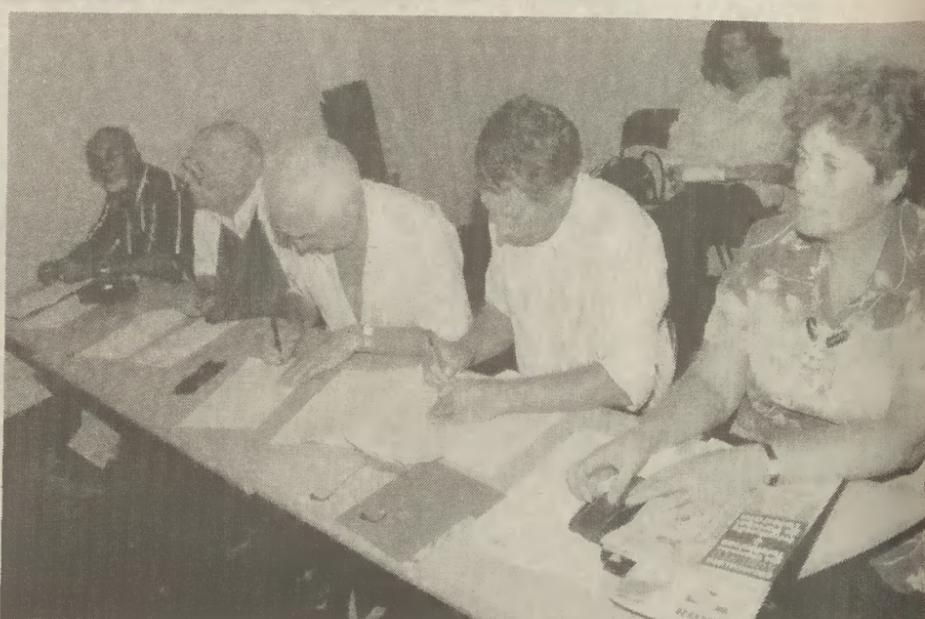
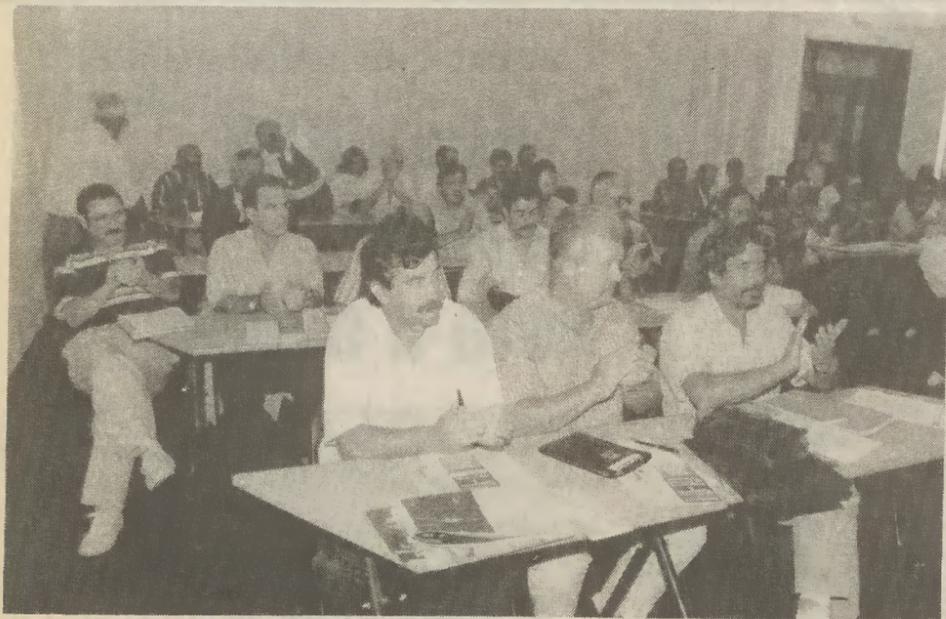
(Joaquín Cortés, bailarino espanhol de flamenco, DNA, 20.9.97)

“Vêm aí doze lanchas rápidas”

(Título no Diário de Notícias, 20.9.97)



## Encontro Nacional do PCP sobre a Telecom



Por exemplo, só a EDP e a Portugal Telecom nos últimos três anos deram em conjunto 306 milhões de contos de lucro e pagaram ao Estado mais de 240 milhões de contos de impostos (que muitas empresas privadas não pagam).

**Entre lucros e impostos são mais de 540 milhões de contos só em três anos! São, como temos dito, possibilidades de receitas para investir em políticas sociais e no desenvolvimento do País que, com as privatizações, o Governo abandona a troco do encaixe imediato de verbas que nem de perto compensam os recursos perdidos!**

**A privatização da Portugal Telecom é um escândalo, é um atentado à economia nacional.**

Os argumentos de que a Portugal Telecom precisava de encontrar um parceiro estratégico é um argumento tosco, um mero pretexto, pois como é sabido e já foi afirmado por vários gestores, esse parceiro poderia ser encontrado perfeitamente com o Estado detendo a maioria do capital.

As telecomunicações são um sector indispensável para o desenvolvimento equilibrado de Portugal e altamente lucrativo. A Portugal

É que a privatização sobrepõe o critério do lucro aos objectivos do desenvolvimento.

E por isso vai limitar o investimento para garantir novos serviços de telecomunicações nas zonas do interior onde estes não pagarão esses custos.

E vai limitar também o investimento, manutenção e reparação nas zonas do país e sectores de clientes que não estão dentro dos padrões de lucro exigidos pelos novos donos das telecomunicações. Com a privatização deixa de ficar salvaguardado o serviço público — direito de acesso com qualidade para todos, desenvolvimento harmonioso do território, estratégia de desenvolvimento das comunicações de acordo com os interesses nacionais.

Depois é já sabido que a Administração da Portugal Telecom está a reduzir milhares de postos de trabalho e o presidente do Conselho de Administração já anunciou o propósito de reduzir mais 5000. E tudo isto se passa com a benção de um governo PS!

Pelo contrário. Os dados são eloquentes a mostrar que também em Portugal é preciso mudar de política, defender os interesses nacionais, promover o desenvolvimento do país e diminuir substancialmente o desemprego.

A política de concentração da riqueza sob a batuta do neoliberalismo e da globalização, o primado da esfera financeira e a ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento tornaram-se um corolário lógico da completa submissão da política económica portuguesa às políticas de Maastricht ditadas pelo grande capital internacional.

### As habilidades contabilísticas

**Em nome de Maastricht o controle do défice orçamental foi mitificado e considerado o objectivo dos objectivos, em prejuízo do crescimento económico. Ainda em 2 de Setembro o governo montando uma verdadeira operação de marketing se vangloriava do défice conseguido em 1996, 3,2% e não 4% como tinha sido previsto.**

Era tudo engenharia contabilística, pois sabe-se agora que o governo recorreu a 50 milhões de contos do Fundo de Pensões do BNU para a Caixa Geral de Aposentações para que o défice não disparasse. Uma vergonha, que mostra que nas manipulações contabilísticas e nas engenharias estatísticas o PS também não fica atrás do PSD. Aliás sobre o desemprego só se fica a saber algumas verdades quando o Primeiro-Ministro confessa lá fora o que nega cá dentro.

As causas essenciais do desemprego no nosso país encontram-se na política de destruição do aparelho produtivo, nas orientações monetaristas da política macro-económica, nas privatizações, na afectação prioritária dos recursos financeiros às actividades especulativas e parasitárias, na competitividade económica assente na intensificação da exploração dos trabalhadores e na desregulamentação do mercado do trabalho.

Em suma, a análise da evolução das realidades nacionais nestes últimos anos põe em evidência que as políticas de direita — antes com os governos do PSD, agora com o Governo do PS — são incapazes de lançar as bases estáveis e duradouras de um processo de desenvolvimento económico e social. Pelo contrário, agravam os problemas de fundo da economia e da estrutura produtiva portuguesas, aumentam o atraso relativo do País e acentuam as injustiças e desigualdades sociais.

Por isso, reafirmamos que Portugal precisa de uma nova política que defenda e valorize o aparelho produtivo nacional e que ponha fim à entrega das empresas públicas e estratégicas, como é o caso da Portugal Telecom, ao grande capital estrangeiro e nacional. Portugal precisa de um crescimento económico que não seja um fim em si mesmo, mas um elemento essencial para a criação de emprego, para o aumento da riqueza a distribuir de forma mais justa, para a melhoria, progressiva mas permanente, das condições e nível de vida dos portugueses. **Em que o objectivo do crescimento económico não seja o da produção pela produção, mas sim o de dar resposta e satisfação às necessidades urgentes e crescentes da sociedade portuguesa, de garantir mais formação e qualificação profissionais aos trabalhadores, de atribuir à investigação científica um importante papel no desenvolvimento, de alargar os direitos e as possibilidades de intervenção dos trabalhadores nos processos produtivos e nas estratégias de desenvolvimento das empresas do País.**

O Património público do país está a saque! A propaganda das classes dominantes procuram difundir a ideia de que tudo isto é natural, que esta política é que é moderna, mas nós, apesar da correlação de forças continuaremos a denunciar estas negociatas e a travar a luta necessária. Nós não lutamos só pelos objectivos a curto prazo, mas com os olhos postos no futuro.

Por isso daqui acusamos publicamente o governo PS de ser o responsável pelo aumento das tarifas, por este esbulho ao património nacional e o responsável pelos futuros despedimentos e liquidação de direitos dos trabalhadores.

Acusamos o Primeiro-Ministro, que ainda não há muito afirmava que as telecomunicações eram um sector estratégico, que nunca devia ser privatizado, de mais uma vez dar o dito pelo não dito e de ser o principal responsável por esta baixa negociata em prejuízo dos trabalhadores, do povo e do País.

Nós não viramos as costas às dificuldades, continuamos a luta com coerência e com confiança.



Telecom teve nos últimos três anos 116 milhões de contos de lucro e pagou ao Estado 125 milhões de contos de impostos. Isto é, gerou só em três anos 241 milhões de contos.

Mas as perspectivas de crescimento médio anual dos resultados, tal como anuncia o folheto de propaganda para a privatização, é de 19% de 1997 até ao ano 2000. Um fartote que é oferecido de mão beijada aos grandes especuladores!

A privatização das telecomunicações é, na verdade, um escândalo nacional.

Na primeira e na segunda fase da privatização a PT foi vendida por um preço cerca de 300 milhões de contos abaixo do seu valor real.

Um valor que foi directo para o património e os lucros do grande capital no país e no estrangeiro.

O Governo PS, continuando a política do PSD, está apostado agora na 3ª fase da privatização da Portugal Telecom.

É um passo extremamente grave. Com a redução para 25% do capital estatal da Portugal Telecom, o Estado passa a minoritário e o país perde o controlo sobre este sector estratégico.

A lógica do lucro vai condicionar o futuro da empresa e dos trabalhadores.

Já estão aí os aumentos de preços ligados ao processo de privatização, num autêntico saque à bolsa dos cidadãos.

Os clientes residenciais, isto é, a maioria da população portuguesa que mais utiliza as chamadas locais, pagam as tarifas mais caras da Europa.

As chamadas regionais e principalmente as locais, são aquelas que têm tido brutais aumentos. Uma chamada local de 10 minutos que custava em 1993, 10\$00, custa em 1997, 40\$50; um aumento de 405%.

A conta telefónica da grande maioria da população está a aumentar para que os grandes senhores do dinheiro que vão controlar as telecomunicações nacionais vejam crescer ainda mais os seus lucros.

### A alta finança em primeiro lugar

O PS na oposição disse que as pessoas estavam sempre primeiro, mas na prática está cada vez mais longe delas, dos trabalhadores e dos seus interesses e cada vez mais ao serviço da alta finança, cada vez mais próximo do PSD.

Os factos mostram que o reforço do poder do grande capital sobre a economia portuguesa tem tido como principais instrumentos um poder político submetido aos seus interesses, o nefasto processo de privatizações, com o desmantelamento do sector público da economia e o leilão de sectores-chave

bem como, a distribuição privilegiada dos fundos estruturais (comunitários e nacionais). A tudo isto há que juntar uma política fiscal de benefício descarado das grandes empresas e das actividades financeiras e especulativas, a crescente desregulamentação da economia e o agravamento da exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos.

Como consequência destas orientações tem persistido o agravamento dos desequilíbrios estruturais da economia nacional, a desindustrialização e a desertificação agrícola do País, a acentuação das assimetrias regionais, a periferização, a dependência e as vulnerabilidades da economia portuguesa.

São os resultados das políticas neoliberais ao serviço da concentração da riqueza ontem com Cavaco, hoje com Guterres.

São os resultados do neoliberalismo.

**Sobre esta questão vale a pena citar o recente Relatório anual da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento — CNUCED — que mostra com muita clareza a quem tem servido o neoliberalismo, o “laissez faire” e a ideologia assente na globalização.**

Nesse Relatório da ONU fica muito claro que a actividade especulativa da finança mundial tem desencorajado o investimento e retirado importantes meios das actividades produtivas. As políticas neoliberais conduziram a uma aguda competição internacional e, assentes na integração da economia mundial, nas privatizações e desregulamentações não conduziram nem à aceleração do crescimento económico nem à convergência do nível de desenvolvimento das economias. Pelo contrário.

O crescimento mundial, ao contrário do prometido, tem abrandado e a diferença de rendimentos entre países “desenvolvidos” e em “vias de desenvolvimento” têm aumentado. E esta polarização entre países tem sido acompanhada por um agravamento das desigualdades no interior de cada país.

Para a CNUCED não existe nenhuma justificação «nem histórica, nem teórica» para a «ideia louca» segundo a qual liberdade dos mercados se traduz numa redução do fosso entre ricos e pobres ou estes “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento”.

## Pontinha

## Metro abre sem estacionamentos

A abertura da Estação de Metropolitano da Pontinha, agora anunciada, é o resultado da luta das populações e da acção do Movimento Associativo e das Autarquias Locais, afirma em comunicado de imprensa a Comissão Concelhia de Loures do PCP.

O PCP regozija-se com o acontecimento mas alerta para a falta de estacionamentos para

servir os utentes da futura estação, apenas cerca de 1000 dos 5000 inicialmente previstos e «significativamente todos eles em terreno cedido pelo Município de Loures».

Assim, a Concelhia do PCP exige do Governo e do Metropolitano a construção dos necessários estacionamentos de forma a que a população da Pontinha não seja prejudicada.

Bombeiros de Sacavém  
vêm expectativas goradas

A Comissão de Freguesia do PCP, saudando a Associação dos Bombeiros Voluntários de Sacavém a propósito da passagem do seu 100º aniversário, lamenta que este não seja comemorado já no novo quartel, como em Novembro de 1996 havia sido prometido pelos secretários de Estado António Costa e Armando Vara.

A verdade é que, segundo o PCP, os Bombeiros de Sacavém continuam a enfrentar dificuldades nos campos operacional e associativo, vendo goradas as expectativas que lhes foram criadas pelo Governo com o objectivo de «calar a sua justa indignação».

A actividade e as novas responsabilidades assumidas pelos Bombeiros Voluntários de Sacavém - assistência às novas vias rodoviárias, as frentes Tejo e Trancão, Expo 98, terminal da CP, Estação de Tratamentos de Resíduos Sólidos Urbanos e outros equipamentos em construção na zona de intervenção dos Bombeiros - exigem «não promessas vãs, mas sim acção prática por parte do Governo», afirma o PCP que, por seu lado, tudo continuará a fazer para que a verba para a construção do novo quartel venha a ser contemplada no Orçamento do Estado.

PS e direita  
«traficam» candidatos

A Direcção da Organização Regional de Leiria, reunida no sábado passado com os cabeças de lista da CDU aos órgãos municipais, constatou o contraste existente entre as listas da CDU e as dos outros partidos, cuja «imagem degradante» é patente particularmente no concelho de Leiria, onde se verifica uma verdadeira «traficância de candidatos» para satisfazer «lobbies» e «interesses instalados».

Os comunistas denunciam ainda o frenesim das visitas de secretários de Estado à região, para distribuição de promessas, cheques e benesses, campanha em que se insere o anúncio da construção de uma nova variante à E.N.1,

feito por António Gueterres quando da sua visita à Batalha. Uma velha aspiração da população que, anunciada neste momento, só pode ser interpretada como o pagamento de uma factura ao CDS/PP, visando garantir-lhe a vitória na Câmara da Batalha e como reconhecimento pela «dádiva» do seu cabeça de lista para a Câmara de Leiria.

Face a este quadro de «prosmicuidade e traficância de candidatos», a DORLEI do PCP salienta a importância que assume a concretização dos objectivos da CDU, designadamente o «da retoma da maioria CDU na Câmara da Marinha Grande».

Carlos Carvalhas  
no Montijo  
recusa regresso  
ao passado

Com a presença de muitos activistas e a participação de Carlos Carvalhas, a CDU inaugurou, no passado sábado, o Espaço CDU no Montijo. Um comício festa, que igualmente contou com a participação do Secretário-geral do PCP, encerrou à noite, nos Jardins da Casa Mora, esta jornada de pré-campanha eleitoral da CDU.

Intervindo perante centenas de pessoas, Carlos Carvalhas denunciou «os que deixaram a Câmara falida» e agora «estão de volta».

Disse Carvalhas em determinado passo: «É sabido que a gestão PS no Montijo deixou a Câmara falida e criou sérias dificuldades à vida do município nos anos seguintes.» Agora, disse, «procurando fazer esquecer o passado e utilizando desavergonhadamente o aparelho de Estado, o PS

mostra a sua gula por um concelho apeteçível para futuras negociações contra os interesses das populações. A nova ponte abre grandes perspectivas de desenvolvimento ao serviço do concelho e das suas populações se o crescimento for equilibrado, ordenado e não ao sabor dos interesses especulativos de alguns.»

Entretanto, para Carlos Carvalhas, também «a CDU se pode reivindicar no Montijo de empenho, trabalho, obra e de ter perspectivado os caminhos do futuro», havendo «sólidas razões para encarar com grande confiança a batalha das autarquias».

Realçando, depois, o trabalho dos autarcas da CDU, o Secretário-geral do PCP manifestou a sua confiança no reforço da presença dos comunistas e seus aliados nas autarquias.

«Baseada na nossa experiência, num projecto de participação e de muito trabalho, baseada no profundo conhecimento dos problemas», afirmou Carlos Carvalhas, «a CDU está e estará nas autarquias tal como diz o lema da nossa campanha "para fazer o que é preciso", isto é, para continuar a "obra" e para a lançar em novas autarquias, para promover um

decidido empenho na melhoria do nível e da qualidade de vida das populações, para defender e valorizar o ambiente e o património como grande ponto de honra para hoje e para o futuro.»

O contacto com as populações, as tarefas e o trabalho de esclarecimento que estão pela frente mereceram, por fim, a referência do Secretário-geral do PCP. «De agora em diante», defendeu, «temos que concentrar muitas das nossas forças e energias nesta batalha que, para ser ganha, necessita do esforço, da energia, do dinamismo e do esforço de todos nós. Exige o contacto com as populações, o porta-a-porta, o convencimento, as explicações, o prestar de contas, o ouvir para a corrigir e o continuar a trabalhar e a lutar para se resolver os pequenos e grandes problemas.»

Assim, para Carvalhas, «um amplo e directo contacto com as populações é também agora uma direcção fundamental que há que acentuar para se alcançar um bom resultado que mostre a CDU como uma força que consolida as suas posições e que cresce e avança no quadro da política nacional.» (...)



## CAMARADAS FALECIDOS

## Manuel Machado da Luz

Faleceu a 12 de Setembro o camarada Manuel Machado da Luz, arquitecto e crítico de cinema. Ligado ao Partido desde os anos 60, formalizou a sua inscrição logo a seguir a 1974. Fazia parte do Sector Intelectual de Lisboa e militava na célula do Cinema.

Despertando muito cedo para o cinema, ingressa com 18 anos na actividade do Movimento Cineclubista. Foi activista e dirigente do ABC Cineclub de Lisboa ininterruptamente durante 35 anos.

A sua morte representa uma enorme perda para o cinema e o movimento cultural. Manuel Machado da Luz deixa, contudo, uma rica e diversificada obra, marcante na nossa sociedade e na luta pela democratização do acesso, fruição e criação culturais.

## Alexandre José Velhas

Vítima de doença incurável, faleceu no dia 6 de Setembro o camarada Alexandre José Velhas, natural de Santiago de Escoural. Fiscal da Câmara Municipal de Palmela, o camarada residia em Pinhal Novo.

## Jorge Alberto Anjos Moreira

Faleceu no dia 1 de Setembro o camarada Jorge Alberto Anjos Moreira, da EPAL. Comunista convicto e defensor intransigente dos interesses dos trabalhadores, era muito estimado pelos companheiros de trabalho, por camaradas e amigos. Foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos nos mandatos de 1987/90 e 1990/93. Era Coordenador da Comissão de Trabalhadores da EPAL, a que pertencia desde 1984. Era membro da CIL. Era actualmente, e foi-o durante vários mandatos, Presidente da Casa do Pessoal dos Trabalhadores da EPAL.

## António Almeida Carlos

Faleceu recentemente, com 73 anos de idade, o camarada António Almeida Carlos, operário da Mompur e dirigente de várias colectividades no Bairro das Palmeiras. Há muitos anos membro do Partido, pertencia à organização da freguesia do Barreiro.

## Orlando Nunes Alves

Após prolongada doença, faleceu no dia 5 de Setembro o camarada Orlando Nunes Alves. Organizado no sector da Função Pública, o camarada era membro da Comissão Nacional do Partido para o Trabalho dos Deficientes. Era presidente da Direcção da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes.

## Manuel Isidro Fernandes

Com 71 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Manuel Isidro Fernandes. O camarada pertencia à organização do Montijo.

## Virgílio Lampreia

Com 66 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Virgílio Lampreia, operário da CP. O camarada, que foi membro do secretariado da célula do Partido, desempenhava actualmente tarefas no Centro de Trabalho concelhio do Barreiro e estava organizado na organização de freguesia do Alto do Seixalinho.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## PCP recebe Aleida Guevara

Aleida Guevara, em visita a Portugal a convite da Associação Portugal-Cuba, no quadro das homenagens a Che Guevara, por ocasião da passagem do 30º aniversário da sua morte, foi recebida, no passado dia 17, por uma delegação do PCP dirigida por Carlos Carvalhas e integrando Fernanda Mateus, da Comissão Política, e Manuela Bernardino, do Comité Central.

Na visita, Aleida Guevara foi acompanhada pela embaixadora de Cuba e pela presidente da Associação Portugal-Cuba, Arminda Carvalho da Fonseca.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Garantido em projecto de lei do PCP Pais com melhores condições de participação na vida escolar

O Parlamento retomou ontem oficialmente os seus trabalhos em plenário, após o período de férias, com a discussão de um diploma do PCP relacionado com a temática da educação. Trata-se, concretamente, de um projecto de lei que garante aos pais e encarregados de educação melhores condições de participação na vida escolar e de acompanhamento dos seus educandos.

O que o diploma subscrito pelo deputado do PCP vem propor, no quadro dos deveres e direitos actualmente atribuídos aos titulares dos órgãos de associações de pais, é que estes possam não apenas ver justificadas as faltas ao trabalho motivadas pela sua presença nas reuniões de órgãos directivos das escolas, como também receber uma "forma de compensação económica" pelos prejuízos sofridos em resultado do cumprimento dos seus deveres de participação.

A razão de ser desta proposta, como salientam os seus autores no preâmbulo do diploma, reside na consideração de que não

faz sentido que a lei vigente (D.L. nº 372/90) atribua, por um lado, "direitos e mesmo deveres de participação às associações de pais", e, por outro, "negue na prática à maioria dos cidadãos as condições para o seu exercício".

É bom lembrar, como efeito, que embora consagre aos titulares dos órgãos de associações de pais o direito a que as suas faltas motivadas pela participação em reuniões escolares sejam justificadas, a legislação em vigor, simultaneamente, determina que tais faltas, embora justificadas, impliquem a perda de retribuição ou do vencimento correspondente.

"Tal situação - observa o Grupo Parlamentar do PCP na nota preambular do seu diploma - afigura-se incompatível com o papel crescentemente interventivo que tem vindo a ser atribuído às associações de pais, no plano, não apenas do funcionamento, mas, também, na direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino."

Mas o diploma do PCP vai mais longe ao introduzir um outro elemento inovador no seu articulado, que, em síntese, traduz-se no seguinte: que a compensação por perdas de retribuição sofridas por pais e encarregados de educação lhes seja atribuída pelo Ministério da Educação não apenas em virtude da sua presença em reuniões de órgãos de direcção, administração ou gestão dos estabelecimentos de ensino, mas que também haja lugar a um sistema de compensação pecuniária sempre que as perdas de retribuição sejam motivadas pelo



O PCP defende o reconhecimento de um novo direito: o direito de os pais e encarregados de educação acompanharem devidamente a situação escolar dos seus filhos e educandos

cumprimento de obrigações inadiáveis que decorram das atribuições das associações a que pertencem ou das estruturas federativas ou de coordenação nacional ou regional em que estas se integrem.

Nota de realce merece ainda um novo direito que o diploma comunista vem reconhecer - o direito de os pais e encarregados de educação acompanharem devidamente a situação escolar dos seus filhos e educandos -

materializado, no caso vertente, na garantia de que as faltas ao trabalho em virtude de comprovadas necessidades de acompanhamento escolar dos seus filhos sejam consideradas faltas justificadas.

## Financiamento dos partidos políticos

# Por maior rigor e transparência

O financiamento da actividade dos partidos políticos e das campanhas eleitorais volta a estar no centro do debate político. Na Assembleia da República, que ontem retomou os seus trabalhos, o tema sobe hoje a plenário. Em debate vão estar

mo de despesas eleitorais legalmente admissível, tais são, em síntese, os dois grandes objectivos inscritos no projecto de lei do PCP.

Ao retomarem estas duas questões por si consideradas essenciais e já anteriormente merecedoras de idênticas ini-

financiamento dos partidos políticos e da actividade política, defendem que tudo deve assentar nas contribuições financeiras dos seus militantes e simpatizantes e dos eleitos em sua representação. Daí a explícita proibição contida no articulado do seu projecto ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais por empresas.

Posição diversa têm os deputados do PCP relativamente às subvenções estatais, as quais, do seu ponto de vista, constituem um complemento do financiamento dos partidos e da actividade polí-

tica, capaz de assegurar um mínimo de igualdade de oportunidades e de tratamento dos diversos políticos e candidaturas.

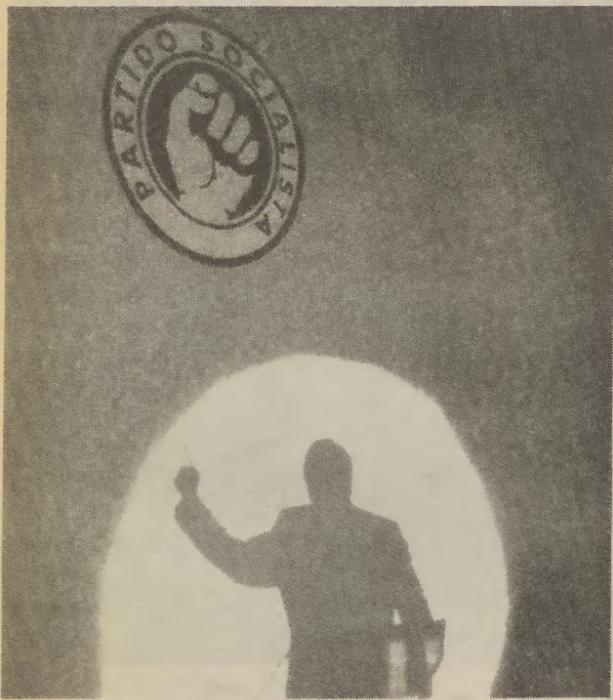
Quanto à redução do montante máximo de despesas eleitorais legalmente admissível, para o PCP, o que está em causa é a necessidade de ajustar as despesas com campanhas eleitorais às realidades económicas e sociais do País, sob pena, não o fazendo, advertir no preâmbulo do projecto de lei, de "gerar um divórcio entre a sociedade e a actividade político-partidária".

## Fiscalização da revisão Deputados do PS recuam

O Grupo Parlamentar do PCP considerou não estarem preenchidas as condições para concretizar o requerimento de fiscalização sucessiva de constitucionalidade da revisão constitucional. O anúncio foi feito pelo líder do Grupo comunista, Octávio Teixeira, em declaração aos jornalistas produzida anteontem, terça-feira, no decorrer da qual explicou as razões que levaram o PCP a dar "por encerrado" um processo "cuja iniciativa originária a outros pertenceu".

Invocado por Octávio Teixeira foi nomeadamente o facto de os deputados socialistas que no final do processo de revisão constitucional expressaram a sua reserva quanto à constitucionalidade de algumas das normas acordadas entre o PS e o PSD, admitindo na altura o pedido ao Tribunal Constitucional de fiscalização sucessiva da constitucionalidade da revisão constitucional, terem agora roído a corda, não evidenciando a disponibilidade e a vontade política necessárias para "concretizarem as intenções que, por iniciativa própria, anteriormente manifestaram".

Recorde-se que o PCP, pela voz do seu Secretário-Geral, Carlos Carvalhas, anunciara publicamente na Festa do "Avante!" a disponibilidade dos deputados comunistas para juntarem as suas assinaturas às de outros dez deputados do PS e do PEV para viabilização do referido requerimento.



Os comunistas defendem a proibição do financiamento dos partidos políticos por empresas

diplomas subscritos pelo PCP, PSD e PS.

Proibir o financiamento dos partidos políticos por empresas, reduzindo simultaneamente o montante máxi-

ciativas legislativas, os deputados comunistas partem do princípio de que as regras de transparências devem ser integralmente respeitadas, pelo que, no que se refere ao

## Redução artificial do défice PCP exige explicações ao Governo

O Grupo Parlamentar do PCP requereu no início da semana a presença do Ministro das Finanças na Assembleia da República para prestar esclarecimentos sobre a utilização pelo Governo de cerca de 50 milhões de contos da Caixa Geral de Aposentações para reduzir artificialmente o défice orçamental de 1997.

Noticiado pelo "Diário Económico" na passada semana, este facto, no entender da for-

mação comunista, configura uma clara "operação de cosmética" com a qual o Executivo do PS procura "camuflar a verdadeira evolução da execução orçamental".

Uma tal operação não é de resto inédita na prática de gestão socialista. Como lembra o Grupo Parlamentar comunista, em nota aos órgãos de comunicação social, idêntico estratagemma, com recurso a manipula-

ções contabilísticas, foi adoptado pelo Governo relativamente ao défice orçamental de 1996.

Acresce, aliás - como sublinham os deputados do PCP -, que durante o debate do Orçamento do Estado para 1997, quando da discussão do artigo 10º da proposta de lei (que previa a transferência de reformados do BNU para a Caixa Geral de Aposentações), o Ministro das Finanças garantiu de forma

peremptória que os referidos 50 milhões de contos seriam intocáveis fora dos seus fins próprios e que, nomeadamente, nunca seriam utilizados para dar cobertura a quaisquer outras despesas orçamentais.

Como conclui o Grupo Parlamentar do PCP, tal garantia, pelos vistos, "foi violada", tudo em nome do "cumprimento aparente dos critérios nominais visando a moeda única".

## TRABALHADORES

## Preocupações em Viana

A União dos Sindicatos de Viana do Castelo manifestou-se preocupada com os problemas que ao longo do ano vêm afectando os trabalhadores do distrito, nomeadamente os baixos salários, repressão e desemprego. Em comunicado citado pela Lusa, a USVC/CGTP aponta como casos mais difíceis a situação da Empresa de Pesca de Viana, com 30 trabalhadores «sujeitos a formas de pressão que lhes estão a causar graves problemas», e a «deterioração das relações laborais entre os funcionários e a administração da Portucel Viana».

Relativamente à Cedimi, fábrica de boinas localizada na Meadela, a união constata que «a asfixia financeira ainda se mantém, após um longo processo em que foram feitas tentativas de recuperação», acrescentando que «os trabalhadores até à data ainda não recuperaram uma grande parte dos seus créditos».

O processo de recuperação das empresas Autoviação Cura e Transcuvia é outra das preocupações apontadas pela estrutura sindical, na medida em que «poderá pôr em causa não só o futuro das empresas mas também os direitos dos trabalhadores, designadamente os postos de trabalho e o pagamento dos créditos existentes».

## Propostas para o Chiado

Os trabalhadores da zona incendiada do Chiado iam analisar ontem, em plenário, a nova situação criada pela apresentação das propostas do Governo, que na semana passada mereceram uma primeira aprovação por parte do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios de Lisboa. Félix Pinho, dirigente do CESL, disse à Lusa que as medidas propostas pelos ministérios para a Qualificação e Emprego e da Solidariedade e Segurança Social prevêem a constituição, ainda em Setembro, de um gabinete de atendimento personalizado para estes 130 trabalhadores, que continuam desempregados e sem receber qualquer tipo de subsídio desde Agosto de 1988.

De acordo com Félix Pinho, o Ministério da Solidariedade e Segurança Social está disposto a disponibilizar 100 mil contos para financiar projectos de reinserção profissional, bem como programas ocupacionais e medidas especiais para os trabalhadores com mais de 54 anos.

## Forte crítica de dois anos de governação

## STAL volta à luta até finais de Outubro

O plenário nacional da Administração Local reafirmou a exigência de um aumento salarial intercalar de 5 contos para todos os trabalhadores do Estado.

Reunidos anteontem em Lisboa, os dirigentes, delegados e activistas do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local procederam a um balanço dos dois anos decorridos de Governo PS/António Guterres, tendo por base as matérias mais directamente relacionadas com o pessoal das autarquias. Assim, o balanço sindical resultou da análise dos processos negociais de 1996 (acordo entre o Governo e a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública), de 1997 (aumentos salariais impostos a coberto da assinatura da Fesap/STE/UGT) e de 1998.

## 70 por cento abaixo dos 100 contos

Para o próximo ano, o STAL decidiu «empenhar-se fortemente na defesa da proposta reivindicativa comum», designadamente no que toca à equiparação do índice 100 ao valor do salário mínimo nacional e à recuperação do poder de compra dos trabalhadores. A resolução aprovada terça-feira na Casa do Alentejo chama a atenção, a propósito, para a «contínua perda salarial», que assume contornos ainda mais graves pelo facto de que «na Administração Local, cerca de



No final do plenário, os sindicalistas deslocaram-se ao Terreiro do Paço para levar ao Governo uma amostra do descontentamento e da disposição de luta dos trabalhadores

70 por cento dos trabalhadores auferem salários líquidos abaixo dos 100 mil escudos.

A par da exigência de «uma nova política social, que contem-

ple uma melhor distribuição de rendimentos, o respeito pela Segurança Social e uma política fiscal menos gravosa para os trabalhadores», o plenário mandou os órgãos executivos do STAL «para que, em conjunto com os restantes sindicatos da Frente Comum, assegurem uma proposta salarial que tenha em conta esta situação, seja minimamente justa e contribua para a redução do actual leque salarial, reconhecidamente exagerado».

Quanto ao acordo de 24 de Janeiro de 1996, a resolução do STAL ressalva que os sindicatos não aceitaram a primeira parte, respeitante à matéria salarial. Na segunda parte, ficaram listadas uma série de medidas «a concretizar de imediato», mas ao fim de 20 meses o rol ainda não está esgotado. Quanto à parte do acordo referente a «medidas de curto prazo», das 13 mesas parcelares constituídas só uma viu os seus resultados publicados e «em processo moroso e difícil de aplicação». «Todas as outras, à excepção da Mesa 3, ultrapassaram há

muito os prazos acordados e não encontramos, por parte do Governo e do Grupo Parlamentar que o suporta, qualquer empenhamento na sua publicação», protesta o STAL, apontando como «decepcionante exemplo» a Mesa 13 (Subsídio de Risco), que deu os seus trabalhos por concluídos em Julho mas não viu ainda as suas conclusões aprovadas em Conselho de Ministros.

O sindicato exige ainda «a entrega imediata das propostas governamentais quanto às carreiras específicas da Administração Local».

«Face ao balanço profundamente crítico que fazem a dois anos de emperrados processos negociais», os representantes do STAL - que depois do plenário se deslocaram à Secretaria de Estado do Orçamento, no Terreiro do Paço - decidiram «levar a cabo, até finais de Outubro, uma nova jornada de luta, mandatando a Direcção Nacional e a sua Comissão Executiva para que encontrem o tempo e o espaço adequados à sua realização».

## Gás de Portugal de novo em greve

Os trabalhadores das empresas do grupo Gás de Portugal marcaram uma nova greve para os dias 1 a 3 de Outubro, procurando «defender o direito constitucional de negociação colectiva» e «proceder à reestruturação da tabela salarial e melhoria das condições específicas dos trabalhadores de turnos, incluindo um aumento significativo do subsídio de turnos» - refere um comunicado de imprensa da Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás.

Armando Faria, dirigente da Fequifa/CGTP, explicou à Agência Lusa que os trabalhadores não aceitam o facto de a GDP lhes ter aplicado por acto de gestão um aumento salarial de 3,5 por cento, que foi aceite pelas estruturas afectas à UGT.

Na nota de imprensa, a federação informa que o secretário de Estado da Energia, numa audiência concedida dia 16, «afirmou reconhecer razão à Fequifa no que respeita ao direito de negociação colectiva, tendo-se comprometido a dar instruções à administração para que sejam retomadas as negociações». O pré-aviso de greve foi emitido pela Fequifa e o SIESI por este compromisso não se ter concretizado ainda em resultados práticos.

## Transporta

Algumas dezenas de trabalhadores da empresa de trans-

portes de mercadorias Transporta invadiram sexta-feira as instalações da Refer, em Santa Apolónia, numa tentativa de serem recebidos pela administração da empresa.

Os trabalhadores, que temem ficar sem emprego se a empresa perder o armazém que tem alugado à CP, pretendem discutir com a Refer (empresa que gere o património da CP) uma alternativa para o despejo.

Vítor Pereira, dirigente da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, disse à Lusa que os trabalhadores se deslocaram à Refer, após um plenário. Perante a insistência dos trabalhadores, o presidente da administração da Refer marcou uma reunião com a Festr/CGTP para segunda-feira.

A Transporta, que resultou do desmembramento da Rodoviária Nacional, distribui mercadorias porta a porta, num esquema de transportes combinado com a CP, e tem armazéns em Lisboa e no Porto.

A CP pretende despejar a empresa «a pretexto da construção de um viaduto sobre a Avenida Infante D. Henrique, na zona de Santa Apolónia, no âmbito da construção das acessibilidades à Expo-98», refere a Festr num comunicado que fez chegar à nossa Redacção. A administração da Transporta tentou negociar com a CP um novo local, «mas não conseguiram chegar

a acordo», segundo Vítor Pereira.

Dado que no projecto de construção do viaduto estão envolvidas a Câmara de Lisboa, a CP, o Porto de Lisboa e a Expo-98, a federação pediu audiências a estas entidades para lhes solicitar medidas que permitam à Transporta continuar a sua actividade naquela área da cidade.

O plenário de sexta-feira foi antecedido de um abaixo-assinado de protesto dos trabalhadores.

## Esence manda corticeiras colher mato

A Esence - Sociedade Nacional Corticeira tentou obrigar cinco trabalhadoras, incluindo uma dirigente sindical, a colher mato fora das instalações da empresa, no Barreiro.

A denúncia foi feita sexta-feira, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Sul, que acusa a entidade patronal de, «com a sua ignorância ou má-fé», procurar justificações para despedir aquelas trabalhadoras.

Segundo o sindicato, a administração «alega que não tinha trabalho na secção, o que era mentira». À justa recusa das trabalhadoras seguiu-se uma nota de culpa «de tal repressão, intenção e cheia de mentiras, que está bem claro quais as pretensões da entidade patronal», refere a informação divulgada pelo sindicato.

Este revela ainda que, no dia 16 de Setembro,

os responsáveis da empresa mandaram chamar a Polícia, «não sabemos se era para prender as trabalhadoras, se a intenção era só impedir a entrada destas». Só que os homens da PSP, constatando que se tratava de problemas laborais, mantiveram-se alheios ao conflito e retiraram-se, atitude que o sindicato louva, sublinhando que «já passou, e bem, o tempo do ditador Salazar».

Em contraste, «a empresa cometeu um crime», quando de facto deve aos trabalhadores três meses de salários, subsídios de Natal e férias e outros», mas os trabalhadores «ainda não chamaram a Polícia para fazer cumprir os deveres da entidade patronal».

O sindicato exige que o grupo empresarial pague o que deve aos trabalhadores da Infal, Tagus, Soberana Corticeira e Esence.

## Aveiro precisa de voz firme

Em nota à imprensa, a CDU de Aveiro afirma que subscreve a afirmação do cabeça de lista do PS de que «é preciso dar voz a Aveiro que não tem tido quem a represente na Câmara de uma forma firme e forte».

A CDU concorda ainda quando o candidato afirma que os dois vereadores do PS, mais os dois vereadores do PSD, mais os vereadores e o presidente do CDS/PP não têm tido «projectos», «convicções», ideias próprias e por isso «a câmara tem perdido várias oportunidades», «tem sido um desastre».

Contudo, este «ensaio de críticas de opositor» apenas procura fazer «esquecer ao eleitorado que através dos seus vereadores o PS é co-responsável por tudo aquilo que o seu candidato agora demagogicamente critica».

De resto, prossegue a coligação, os nomes indicados pelos diferentes partidos confirmam a ideia de que «apenas a CDU, pelas suas orientações e postura dos seus candidatos, poderá marcar a diferença, para melhor, no funcionamento dos órgãos autárquicos do concelho».

Assim a entrada da CDU na Câmara e o seu reforço na Assembleia Municipal e nos restantes órgãos autárquicos «é a única certeza de que muito poderá a vir a ser melhor no futuro do Poder Local aveirense».

## Esgotos em Mataduchos não são para todos

Situada a menos de uma légua do centro de Aveiro, a localidade de Mataduchos só agora vê começarem as primeiras obras de construção de infra-estruturas de saneamento básico. Foi, porém, com desagrado que se aperceberam que as caixas dos esgotos domésticos terão uma cota inferior a um metro e que alguns arruamentos não serão contemplados com o saneamento.

Muitas famílias ficam assim sem acesso à rede e outras vão ter esse acesso dificultado e mais oneroso o que compromete o objectivo de desactivação das fossas e do fim da inquinação dos lençóis freáticos. Por outro lado, como a rede está a ser colocada a pouca profundidade, muitas casas que se encontram abaixo do nível das ruas só poderão ligar-se com recurso a dispendiosos sistemas de bombagem.

A CDU denuncia esta situação e pergunta como vai a Câmara compensar uns e outros pelo não acesso ou pela dificuldade deste à rede pública. Com isenção das taxas de saneamento, com o escoamento gratuito das fossas, ou com o pagamento dos encargos adicionais?

Para a CDU, estas obras reflectem «uma concepção de poder» que reduzem «o munícipe ao papel de pagador de impostos e de votante» e promovem o autarca a «dono da autarquia».

A candidatura da CDU à Câmara de Aveiro, protagonizada por Porfírio José de Almeida, quer contrariar «esta assunção de menoridade cívica» e pretende ser a força que dê voz aos aveirenses, restituindo-lhes «a cidadania plena».

## Cine-teatro da Guarda

A CDU concorda com a intenção da Câmara de adquirir o Cine-teatro da Guarda, mas sublinha que «não deve haver contemplações com a especulação», considerando exageradas as verbas entretanto vindas a público que rondam o meio milhão de contos. A Coligação «teme que a pressão eleitoral ou a submissão aos interesses económicos ilegítimos, que têm dominado a cidade, conduzam a um acto errado de gestão, esbanjando verbas do município».

Em vez disso, o proprietário devia ser proibido de alterar a fachada e volumetria do edifício e estudada a possibilidade legal de impedir uma mudança de ramo. Em último caso, sustenta a CDU, a Câmara deve encarar a hipótese de expropriação, devolvendo à cidade aquele espaço devidamente recuperado para a actividade cultural.

## Candidato visita Vimioso

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Vimioso visitou vários pontos do concelho onde detectou a existência de vários problemas fruto da má gestão camarária.

Em Argozelo, o candidato lamentou a lentidão das obras do pavilhão gimnodesportivo, iniciadas à nove anos, e constatou as condições desesperantes em que vivem os habitantes do antigo bairro operário das minas já encerradas. Nesta zona a população queixa-se da falta de saneamento básico e água potável e do muito lixo que há acumulado.

Na sede do concelho, Vimioso, a par do arrastamento de várias obras, o candidato verificou que o Parque Industrial não passa de um terreno deserto, manifestando a disponibilidade da CDU para estudar formas de captar investimentos para o concelho.

Leandro Vale esteve ainda em Santulhão, Matela e Carção e tem agendadas para breve outras visitas às freguesias do concelho.

## Cascais

# Operação mediática transforma lixeira em aterro

**Reagindo ao anúncio, feito na terça-feira pelo secretário de Estado José Sócrates, do encerramento da lixeira de Trajouce e da inauguração de um novo aterro sanitário no mesmo local, a CDU considera que se trata de mais «uma acção mediática e de propaganda de efeito apenas simbólico».**

Na verdade, vai-se continuar a depositar lixo naquela zona, prossegue a nota da Coligação salientando que «uma lixeira não se encerra por declaração governamental ou camarária, sendo antes um problema técnico complexo e moroso, exigindo a intervenção de diferentes áreas técnicas».

Acresce que quando se fala em inauguração de novo aterro sanitário, sublinha a CDU, está-se a tentar esconder o facto de a Câmara não ter cumprido o compromisso assumido com a população de não instalar o aterro naquele local, que de resto é o menos indicado para a sua construção. Por outro lado, é preocupante que, tendo aquele aterro apenas cinco anos de vida, não esteja projectada outra instalação alternativa no âmbito da cooperação intermunicipal.

Por fim, a CDU classifica a iniciativa como um «apoio do governo socialista à campanha do PS em Cascais, ficando por resolver a questão dos maus cheiros que afecta toda a população assim como a solução global do problema da recolha e tratamento de resíduos sólidos de Cascais e dos outros municípios associados na AMTRES».

A CDU observa ainda que a citada lixeira «foi recentemente encerrada, com pompa e circunstância, pelo que se trata de um segundo encerramento e respectiva inauguração do aterro sanitário. Sendo 1997 um ano eleitoral, é de prever que se realizem mais alguns encerramentos e inaugurações dos mesmos equipamentos...».

### Nomeação má para o turismo

Carlos Rabaçal, vereador na CM de Cascais e candidato à presidência da Câmara, considera que a recente nomeação de José Manuel Carinhas para presidente da Junta de Turismo da

Para além disso, a nomeação «cria uma confusão inevitável entre cargos, em acumulação, que nos parecem claramente incompatíveis quer do ponto de vista institucional, quer do ponto de vista da actividade quotidiana», prossegue Carlos Rabaçal.

Corresponde ainda a «uma visão instrumental da Junta do Turismo na medida em que sai um presidente, ex-cabeça de lista do PP nas últimas eleições autárquicas (com posições muito críticas em relação ao candidato José Luís Judas e ao PS durante a campanha eleitoral) e que foi

Carlos Rabaçal refere ainda que a nomeação foi decidida sem consulta ao executivo camarário, do qual foi «ostensivamente escondida». Ainda no passado dia 17 de Setembro, questionado pelo vereador da CDU em reunião da Câmara, o presidente furtou-se a dar qualquer esclarecimento quanto à evolução da situação na Junta de Turismo.

Para a CDU, todo este caso é «susceptível de pôr em causa a credibilidade da Junta de Turismo e da política de turismo da Costa do Estoril face aos opera-



Uma lixeira não se encerra por declaração governamental ou camarária, sendo antes um problema técnico complexo e moroso que exige a intervenção de diferentes áreas técnicas

Costa do Estoril «é um mau serviço» para o sector.

O candidato da CDU afirma que o perfil do indivíduo nomeado está «completamente afastado do fenómeno turístico e da vida turística da região» e que a sua «qualidade mais óbvia é a permanente postura de subserviente fidelidade ao actual presidente da Câmara».

posteriormente silenciado pela nomeação para o referido cargo.

«Agora verifica-se uma clara intenção de controlo político, associado ao prémio ao amigo fiel, por troca da possibilidade alegadamente rejeitada pelo PS, de poder vir a integrar as listas socialistas para a vereação em lugar elegível, nas próximas eleições autárquicas».

dores nacionais e internacionais».

A Coligação conclui que é necessário «substituir urgentemente o presidente da Câmara e a maioria que o suporta por eleitos que dêem garantias de uma política de defesa intransigente dos interesses do concelho e da região de Turismo da Costa do Estoril».

## Intempéries nos Açores CDU exige apoios aos sinistrados

A perda de uma vida humana e os imensos danos materiais causados pelas fortes chuvadas que recentemente se abateram sobre a ilha de S. Miguel causaram à CDU «um profundo pesar».

Para a Coligação, apesar de na origem destes acontecimentos terem estado factores climáticos - contra os quais, «infelizmente as forças humanas nada podem fazer» -, muita coisa há que as «mãos humanas» atempadamente podem fazer, evitando a gravidade das consequências destas intempéries. Designadamente no âmbito das responsabilidades dos poderes regional e autárquico

Referindo a qualidade do piso das estradas regionais e arruamentos locais - que apesar de recentemente arranjados volta-

ram a ceder -, a CDU considera que, os compromissos para prazos de reconstrução e reordenamento assumidos por dois anos após os temporais de 96, não explicam «inércia desmazelada» que entretanto se verificou, apesar das inúmeras chamadas de atenção que CDU, PCP e outras entidades fizeram para a limpeza das ribeiras e os cortes de matas.

Na opinião da CDU, as autarquias têm uma quota de responsabilidade em casos como os da zona de Santa Clara - onde cerca de 20 casas foram invadidas pela torrente, porque quando das obras de construção da Rotunda foi esquecido que o alteamento do piso agravaria o encaminhamento das águas para as casas; da zona

das Gramas (Ribeirinha da Ribeira Grande) onde, apesar de no ano passado o leito da ribeira ter quebrado muros e entrado casas dentro, nada foi feito com vista ao seu reencaminhamento, pelo que a situação este ano se repetiu; ou da Povoação, onde, mais que o atraso das obras de reconstrução em curso, há que questionar as exageradas verbas gastas com «superfestivais», fundamentais para essas obras.

«São mais de 30 famílias desalojadas ou que perderam os seus haveres», lembra a CDU de S. Miguel, que, atendendo à quota de responsabilidade dos poderes públicos, defende ela seja por eles assumida no concreto, «nomeadamente no apoio às famílias sinistradas».

## Candidatos de Coimbra com sindicalistas

Candidatos da CDU de Coimbra promoveram na passada segunda-feira um encontro com dirigentes e delegados sindicais do concelho para debater a gestão camarária, quer nos aspectos com incidência laboral (horários, classificação de estabelecimentos, licenciamento de actividades económicas), quer nos que afectam as condições de vida dos trabalhadores (emprego, habitação, transportes, educação, acção social). Na iniciativa, em que participaram Jorge Gouveia Monteiro e Jorge Alarcão, respectivamente candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal, foi aprovada uma declaração que condena o actual executivo por manter «uma câmara fechada, dominada por uma maioria de costas para aqueles que necessitam de trabalhar, que exclui os trabalhadores e as suas organizações de toda e qualquer participação».

Os participantes acusam a Câmara de se demitir do seu papel regulador em matérias como os altos preços da habitação, que empurram os trabalhadores e suas famílias para as periferias, onde existem carências de toda a ordem: transportes, saneamento básico, equipamentos culturais e desportivos, jardins de infância e escolas.

Da mesma forma, afirmam, a Câmara não é inocente quando assiste de forma passiva e colaborante às negociações imobiliárias com terrenos de empresas encerradas ou a encerrar. Mas mesmo em matérias que dependem directamente do município, os interesses dos trabalhadores não têm sido salvaguardados. É o caso dos funcionários da Câmara e serviços municipalizados, auxiliares do ensino básico, horários do comércio e licenciamento das grandes superfícies, classificação de restaurantes, etc. Segundo o Encontro são desrespeitados os direitos laborais e não há diálogo efectivo com as estruturas representativas dos trabalhadores.

## Festa em Alverca

Cerca de 350 pessoas, entre candidatos e apoiantes, participaram no churrasco promovido pela CDU para a apresentação pública dos candidatos à freguesia de Alverca. O lugar escolhido foi a praca das Oliveiras, uma das vastas áreas de lazer ajardinadas da urbanização da Quinta das Drogas. A iniciativa foi animada por formações musicais da freguesia, designadamente pelo grupo Coral «Os Unidos do Alentejo», a Tuna de Alverca, Tino Fortes e Filipe Mukenga. Após a divulgação das listas, entrevistaram Serafina Rodrigues, cabeça de Lista à Freguesia, Alberto Pitacas e Daniel Branco, respectivamente, candidatos à Assembleia e Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

## Semana da educação em Alcobaça

«Pedagógica, aberta, pela positiva» - são os traços que vão continuar a definir a pré-campanha da CDU em Alcobaça, onde todas as semanas passam a ser dedicadas a temas específicos, começando já a partir da próxima quinta-feira, com a semana da Educação.

Aproveitando a visita do primeiro-ministro a Alcobaça, a CDU organiza uma manifestação de protesto contra as portagens na região, considerando que os alcobacenses estão a ser discriminados em relação a outras zonas do país. A Coordenadora da CDU dá ainda nota do bom andamento do trabalho preparatório eleitoral, destacando que estão a ser formadas boas equipas, confiantes, com apoios de diferentes áreas ideológicas, designadamente a lista à câmara encabeçada por Rogério Raimundo.

## Oliveira do Bairro está confiante

O manifesto dirigido ao povo de Oliveira do Bairro sublinha a convicção da CDU de que no próximo mandato, os órgãos autárquicos estarão «mais enriquecidos com a eleição de candidatos da Coligação». Explicando as razões desta confiança, a CDU considera que a população saberá reconhecer a sua luta abnegada pela melhoria das condições de vida, e a sua intervenção construtiva, criticando o que é negativo mas apontando sempre soluções alternativas. Nas eleições anteriores a CDU aumentou em 65 por cento a votação para a Câmara e em mais de 100 por cento a votação para a Assembleia Municipal, tendo faltado poucos votos para a eleição do candidato da Coligação àquele órgão autárquico.

## Candidatos CDU

A menos mês do final do prazo para a apresentação de candidatos às próximas eleições, a CDU mantém-se a força política que até ao momento mais candidaturas divulgou.

### ALCANENA



Valdemar Henriques

Por unanimidade, a Coordenadora Concelhia de Alcanena da CDU designou Valdemar Henriques como candidato à presidência da Câmara Municipal de Alcanena, simultaneamente aprovando o seu Programa Eleitoral, em cuja elaboração participaram várias personalidades da vida política e social do concelho.

Valdemar Henriques, de 47 anos, nasceu e reside em Alcanena, onde é técnico fabril metalúrgico. Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP, é ainda dirigente nacional da CGTP-IN e Coordenador da USS/CGTP-IN. Exerceu vários mandatos como deputado municipal e foi vereador da Câmara Municipal de Alcanena de 1985 a 1989.

### CASTRO VERDE



Fernando Caeiros

No decorrer de um encontro concelhio, realizado no passado sábado no Cine-teatro Municipal de Castro Verde, a CDU apresentou as listas de candidatos a todos os órgãos autárquicos do concelho de Castro Verde. Para além dos candidatos às cinco freguesias, a Coligação anunciou a recandidatura à Câmara de Fernando de Sousa Caeiros, professor, 48 anos, e actual presidente da edilidade. A lista à Assembleia Municipal é encabeçada por Manuel Guerreiro Marques, de 66 anos de idade, e vereador na Câmara.

O encontro, que foi seguido de um jantar de convívio nas instalações da Escola Secundária de Castro Verde, fez um balanço da pré-campanha eleitoral e definiu as grandes linhas do programa eleitoral.

As listas divulgadas denotam um grande esforço de renovação, já que 50 por cento dos nomes são

candidatos pela primeira vez; 66 por cento são homens; 34 por cento, mulheres; 84 por cento dos candidatos são independentes, sendo que a média de idades é de 38 anos.

### ENTRONCAMENTO

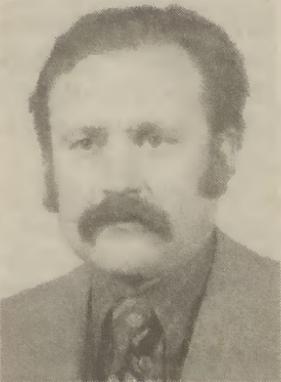


José Martins Jorge

José Martins Jorge e Mário Eugénio Duarte são os cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal do Entroncamento. Com 52 anos de idade, José Fernando Martins Jorge é técnico de desenho, membro da Comissão Concelhia do Entroncamento e da DORSA. É dirigente do Sindicato dos Ferroviários do Centro e presidente da mesa da Assembleia Geral da Cooperativa de Habitação - Coferpor. Foi vereador na Câmara Municipal do Entroncamento no mandato de 1982/85, membro da Assembleia de Freguesia do Entroncamento, no mandato de 1986/89, e é membro da Assembleia Municipal desde 1989.

Mário Engénio Duarte tem 44 anos, é engenheiro mecânico, dirigente associativo, e candidata-se como independente. Foi vereador no mandato de 1982/85 e é membro da Assembleia Municipal desde 1986.

### FERREIRA DO ZÊZERE



Armindo Antunes

Pedro Nunes e Armindo Silva Antunes são os candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere. A apresentação dos primeiros candidatos da Coligação decorreu num almoço-



convívio realizado no passado domingo, num restaurante ferreirense, com mais de duas dezenas de activistas e apoiantes.

O cabeça de lista à Câmara tem 29 anos, é natural de Lisboa e tem também residência em Ferreira do Zêzere; oficial de Hotelaria e Turismo, é militante do PCP desde os 18 anos e funcionário do Partido desde 1987, integrando a célula da Festa do «Avante!» e, desde 1990, desempenhando tarefas na organização central do Partido. Antes, Pedro Nunes pertenceu às organizações de Algés, Carnaxide e Oeiras, onde foi responsável pela informação e propaganda. Esteve também ligado ao trabalho de várias comissões e associações de juventude.

Armindo Antunes, comerciante, tem 48 anos e é natural e residente em Ferreira do Zêzere. É candidato independente e já foi deputado municipal, eleito pela APU, durante dois mandatos sucessivos.

### TORRES NOVAS



Carlos Tomé

Carlos António Tomé e Carlos Trincão Marques são os primeiros candidatos das listas da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Torres Novas.

Carlos António Lopes Tomé em 39 anos, é advogado, consul-

tor jurídico de vários sindicatos filiados na CGTP-IN. Candidato independente, é fundador e colaborador do jornal «O Riachense», quinzenário da Vila de Riachos, e membro do conselho fiscal da cooperativa proprietária da publicação. É igualmente fundador e colaborador do «Jornal Torrejano», quinzenário de Torres Novas e secretário da mesa da assembleia geral da cooperativa sua proprietária. Vereador no actual mandato, Carlos António Tomé é ainda membro do conselho fiscal do Clube Atlético Riachense.

### VALE DE CAMBRA



Maria Teixeira

Maria Teixeira de Almeida e José Tavares de Pinho são os cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Vale de Cambra. Maria Elizabete Marques Laje Teixeira de Almeida tem 51 anos, é profissional de seguros e é militante do PCP, tendo integrado a comissão de trabalhadores de uma empresa seguradora.

José Tavares de Pinho tem 50 anos, é escriturário, membro da DORAV e da Comissão Concelhia de Vale de Cambra do PCP, desenvolvendo ainda actividade no movimento associativo popular.



## Lisboa apresenta Carta de Equipamentos de Ensino

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) apresentou publicamente, a semana passada, no auditório do Montepio Geral, a Carta de Equipamentos de Ensino. Este documento, previsto no regulamento do Plano Director Municipal, é o primeiro do género a ser divulgado por uma câmara municipal.

A apresentação da Carta foi feita pelo vereador da Educação, António Abreu, durante o encontro anual com os professores, representantes de associações de pais e de juntas de Freguesia de Lisboa, para comunicação e debate do programa de actividades do Pelouro para o próximo ano lectivo.

A Carta de Equipamentos foi desenvolvida ao longo de um ano por técnicos da Câmara, sob orientação científica do Centro de Sistemas Urbanos e Regionais (CESUR) do Instituto Superior Técnico, com a colaboração de técnicos do Ministério da Educação. O documento contém princípios orientadores para uma gestão integrada do parque escolar dos diferentes graus de ensino.

No encontro da semana passada, António Abreu revelou as linhas orientadoras do trabalho da CML no próximo ano lectivo. O orçamento proposto pelo Pelouro da Educação inclui uma verba para construção e manutenção de edifícios escolares tripla da verba consignada no orçamento de 1997.

## Belém Volei'97

A iniciativa *Belém Volei'97*, organizada pela Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa/Desporto e Associação de Voleibol de Lisboa, realiza-se neste próximo fim-de-semana, dia 27 e 28 de Setembro, no relvado da Vieira Portuense, frente aos Jerónimos. É a quinta edição desta iniciativa. Dia 27, entre as 10 e as 24 horas, decorre a fase de apuramento por séries de todos os escalões e dia 28, entre as 10 e as 20 horas, a fase de eliminatórias, seguidas das finais e da entrega dos respectivos prémios. Em Portugal têm-se realizado alguns torneios abertos de mini-voleibol, mas tem sido em Lisboa, com o apoio da CML/Desporto e da Associação de Voleibol, que se regista maior difusão do voleibol de relva, com o objectivo de criar hábitos desportivos na juventude e proporcionar momentos de convívio e de aproximação entre os diferentes níveis de prática.

## Mértola

### Centro de Saúde sem atendimento permanente

Realizou-se a semana passada, em Évora, uma reunião entre o presidente da Câmara Municipal de Mértola, um representante do Conselho da Administração da ARS Alentejo e o coordenador da Sub-Região de Beja, para debater a questão da reabertura do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do Centro de Saúde de Mértola, 24 horas por dia.

Uma reivindicação que de há muito vem sendo apresentada pela Câmara de Mértola, face à dispersão do Concelho e à distância de algumas localidades até ao Hospital de Beja, o que obriga os doentes a percorrerem enormes distâncias, por vezes em situações dramáticas. Da reunião agora realizada em Évora - e que não foi a única com este mesmo objectivo - resultou o compromisso, por parte dos responsáveis da ARS e da Sub-Região, de tudo fazerem para resolver o problema em causa.

## Barragem do Pisão avança em 1999

A construção da barragem do Pisão, em Beringel, deve iniciar-se em 1999, segundo informação divulgada pelo presidente da Câmara Municipal de Beja.

Integrada no Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, a barragem do Pisão é um dos muitos empreendimentos a construir para trazer água da albufeira de Alqueva até, possivelmente, Sines, ligando entre si as diversas barragens já existentes. Em causa está o alargamento dos respectivos perímetros de rega e o abastecimento de água às localidades alentejanas em anos de seca.

Entretanto, como foi referido pelo presidente da Câmara de Beja, a construção da barragem do Pisão, embora imprescindível para a concretização do empreendimento do Alqueva, irá provocar impactes negativos e positivos.

Entre os impactes negativos, salientam-se, antes do mais, a inundação de trezentos hectares de boas terras, exploradas por pequenos e médios agricultores (o que vai obrigar à criação de uma bolsa de terrenos alternativos para os agricultores) e da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Beringel, questão delicada que impõe soluções técnicas complexas.

Quanto aos impactes positivos, referem-se a criação de condições para as culturas de regadio, o aproveitamento turístico, a possibilidade de abastecimento de água às populações ou a criação de um clima mais húmido e ameno numa zona muito seca.

# Estudos de impacte ambiental Uma história mal contada

Portugal está sentado no banco dos réus, desde Abril de 1997, devido a uma acção que a Comissão Europeia intentou contra o Estado português, no Tribunal de Justiça das Comunidades. Em causa está a transposição errada e insuficiente da directiva comunitária de 1985 sobre a Avaliação de Impactes Ambientais.

Uma história que tem vindo a ser silenciada, e que "Os Verdes" agora trazem a público, em conferência de imprensa, e denunciam como "talhada à medida dos grandes interesses político-económicos", exigindo um debate de urgência na Assembleia da República.

No Decreto-Lei 18/90, que transpõe a referida directiva, são várias as falhas registadas:

“. omitiu-se um conjunto de projectos que a Directiva previa que se submetessem à avaliação de impactes ambientais, tais como marinas, metropolitanos, etc.;

“. distingue dois tipos de processos de avaliação de impacte ambiental com formalidades e graus de exigência diferentes, deturpando o previsto na Directiva;

“. prevê a possibilidade de isentar toda uma categoria de projectos de avaliação de impacte ambiental, contrariando a Directiva;

antes de 1990, ficaram livres da obrigatoriedade de estudos de impacte ambiental. Tal como as marinas de Cascais, Vilamoura, Viana do Castelo ou os metropolitanos de Lisboa e Porto.

No comunicado distribuído à imprensa, em que é anunciado o agendamento de um debate de urgência na Assembleia da República, sobre este tema, "Os Verdes" lembram ter sempre denun-



“. reduz as formas e eficácia da participação dos cidadãos na consulta pública;

“. deixa de fora os projectos já a decorrer desde Junho de 1990.”

Na prática, isto significa que projectos de grande envergadura, como a EXPO 98 ou o Mega-Centro Colombo, cujos processos foram iniciados

Uma política - iniciada pelo PSD e prosseguida pelo PS - que, naturalmente, nada deve ao acaso, mas, como sublinham "Os Verdes", está "completamente talhada à medida de obscuros interesses político-económicos e das suas necessidades propagandistas e não das necessidades efectivas da melhoria da qualidade ambiental e da conservação da Natureza".

ciado "o escândalo dos estudos de impacte ambiental em Portugal, que servem para justificar decisões já tomadas e não como instrumento auxiliar e fundamental para a aprovação dos projectos, bem como a inexistência dos estudos em projectos com repercussão óbvia para o ambiente e para a qualidade de vida".

## Festa da Juventude CDU em Santiago do Escoural

Proporcionar cultura, desporto, divertimento, é o objectivo da Festa da Juventude CDU, que irá decorrer em Santiago do Escoural, na Praça da República, entre 3 e 5 de Outubro. Uma iniciativa que - de par da apresentação da lista CDU à autarquia local - inclui um amplo leque de actividades, do teatro ao futebol, desportos radicais, jogos tradicionais e ainda bailes, concursos de dança, Karaoke.

A festa tem início às 17 horas de dia 3, sexta-feira, seguindo-se um mini-torneio de futebol de salão, a abertura do bar e da quermesse, a largada nocturna. Pela noite haverá espectáculo com a actuação dos "Hades" e um concurso de dança, com os mais variados géneros de música.

Na manhã de sábado terá lugar um Paddy Paper. À tarde, os torneios de malha e de tiro ao alvo, os desportos radicais, com participação aberta a todas as idades, e que contam com o apoio do Corpo de Escuteiros de Évora e a continuação do mini-torneio de futebol de salão. Para as 21 horas está prevista a apresentação da lista da CDU à autarquia local, com a presença de



Luísa Araújo, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Segue-se, pela noite dentro, o baile,

com o grupo musical escourense "Idioma".

Domingo, último dia da festa, a manhã é destinada a

um torneio de sueca e dominó, enquanto à tarde se sucede o teatro, com a estreia da peça "Alice no País das Maravilhas" pelo grupo "A Trupe", dança rítmica, com o grupo de dança feminino "As Empertigaitadas" e o final do torneio de futebol de salão. À noite haverá a entrega de prémios às diferentes actividades desenvolvidas no decorrer da festa, seguindo-se o Karaoke, onde se colocarão à prova as qualidades vocais dos participantes nas mais diversas modalidades de música.

## Novas propostas da CNA

Os graves prejuízos causados à agricultura pelas intempéries deste ano e as decisões do governo no sentido de circunscrever as compensações aos agricultores que tenham efectuado Seguros de Colheitas no âmbito do SIPAC, continuam no centro das preocupações da Confederação Nacional da Agricultura - CNA.

Em comunicado de imprensa divulgado estes dias, a CNA faz o ponto da situação, referindo algumas das propostas entretanto avançadas, consideradas na decisão final do governo, quer sobre o financiamento do Fundo de Calamidades, quer nos aspectos pontuais de

pragas/doenças e apresentando novas sugestões.

Trata-se, antes do mais, da necessidade de "adequar o SIPAC à realidade agrícola que temos, para que num futuro próximo se torne mais atractivo para a Agricultura Familiar".

Simultaneamente, a CNA avança com algumas propostas concretas para que sejam compensados os prejuízos sofridos, nas zonas e culturas afectadas, também pelos agricultores que não fizeram Seguros, com base na distribuição do montante calculado caso os mesmos tivessem feito seguro, deduzindo os custos que lhes competiriam.

## NACIONAL

## Loures - 1ª Mostra de Urbanismo e Habitação

## Um projecto inovador que aposta na participação



Os visitantes da Expo Habitação puderam ficar a conhecer melhor a realidade presente bem como as grandes coordenadas e projectos para o concelho de Loures em matéria de urbanismo e habitação

Um elevado número de visitantes afluuiu, ao longo de três dias, à Expo Habitação - 1ª Mostra de Urbanismo e Habitação do Concelho de Loures, que decorreu entre 18 e 21 deste mês. Uma iniciativa que correspondeu claramente aos objectivos definidos pelos seus organizadores.

Melhorar todos os níveis de intervenção no sentido da requalificação do espaço urbano - surge como o objectivo fundamental da Expo Habitação. Um objectivo que passa por uma aposta no melhoramento dos níveis de conjugação entre a iniciativa particular e a acção municipal e, simultaneamente, se articula com o facultar de uma informação global aberta à participação de todos.

Tudo isto esteve presente na Expo Habitação, certame organizado pela Câmara Municipal de Loures, antes do mais pelo potencial informativo presente. Informação abundante, pormenorizada, detalhada - da gestão urbanística ao planeamento, à recuperação das áreas urbanas de génese ilegal - concentrada num espaço e num momento único, permitindo uma visão global do trabalho realizado nesta área, bem como dos projectos perspectivas e linhas de acção futura.

Informação que se apresentou sob formas particularmente atractivas, pelo carácter inovador do próprio projecto da Expo Habitação. Sensível quer no equilíbrio e harmonia conseguidos na exposição de painéis, quer na utilização do espaço

urbano envolvente ao Pavilhão Paz e Amizade como espaço de lazer e sociabilidade.

Uma organização de informação e de espaços propiciadora de uma leitura atenta dos painéis temáticos, da troca de opiniões, do envolvimento das pessoas, como ressaltou nos três debates realizados, em que foi tónica comum a grande participação dos presentes, permitindo aprofundar conhecimentos e reflexão.

### Festival Internacional de Ciência e Tecnologia

O Festival Internacional de Ciência e Tecnologia - que se realiza pela primeira vez em Portugal - vai decorrer em Loures, dias 25, 26 e 27 de Setembro, no Pavilhão Paz e Amizade, com entrada livre ao público.

Uma iniciativa conjunta da empresa francesa Decouverte et Comunicacion, Instituto Superior Técnico e Universidade de Aveiro, com o patrocínio do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Câmara Municipal de Loures, entre outras entidades.

Além da apresentação das últimas inovações tecnológicas no domínio da robótica, o festival irá proporcionar ao público um programa de actividades que inclui a passagem permanente de vídeos, exposição de cartazes e a visita aos stands das oito equipas que irão participar numa competição de cerca de 20 robots (França, Coreia do Sul, Rússia e Portugal) e ainda dos seis grupos universitários portugueses que trabalham na área da robótica (Minho, Coimbra, Aveiro, Universidade Nova e Instituto Superior Técnico de Lisboa).

### Odivelas Novo Centro de Artes e Ofícios

Integrado no programa comunitário Urban, entra em funcionamento, no próximo sábado, em Odivelas, o novo Centro de Artes e Ofícios - CAO's, que tem como grande objectivo o desenvolvimento de acções de formação, ao nível das artes e ofícios tradicionais, assim como a divulgação destas actividades. Um espaço que poderá contribuir também para a mobilização dos agentes socioculturais e valorização dos recursos humanos.

O Centro é constituído por seis lojas, onde ficarão instaladas as associações Quadrante, Artistas Plásticos de Loures e Artesãos de Loures, e integra uma galeria municipal para exposições, um pequeno bar, uma sala de reuniões e uma área destinada ao depósito de artes plásticas.

O programa de abertura deste novo espaço inclui uma exposição de trabalhos de vários artistas e artesãos das referidas associações, estando alguns deles presentes no local a executar os seus trabalhos.

## Conselho das Comunidades Portuguesas Lista unitária impugna eleições para o Conselho Permanente

No Tribunal Administrativo de Lisboa, deu entrada no passado dia 18 de Setembro um processo de contencioso eleitoral pelo não cumprimento da Lei 48/96 no que respeita à eleição do Conselho Permanente - CP - do Conselho das Comunidades Portuguesas - CCP.

Este processo foi instaurado pelos conselheiros João da Fonseca (França), José Xavier (Holanda) e Davide Quintans (Brasil), respectivamente apoiante e candidatos da lista de unidade "Pela autonomia do CCP" que foi impedida de participar na eleição para o Conselho Permanente.

Os conselheiros pedem que sejam anulados os actos e as deliberações do Plenário que

conduziu à eleição do Conselho Permanente com base na única lista admitida ao sufrágio, na medida em que constituem uma violação de uma regra elementar em democracia, ou seja, o pluralismo e diversidades de opiniões e candidaturas. Pedem ainda, no comunicado entretanto distribuído à imprensa, a "repetição do acto eleitoral para o CP, com respeito pela igualdade de direitos e garantias de ilegitimidade por parte de todos os conselheiros".

### Um acontecimento de grande importância

A reunião Mundial do Conselho das Comunidades Por-

tuguesas, realizada em Lisboa entre 8 e 11 de Setembro, constituiu, entretanto - como foi sublinhado pelos apoiantes da lista "Pela autonomia do CCP" - um acontecimento de grande importância, quer em relação aos estreitar de laços e trocas de experiências entre as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, quer pelo facto de ter permitido fazer o levantamento da imensidão de problemas com que estas estão confrontadas nos diversos países de acolhimento, colocando em evidência as insuficiências e a ausência de uma verdadeira política de emigração por parte do actual Governo português.

Da reunião Plenária saíram um conjunto de recomendações tão diversas como: medidas face aos problemas sociais com que estão confrontadas as comunidades portuguesas nos países da União Europeia, onde não param de crescer as discriminações de que são vítimas por parte dos governos e administrações públicas desses países; sobre a necessidade de revisão de acordos bilaterais (culturais e outros); a adopção de medidas com vista à minorização das consequências que advêm para as comunidades portuguesas com o aumento do desemprego e a velhice; propostas de tratamento igualitário em relação à importação de veículos dos não residentes no Espaço Comunitário; a importância do movimento associativo ao qual o Governo português deve dar maior atenção e apoio; uma maior atenção por parte da RTPi e RDPI às iniciativas promovidas pelas várias comunidades; um maior investimento em meios e no apoio à juventude para preservar a língua e a cultura portuguesa nas comunidades espalhadas pelo mundo; a modernização dos serviços consulares; o apoio por parte do ICEP da divulgação, de forma permanente, aos empresários das comunidades sobre as possibilidades, condições e oportunidades de investimento em Portugal; a

revisão do sistema Poupança Emigrante de forma a facilitar a captação das economias dos emigrantes com vista à realização de novos e maiores investimentos produtivos em Portugal.

Os conselheiros eleitos pela lista "Unidade em defesa dos emigrantes" sublinham, em particular, em comunicado dirigido à comunidade portuguesa em França, o ter-se conseguido "fazer aprovar por unanimidade mais de 50 recomendações de interesse vital" como "a extensão de pensão social a pessoas com mais de 65 anos; o reconhecimento dos diplomas dos luso-descendentes; a modernização dos consulados; o apoio ao movimento associativo; a criação de liceus portugueses no estrangeiro; a revisão urgente do sistema poupança emigrante". No comunicado da lista "Em defesa dos emigrantes" à comunidade portuguesa na Suíça valoriza-se a apresentação de dois documentos abordando a situação laboral e social dos portugueses residentes na Suíça e a situação do Movimento Associativo, acompanhados de propostas concretas, relativas ao desemprego (incluindo a reivindicação do pagamento de um subsídio aos trabalhadores sazonais durante a chamada "estação morta"), segurança social, formação profissional e trabalho clandestino.

## Homenagem a Pedro Soares

Um busto de Pedro Soares é inaugurado no próximo sábado, na freguesia rural de Triaches,



sua terra natal, por iniciativa da Câmara Municipal de Beja.

Militante comunista, Pedro Soares tinha 60 anos quando morreu, num desastre de automóvel, na companhia de sua mulher, Maria Luísa Costa Dias, médica, militante comunista e católica.

Antigo aluno do liceu de Beja, Soares destacou-se na luta antifascista deste muito jovem, tendo sido preso pela primeira vez a 9 de Março de 1934, com apenas 16 anos. No dia em que deveria ter sido restituído à liberdade, foi enviado, com mais 200 presos políticos, para o Tar-

rafal, quando da "inauguração" deste campo de concentração, em 29 de Outubro de 1936. Durante os quatro anos de trabalhos forçados passados no Tarrafal, Pedro Soares escreveu clandestinamente o folheto "Tarrafal, campo de morte lenta". Após a libertação, em 1940, retomou os estudos universitários, destacando-se nas lutas estudantis. Preso em 1942, foi enviado segunda vez para o Tarrafal, onde permaneceu até Janeiro de 1946. Retomou a luta contra o regime de Salazar, tendo voltado a ser preso outras vezes. Em 1954 evadiu-se das prisões da

PIDE, no Porto; e, em 1960, participou na evasão do Forte de Peniche, juntamente com um punhado de militantes comunistas, entre os quais Álvaro Cunhal. No total, Pedro Soares passou 12 anos nas prisões fascistas, metade dos quais no Tarrafal.

Depois do 25 de Abril, foi deputado à Assembleia Constituinte.

Além de ter colaborado em diversos jornais e revistas, como o "Avante!", a "Seara Nova" e o "Diário do Alentejo", Pedro Soares escreveu o livro "Herdeiros e continuadores do Anarquismo".



## Em Plenário

– **Igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na UE - 1996** - avaliação dos progressos obtidos no ano em causa. O PE criticou a Comissão por haver descurado temas como a violência contra mulheres, as mulheres e a saúde e as mulheres e o ambiente, além de nada referir sobre a implementação da plataforma de Pequim.

– **Campanha de recusa total da violência contra as mulheres** - o PE decidiu solicitar que o ano de 1999 seja designado "Ano Europeu de Recusa da Violência Contra as Mulheres". Um dos pontos altos da sessão atingiu-se quando a relatora propôs que o parlamento defendesse a criminalização dos clientes das prostitutas (a proposta foi rejeitada).

– **Discriminação da mulher na publicidade** - relatório que salientou a contribuição que os *media* podem dar para a concretização da igualdade de direitos, instando o sector da publicidade a introduzir normas mínimas de auto-regulação em matéria de publicidade não-discriminatória.

– **Política de coesão e cultura** - realça a importância das actividades culturais preservar o património cultural, combater a desertificação de algumas regiões fixando populações e criando empregos.

– **Livro Verde sobre o Comércio** - Aprovação de um relatório. O documento final, que inclui 6 alterações apresentadas pelos deputados do PCP, realça o valor social do pequeno comércio e a sua importância na criação de emprego (22 milhões de postos de trabalho em 1994).

– **Extradicação entre Estados-membros da UE** - aprovação de um relatório que, pretendendo dar seguimento às decisões de Amsterdão no campo da cooperação policial, exorta os países da UE a eliminar qualquer restrição à realização de extradicações entre si, pois tratando-se de Estados de direito, respeitadores dos direitos humanos, não há motivo para desconfianças. No caso do nosso país, aconselha "simplesmente" a que se altere a Constituição.

– **Telecomunicações e Serviços Postais** - aprovação de um relatório que incentiva o prosseguimento da liberalização do sector das telecomunicações e põe em causa a noção de serviço público neste domínio.

– **Proposta de orçamento comunitário para 1998** - o Conselho apresentou formalmente a primeira proposta de orçamento para o próximo ano, seguindo a filosofia de contenção e "crescimento zero" praticada desde há dois anos. O PE fará agora as alterações que entender necessárias e a primeira leitura do documento será votada em Outubro. Em Novembro será votada a 2ª leitura e em Dezembro PE e Conselho deverão chegar à conciliação. Esta é matéria em que o PE tem verdadeiros poderes.

– **Apoio às ONG's de protecção do ambiente** - com a proposta de um programa de acção da Comunidade para apoio às ONG's dedicadas principalmente à protecção do ambiente é criada uma sólida base jurídica para a prática corrente de apoiar o trabalho destas organizações. A proposta do PE preconiza a definição exacta dos critérios de selecção e das actividades elegíveis e a garantia de um controlo rigoroso na utilização das dotações.

– **Bananas** - aprovação de uma resolução na qual o PE insta a UE e os seus Estados-membros a assumirem as suas responsabilidades e o seu dever de solidariedade para com as regiões ultraperiféricas e os países ACP, protegendo os legítimos interesses dos seus produtores de bananas e exorta o Conselho e a Comissão a ripostarem de forma adequada, garantindo a salvaguarda da produção comunitária de bananas e a manutenção dos fluxos privilegiados oriundos dos países ACP.

– **Cuba** - o PE aprovou uma resolução, a propósito das negociações entre a Comissão Europeia e a Administração americana sobre a lei Helms-Burton, reafirmando o apelo aos EUA que se abstenham de tentar impor a sua ordem jurídica a países terceiros através de políticas extraterritoriais com efeitos prejudiciais para o comércio mundial.

– **Solidariedade com Timor** - o intergrupo parlamentar de solidariedade com Timor-Leste aprovou a sua Declaração de Princípios. Os seus objectivos são o final do genocídio do povo timorense, o terminar das violações dos direitos humanos e o conseguir levar a comunidade internacional a exercer pressão sobre a Indonésia para que o povo de Timor-Leste possa exercer o direito à autodeterminação.

– **Visitantes** - a convite dos deputados do PCP esteve em Estrasburgo, a assistir à sessão, um grupo de jornalistas de diferentes órgãos de comunicação social regional e local do Alentejo. Além de tomarem conhecimento do funcionamento de alguns dos meandros do PE, os jornalistas tiveram reuniões com os deputados do PCP e deputados do GE/NGL.

**Resumo da Sessão de 15 a 19 de Setembro**

# Comércio não é só Colombo

Na mesma semana em que em Lisboa abria, com pompa, circunstância e obras por acabar, o Centro Comercial Colombo, em Estrasburgo, o Parlamento Europeu discutiu o Livro Verde sobre o Comércio.

Num momento em que Lisboa era presenteada com um mais que discutível monumento ao consumismo de dimensões megalómanas, o PE aprovou o relatório, entretanto alterado, apresentado pelo italiano Garosci que, entre outras coisas, sugere, por proposta dos deputados do PCP, que os Estados-membros devem zelar por que "a construção de centros comerciais urbanos cada vez maiores não provoque danos irreparáveis ao ambiente, em particular aos centros históricos das cidades".

Como afirmou o deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, "nada haverá de tão descaracterizador culturalmente como os "clonizados" hipercentros comerciais, todos com a pretensão de serem os maiores de algum lugar: da cidade, da região, do país, da península, da Europa, do mundo. E que, para serem tão grandes, os maiores de algum lugar, são todos iguais a diferentes escalas e esmagam o

comércio local, esmagam os cidadãos com a sua ostensiva imponência... e enganosas facilidades financeiras".

O relatório, que surge numa altura em que as palavras de ordem são globalizar, massificar, consumir, como que faz uma pequena paragem e obriga a olhar para o pequeno comércio, realçando o seu valor social, enquanto factor de agrupamento das comunidades, enquanto rede de relações económicas e sociais que se deve integrar numa perspectiva global das relações económicas, com consideração das vertentes produtivas e regionais.

Partindo de dados que apontam o comércio como o segundo maior empregador da UE (em 1994), com 22 milhões de postos de trabalho, o relatório salienta que o comércio "é um sector que deu e ainda poderá dar muito à economia e à sociedade". Seguindo esta perspectiva, os deputados do PCP apresentaram uma emenda, que foi

incluída no texto do documento, que chama a atenção para o facto de que este sector "pode contribuir realmente para a diminuição do desemprego, se tiver condições para criar empregos estáveis e duradouros".

Do conjunto de propostas apresentadas pelos comunistas portugueses, e que acabaram por ser aprovadas pelo plenário, destaca-se a necessidade de se associar as associações de consumidores, bem como as diversas categorias do comércio a nível comunitário e nacional, "sejam associadas de forma cada vez mais estreita às próximas decisões e orientações do sector". Outro ponto focado é o alerta para a introdução de novas tecnologias no sector, "que não deve ser feita em detrimento dos postos de trabalho".

## Cultura e Coesão pelo Emprego

O PE aprovou igualmente um relatório sobre política de coesão e cultura, no qual se evidencia o papel da cultura sobre

o emprego. Uma das suas principais propostas é, precisamente, a inclusão explícita do papel e impacto da cultura sobre o emprego aquando da revisão dos regulamentos dos fundos estruturais, prevista para 1999.

O relatório, elaborado pela Comissão da Política Regional, incluiu no seu texto algumas das propostas do parecer elaborado pelo deputado Sérgio Ribeiro, em nome da comissão dos Assuntos Económicos.

No seu parecer, o deputado do PCP realçou a importância das actividades culturais na preservação do património e no combate à desertificação de algumas regiões do interior, nomeadamente através da fixação de populações e criação de emprego.

O deputado do PCP fez votos para que este relatório "não seja submergido na onda de liberalismo económico e de demissão cultural, para que não fique como um relatório de circunstância, um discurso de boas intenções e bonitas palavras esquecido nas estratégias e pelas acções e pelos meios financeiros, que são ridículos".

## PE inviabiliza ajuda para prejuízos agrícolas

Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu apresentaram, durante a sessão plenária decorrida em Estrasburgo durante a passada semana, uma proposta de resolução na qual se solicitava a disponibilização de uma ajuda financeira extraordinária por parte da Comunidade para fazer face aos prejuízos agrícolas provocados pelo mau tempo.

No entanto, a discussão desta proposta ficou excluída da ordem de trabalhos da sessão, pois não obteve o necessário apoio das demais famílias parlamentares europeias, nomeadamente as que integram outros partidos portugueses.

Em relação à linha de crédito já disponibilizada (crédito bonificado a 10 anos), os deputados comunistas reclamavam da Comissão Europeia a alteração do prazo-limite para 20 anos, à taxa zero, por forma a que este instrumento pudesse efectivamente cumprir as funções de ajuda e desendividamento dos agricultores afectados.

Além disso, solicitava-se a concessão de uma ajuda suplementar extraordinária a fundo perdido de montante equivalente à inventariação dos custos a efectuar para cobrir os prejuízos registados. Esta ajuda destinava-se essencialmente aos pequenos produtores, os quais devido à dimensão das suas explorações poderão não ter capacidade financeira para beneficiar da linha de crédito existente.

A proposta invocava as condições climáticas extraordinárias que afectaram a agricultura portuguesa durante todo o ano, nomeadamente as secas de Fevereiro e as chuvas tardias e granizos de Julho e Agosto, e as consequentes quebras de produção no sector das frutas e legumes.



A proposta dos eurodeputados do PCP visava compensar os agricultores das quebras de produção nas frutas e legumes

## Conselho da Europa prepara cimeira

A assembleia parlamentar do Conselho da Europa está reunida desde segunda-feira em Estrasburgo, numa sessão dominada pelos preparativos da cimeira dos chefes de Estado e de Governo da Organização, agendada para 10 e 11 de Outubro.

No decorrer dos trabalhos, que terminam amanhã, foram ainda abordados outros temas, como a situação na Albânia, na República Checa e na Lituânia, as actividades da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a clonagem de seres humanos, a política espacial europeia e as minas antipessoal e as suas consequências humanitárias.

Recorda-se que a conferência de Oslo aprovou quinta-feira passada um projecto de tratado de interdição total das minas antipessoal a ratificar em Dezembro, em Otava (Canadá). Os Estados Unidos não subscreveram o projecto, tendo abandonado a conferência.

Criado em 1949, o Conselho da Europa tem sede em Estrasburgo e a sua assembleia parlamentar é composta por 286 deputados, designados pelos Parlamentos de todos os Estados membros.

Os 40 membros do Conselho da Europa são a Albânia, Andorra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca,

Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Espanha, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldova, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Rússia, São Marino, Suécia, Suíça, Turquia, Ucrânia e «a antiga república jugoslava da Macedónia».

Os Parlamentos da Arménia, Azerbaijão, Bósnia-Herzegovina e Geórgia são convidados especiais da assembleia parlamentar do Conselho da Europa. As delegações dos Parlamentos israelita (Knesset) e canadiano têm o estatuto de observador.

## Cimeira franco-alemã

## Divergências em banho-maria

«A hora da Europa soa mais forte que nunca e a França e a Alemanha vão cooperar intensamente para manter a força do eixo franco-alemão como base da construção europeia.» A afirmação é do chanceler Helmut Kohl, no final da cimeira que no passado fim-de-semana juntou em Weimar (ex-RDA), para além do próprio chanceler, o Presidente francês, Jacques Chirac e o primeiro-ministro francês Lionel Jospin.

A vontade de cooperar não chega para esconder as divergências existentes entre os dois países. Se é certo que «para a Alemanha não existe nenhuma dúvida de que se chegará ao Euro no prazo previsto e segundo as condições estabelecidas», segundo Kohl, que não hesitou em garantir não ter dúvidas de

que o que afirma em relação à Alemanha «pode ser aplicado à França»; não é menos verdade que a parte francesa se mostrou particularmente lacónica sobre o assunto. O Presidente francês limitou-se a dizer nada ter a acrescentar à afirmação de Kohl, enquanto o primeiro-ministro Jospin se ficou pela garantia algo

enigmática de que a França «está calma em relação à moeda única».

Segundo informações da Lusa, em declarações à imprensa Kohl mostrou-se optimista quanto aos objectivos da União Económica e Monetária (UEM), chegando mesmo a ironizar sobre os «gurus alemães e de outros países que fazem profecias negativas sobre a moeda única» e que «especulam com aspectos técnicos de um centímetro mais acima outro mais abaixo».

«O Euro está ao nosso alcance, é um grande projecto, um instrumento de crescimento, de empregos, de pro-



O único resultado concreto da Cimeira foi a assinatura de um acordo que cria uma universidade franco-alemã (foto de 1996)

jectos, uma ajuda para uma Europa mais coerente e a garantia de uma Europa pacífica, que assume a sua potência no Mundo», disse Kohl.

Jospin optou por sublinhar a necessidade de, uma vez ultrapassada a terceira fase a UEM, acordar políticas económicas entre os Estados membros. Ora, essa é justamente uma ideia que Bona rejeita, considerando que tal assunto é da exclusiva competência de cada Estado.

Também em relação ao alargamento da UE as posições divergem. Embora tanto a França como a Alemanha considerem necessário «dar-se um impulso para levar a Europa até à ampliação», nas palavras de Kohl, o certo é que Chirac fez questão de realçar a postura francesa, distinta da alemã, de «realizar

antes as reformas institucionais prévias e inevitáveis», pois, caso contrário, «nada se concretizará».

Na verdade, o único resultado concreto da Cimeira foi a assinatura de um acordo que cria uma universidade franco-alemã, reunindo os universitários interessados em projectos de pesquisa e investigação comuns e com diplomas reconhecidos pelos dois países. O resto fica a aguardar melhores dias.

Entretanto, não deixa de ser curioso registar que esta foi a primeira cimeira a realizar-se na ex-RDA desde a reunificação alemã em 1990. Desde então, a região debate-se com uma elevada taxa de desemprego (cerca de 18 por cento da população activa contra pouco mais de nove por cento a Ocidente).

## Jornalistas peruanos contestam Governo

Os jornalistas do programa noticioso «Contraponto», do canal de TV do Peru «Frequência Latina», demitiram-se em bloco como forma de protesto contra a aquisição do canal por sócios minoritários ligados ao Governo de Fugimori. Esta decisão dos accionistas surge na sequência da transmissão de várias reportagens de investigação, que utilizaram um tom muito crítico em relação às autoridades.

Reagindo a esta aquisição, os estudantes de diversas universidades de Lima e da Escola de Jornalismo Jaime Bausa-

te y Mesa realizam amanhã uma jornada de protesto em frente ao Palácio da Justiça pela «morte da liberdade de expressão no país».

«Somos jovens que queremos expressar o que sentimos sobre o ocorrido com a liberdade de expressão. Estamos indignados com o que se passa com a imprensa independente e com os atropelos do governo em diversos temas», explicou Erika Meza, membro do comité organizador.

«Não somos uma geração X, como nos qualificam, nem somos passivos perante os acontecimentos que se vivem

na sociedade. Por isso protestamos agora», acrescentou outro dirigente da iniciativa.

Sob o lema «A liberdade de expressão, o último bastião da democracia... morreu», os estudantes proclamam o dia de amanhã como «dia de luto estudantil e cidadão» e pedem à população em geral que se junte à manifestação.

Os estudantes vestirão roupas negras, trazendo nas mãos velas e coroas de flores que depositarão na frente do Palácio da Justiça. Seguem-se representações teatrais, declamações de poesia, música e dança.

## PCP nos congressos do PAICV e do PC do Japão

Henrique de Sousa, membro do Secretariado do CC, representou o PCP no 8º Congresso do PAICV que se realizou no passado fim-de-semana na Cidade da Praia, em Cabo Verde.

«É com particular emoção, resultante dos laços históricos criados na luta contra o inimigo comum, o fascismo e o colonialismo, que os comunistas portugueses pisam terra livre de Cabo Verde», lê-se na saudação. «Sempre acompanhámos com espírito solidário a vossa luta pela defesa da independência nacional, da democracia, da paz e do progresso social. O PAICV tem-se afirmado como força política indispensável à luta do povo cabo-verdiano por uma vida melhor. Desejamo-vos, camaradas, os melhores sucessos.»

Referindo a «luta contra o racismo e a xenofobia, contra as discriminações e pelos direitos

políticos, sociais e culturais dos imigrantes» africanos radicados em Portugal, o PCP destaca a importância da «participação dos cidadãos imigrantes de nacionalidade cabo-verdiana nas próximas eleições para as autarquias locais de Dezembro, como um passo positivo no alargamento dos seus direitos políticos e na sua integração na sociedade portuguesa».

O PCP está também presente no 21º Congresso do PC do Japão que hoje termina, sendo representado por Albano Nunes, também do Secretariado do CC.

Através da saudação enviada ao congresso, os comunistas portugueses renovam as suas «felicitações pelos êxitos eleitorais alcançados nos últimos tempos pelo PCJ, que confirmam o papel necessário e insubstituível dos comunistas na luta da classe operária e do povo trabalhador,

pela democracia, a defesa da soberania nacional, o progresso social e o socialismo». Ao mesmo tempo confirmam «a solidariedade do PCP à luta dos comunistas e do povo japonês contra o militarismo, pela retirada das bases dos EUA e a abolição do Tratado de Segurança com o Japão».

## Honras fúnebres a Che em Outubro

As autoridades cubanas anunciaram esta semana a realização de honras fúnebres a Ernesto Che Guevara e aos seus companheiros de luta em meados do próximo mês, após a conclusão do congresso do Partido Comunista de Cuba.

As actividades de homenagem pública realizam-se entre 11 e 17 de Outubro e incluirá a exposição dos restos mortais de Che no Memorial Jose Martí, em Havana. No dia 14, os restos mortais dos revolucionários serão trasladados para Villa Clara, no centro de Cuba, através

da rota utilizada pela Coluna Invasora comandada por Che na campanha libertadora de 1958.

A cerimónia central efectua-se no dia 17 nesta cidade, cenário de um dos mais importantes combates do mítico guerrilheiro na última etapa da libertação de Cuba.

Os restos de Che Guevara e dos seus camaradas chegaram a Cuba a 12 de Julho deste ano precedentes da Bolívia, onde especialistas e investigadores de vários países trabalharam durante vários meses na procura dos cadáveres dos revolucionários, mortos há 30 anos.

## Esquerda Unitária Europeia solidária com o MST

Realiza-se na próxima segunda-feira o novo julgamento de José Rainha Júnior, dirigente do Movimento dos Sem-Terra, acusado da morte de um fazendeiro ocorrida na sequência da ocupação de uma fazenda improdutivo em 1989. A data do fecho da nossa edição ainda não havia notícias sobre o local onde o julgamento se irá realizar, se na cidade de Pedro Canário ou se em Vitória, como os Sem-Terra e diversas organizações exigem. O Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (onde se incluem os eurodeputados do PCP) enviou recentemente uma mensagem de solidariedade ao MST e a Rainha «com a confiança que será reposta a justiça». Foram também enviadas mensagens ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao Tribunal de Justiça de Espírito Santo e ao juiz de Pedro Canário exigindo a transferência do julgamento para Vitória, «por forma a ser garantida toda a imparcialidade deste».

## Novos colonos israelitas em Jerusalém

No passado domingo, as três famílias de colonos israelitas que se haviam instalado há uma semana em Jerusalém-Oriental foram substituídas por um grupo de dez estudantes rabinos. Reagindo a esta decisão do governo de Benjamin Netanyahu, o governo de Yasser Arafat afirmou que «os palestinianos resistirão à violação por Israel dos acordos de paz que é a criação de um enclave de colonização judia no sector de Ras el-Amoud». Os prédios dos colonos são propriedade de Irving Moskowitz, um milionário judeu norte-americano que pretende construir 72 casas para israelitas dentro de um bairro onde moram 11 mil palestinianos.

## Comunistas russos exigem governo popular

O líder comunista russo, Guennadi Ziuganov, apresentou uma carta aberta dirigida ao Conselho da Federação Russa assinada por cerca de 200 legisladores, criticando o governo, exigindo emendas constitucionais para tornar «mais razoáveis» as competências dos ramos do poder do Estado e a criação de um «governo de confiança popular». Qualificando a situação económica do país como «catastrófica» e o poder executivo como «descontrolado», os comunistas propõem convocar uma mesa-redonda onde participarão deputados, ministros, representantes dos partidos políticos e dirigentes sindicais.

CGTP-IN reafirma princípios e confiança na luta

# Com os trabalhadores a certeza de um futuro melhor

**A**o comemorar, no dia 1 de Outubro, o seu 27º aniversário, a CGTP foca a atenção da opinião pública na defesa da Segurança Social, na redução do horário de trabalho e na necessidade de crescimento real dos salários.

«Nestes 27 anos de existência, a CGTP-IN construiu uma trajectória segura. Sempre coerente com os seus princípios e objectivos. Sempre uma organização de classe, unitária, democrática, de massas e independente em relação ao patronato, ao Estado, às confissões religiosas, aos partidos políticos ou quaisquer agrupamentos de natureza não sindical. O seu compromisso foi e será sempre com os trabalhadores. E só com eles.» — A reafirmação é feita no folheto que, nestes dias, vai ser distribuído em empresas e locais públicos por todo o País.

Particular ênfase é posto pela *Inter* na exigência de que o crescimento económico deve beneficiar os trabalhadores, expressa concretamente nas reivindicações da central para 1998:

— salário mínimo nacional de 61 mil escudos, a partir de 1 de Janeiro;

— aumento dos salários reais, levando em conta a taxa de inflação, os ganhos de produtividade, a aproximação das médias salariais europeias, uma maior justiça na distribuição da riqueza, a evolução dos salários líquidos e medidas de criação de emprego e regulamentação do trabalho precário;

— redução efectiva dos horários, para o máxi-

mo de 40 horas semanais a partir de 1 de Dezembro, como decorre da aplicação da lei;

— realização de uma reforma fiscal que conduza ao desagravamento fiscal dos rendimentos dos trabalhadores;

— mais e melhor Segurança Social para todos. Estes objectivos da acção reivindicativa da CGTP foram discutidos nas estruturas sindicais, processo que culminou numa reunião nacional realizada no dia 18, e vão ter uma forte presença nas iniciativas que assinalam o aniversário: plenários em empresas, reuniões de dirigentes, delegados e activistas sindicais, iniciativas de rua, colóquios, exposições.

No próprio dia de aniversário, a próxima quarta-feira, realizam-se plenários sindicais em Aveiro (salão dos Bombeiros Novos), Braga (concentração na Avenida Central, às 15 horas), Lisboa (Teatro Maria Matos, a partir das 14.30 horas, reunindo actuais e antigos dirigentes e activistas), Porto (onde também abre uma exposição de património histórico do movimento sindical e é dado início a um ciclo de debates), Viseu, Coimbra (depois do plenário, na Casa Municipal da Cultura, tem lugar um jantar comemorativo, na Cantina da Sereia), Guarda e Viana do Castelo.



«Se há crescimento económico, ele tem que se reflectir na valorização do trabalho e na melhoria das retribuições dos trabalhadores.»



Em entrevista ao «Avante!», o coordenador da CGTP-IN defende que «há que valorizar mais o trabalho, dar-lhe mais dignidade», o que «implica reformular-se com força reivindicativa de criação de emprego e de evolução da qualidade do emprego», retomando «os velhos e sempre actuais temas» do movimento sindical: melhores salários, respeito pelos horários, emprego com direitos.

«Avante!»: Neste 27º aniversário, que maiores preocupações expressa a CGTP?

**Manuel Carvalho da Silva:** As comemorações centram-se em dois temas, que para nós têm grande actualidade: a Segurança Social, uma matéria de grande sensibilidade e uma área a que a central sempre deu grande atenção, e a redução do horário de trabalho.

O grande problema da actualidade é o emprego, não apenas porque há um nível de desemprego que os sindicatos têm que combater, mas também — e acima de tudo — porque há que valorizar mais o trabalho, dar-lhe mais dignidade, e isso implica reformular-se com força reivindicativa de criação de emprego e de evolução da qualidade do emprego, um emprego com direitos e com dimensão social e humana, com respeito pelos trabalhadores.

A partir desta grande preocupação, surgem conexões muito fortes, que retomam para o movimento sindical e operário os velhos e sempre actuais temas: a necessidade de uma luta muito forte pelo estabelecimento de tempos de trabalho controlados, para que os horários de trabalho não continuem a degradar-se e sejam horários efectivos; e uma determinação de luta muito forte pela retribuição do trabalho, que se vem desvalorizando.

Se há crescimento económico, ele tem que se reflectir na valorização do trabalho e na melhoria das retribuições dos trabalhadores, não se pode continuar a insistir numa política de baixos salários. Exige-se do Governo um sinal de melhoria de vida das camadas com menores rendimentos, designadamente através do aumento do salário mínimo nacional.

Com esta articulação de emprego, salários e tempo de trabalho se forma o núcleo central das grandes preocupações do movimento sindical.

Emprego, salários, horários

## «Há que valorizar mais o trabalho»

Uma segunda componente das preocupações do mundo do trabalho hoje é a protecção social. A sociedade está cada vez mais atacada pelos vírus do neoliberalismo, do individualismo e do egoísmo, e uma preocupação muito forte tem que ser a luta na área da saúde e da segurança social; e também na articulação entre protecção social e emprego surgem as questões da justiça no trabalho, a distribuição da riqueza e a fiscalidade.

Um quadro bastante negro...

Temos presente que o quadro dos desafios colocados aos trabalhadores e aos sindicatos é muito complexo e realmente carregado de tintas negras. O capital acha que hoje pode impor as suas regras como bem entender e que a negociação colectiva já não se justifica, que não há que negociar nada com os trabalhadores e que, com a globalização e internacionalização da economia, é possível impor um aumento da exploração, mesmo nos países onde o nível de vida é mais elevado e onde surge toda uma lógica de regressão.

Ao mesmo tempo, o cenário é também de esperança, porque milhões de seres humanos, milhões e milhões de trabalhadores vêm cada vez mais denunciando as falsas soluções. Há movimentos sociais importantes; o movimento sindical continua a ter um papel relevante e julgamos que a CGTP é portadora de um tipo de intervenção na sociedade que é motor da esperança e da confiança com que se faz o futuro.

Os objectivos da CGTP para a acção reivindicativa, entretanto, defrontam-se em muitos sectores com o boicote patronal à negociação. Haverá condições para uma resposta que permita ultrapassar este boicote?

A luta laboral é de uma riqueza extraordinária e mostrou possibilidades de ultrapassar obstáculos, ainda que muito grandes, a partir da unidade dos trabalhadores, da sua solidariedade e da sua motivação.

No último ano vimos movimentações extraordinárias, que dão esperança. A luta pela correcta aplicação da redução do tempo de trabalho e pela defesa das 40 horas como limite da duração do período normal de trabalho foi de uma riqueza enorme. Apesar de todas as dificuldades, houve em muitas empresas intervenções extraordinárias de trabalhadores em defesa dos seus direitos individuais e colectivos.

Acho clara e sinceramente que não há razões de reserva quanto às possibilidades objectivas que os trabalhadores continuam a demonstrar, intervindo nas suas organizações para resolverem os seus problemas.

Em muitos países o sindicalismo está hoje afirmado, talvez mais do que há três ou quatro anos (quando se teorizava muito sobre o fim dos sindicatos), como um espaço de presença dos trabalhadores indispensável nas sociedades. A movimentação social a partir da dinâmica e da organização dos trabalhadores, nos últimos anos, não tem diminuído, tem aumentado.

Os sindicatos têm futuro, e isso implica que as gerações de trabalhadores vão estar na sua actividade. O sindicalismo tem que ter uma componente muito forte de defesa do que está adquirido, de organização dos trabalhadores que estão no trabalho estruturado como o conhecemos há décadas; mas, simultaneamente, os sindicatos têm que ser espaço de organização e intervenção das outras camadas de trabalhadores, que não têm praticamente vínculo nenhum e cuja relação laboral é preciso fazer evoluir qualitativamente. Será o equilíbrio da intervenção nestas duas vertentes que há-de levar à dinamização de novas vontades e novas forças que rompam a atitude prepotente do patronato, de pensar que pode pôr e dispor.

Nos tempos próximos, os sindicatos têm que denunciar o poder político que, hipocritamente, diz que é preciso o sindicalismo e que é preciso valorizar os sindicatos, mas depois dá toda a protecção às estratégias patronais para secundarização e esvaziamento da intervenção sindical — quantas vezes até assumindo as posições dos patrões e antecipando-se a qualquer confronto de posições entre capital e trabalho que mostre as possibilidades de evolução num quadro equilibrado.

Em Portugal, o patronato tem contado com algumas realidades degradantes para alcançar os seus objectivos. A situação actual da Concertação Social é talvez hoje, confirmadamente, o instrumento essencial da corporativização das relações laborais e do esvaziamento da negociação colectiva. Pode-se dizer que não há hoje diálogo tripartido.

Os representantes do patronato insistem em exigir novas alterações às leis laborais. A CGTP, quer pelos contactos bilaterais com as associações e confederações patronais, quer por aquilo que decorre na Concertação, tem conhecimento de propostas nesta matéria?

A necessidade de alteração da legislação laboral é um falso problema. Em Portugal não há falta de adaptabilidade e flexibilidade na legislação laboral. Na fase presente assistimos a um esforço de negação dos direitos colectivos dos trabalhadores, como forma de melhor eliminar também os direitos individuais.

É lamentável que o Governo, na fase actual, pela voz até de ministros que se afirmam de formação marxista, venha defender publicamente a individualização das relações laborais, começando pelo Estado. Há tempos, numa entrevista a uma rádio, o ministro Jorge Coelho, dizia com um à-vontade dos diabos, que as medidas legislativas que o Governo vai anunciando para a Função Pública não são mais que a resposta a vontades individuais que têm sido manifestadas por pessoas junto do Governo!

A legislação de que falam aponta neste sentido. Não conhecemos grande parte dos diplomas que são referenciados, cada vez mais tudo está a ser feito escondido. Por isso a CGTP vem dizendo aos sindicatos que, independentemente de uma análise mais profunda do que deve ser a nossa postura, do ponto de vista ideológico, sobre a Concertação Social e estes esquemas de negociação que o capital encontrou nas duas últimas décadas, em Portugal há uma evidência: o esvaziamento da Concertação e a eliminação das res-

ponsabilidades do diálogo tripartido estão a servir para afastar todos aqueles — neste caso, a CGTP — que têm uma posição autónoma, independente e incómoda ao Governo.

Ao analisar-se os conteúdos legislativos que são referenciados em público, há uma relação muito profunda entre a individualização das relações laborais, eliminando direitos dos trabalhadores, o processo de privatizações e de destruição do Estado como entidade de responsabilização (social, política, cultural) global — que deve corresponder aos anseios no plano da saúde, da segurança social, do ensino — e, por outro lado, a tentativa de montagem de um aparelho de relações laborais e industriais instituído sem preocupações de representatividade efectiva; há, por exemplo, uma tentativa de declararem unilateralmente a caducidade dos contratos colectivos, para poderem mon-

«Assistimos a um esforço de negação dos direitos colectivos dos trabalhadores, como forma de melhor eliminar também os direitos individuais.»



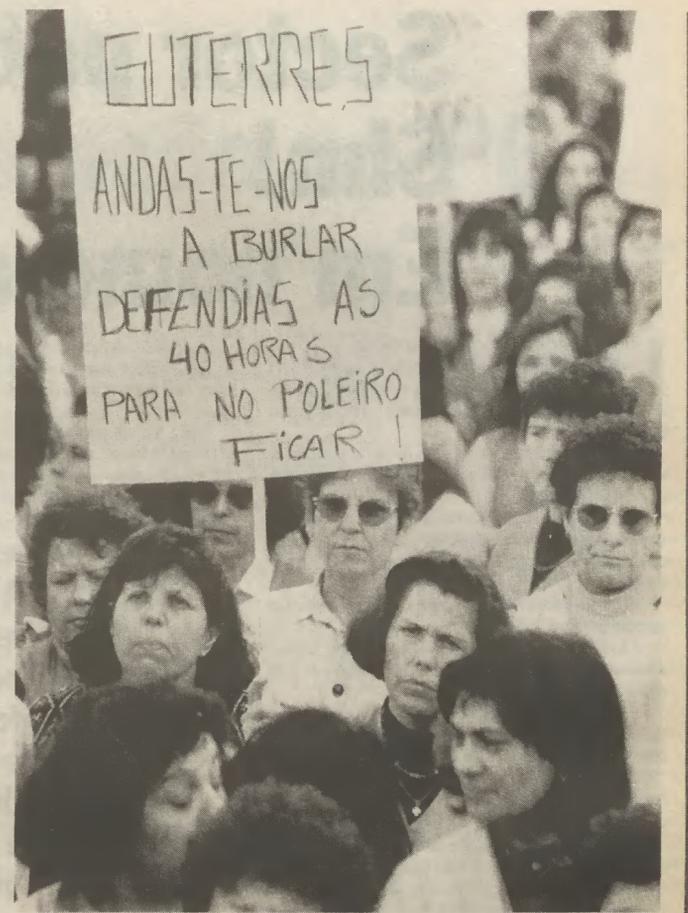
— reclama Carvalho da Silva

tar com grupos de amigos uma pretensa estrutura de contratação colectiva. São aspectos extremamente complexos e perigosos que estão em marcha.

Por que meios podem os sindicatos e a CGTP contrariar esta evolução?

Denunciando toda esta estrutura, demonstrando a evolução perigosa da corporativização das relações laborais, combatendo os lobbies e a desvirtuação da democracia, exigindo participação, discussão e negociação, sendo dinâmicos e proponendo a nível das empresas. A solução é os sindicatos estarem ao nível do local de trabalho, intervirem em torno dos problemas concretos, apresentarem reivindicações e propostas aos patrões.

Mas temos que denunciar, se o Estado, através do Governo, continuar a dar cobertura a estas situações e a dar quase como natural que os patrões, ilegalmente, não sejam obrigados a negociar com os



# Sector público...

# Sim!

# Em nome do futuro!

■ **Francisco Lopes**  
Membro  
da Comissão Política

**1** O governo PS está a levar a cabo uma frenética acção privatizadora, procurando culminar a operação que iniciou em 1977, com consequências muito negativas para o país. O processo de privatizações é um autêntico crime contra os interesses nacionais.

É a venda de empresas ao desbarato, por menos de metade do seu valor real, lesando o património nacional em muitas centenas de milhões de contos.

É, a alienação de muitos milhões de contos de lucros e de impostos que tenderão a deixar de ser pagos, a troco do encaixe imediato de verbas que nem de perto compensam os montantes que o Estado perde.

É o desperdício de muitos milhões de contos em favores e propaganda das privatizações.

É a redução dos postos de trabalho, a generalização da precariedade no trabalho, a pressão sobre direitos e condições de trabalho.

É a substituição da lógica do serviço público, pela lógica exclusiva do lucro, com enormes consequências nos custos, na acessibilidade e na qualidade dos serviços prestados à população.

É o empobrecimento da democracia e da soberania nacional.

**2** Não há nenhuma razão de interesse nacional que justifique o processo de privatizações, mas há muitas razões que mostram a importância de um forte sector público.

Um sector público forte é essencial nos dias de hoje e no futuro para garantir o desenvolvimento do país e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população portuguesa.

No quadro da internacionalização dos processos produtivos, o desenvolvimento implica graus mais profundos de articulação e cooperação entre países, mas o progresso da humanidade é o desenvolvimento de cada um dos países, de cada um dos povos, com as suas características e necessidades diferenciadas e não se confunde, nem se pode confundir, com o funcionamento de um mercado global ao serviço dos interesses e da acumulação das multinacionais, por cima das fronteiras, dos Estados e dos povos.

Os grandes objectivos nacionais, os projectos nacionais de desenvolvimento, aproveitando e procurando as possibilidades de cooperação internacional são um elemento essencial de progresso dos países e da humanidade, só possíveis tendo por base um forte e dinâmico sector público, única forma de controlar sectores estratégicos que influenciam e comandam a realidade económica e social.

Isto é particularmente válido para um pequeno país como Portugal, integrado na U.E., em que as privatizações têm significado e significam a perda do controlo do Estado, do controlo nacional sobre sectores básicos e estratégicos, sobre alavancas essenciais do desenvolvimento do país.

Um sector público forte é, ainda mais e não menos necessário, em sectores económicos liberalizados e abertos à concorrência, interna e externa.

A reserva de sectores estratégicos para a intervenção do Estado (cuja definição não é intemporal) é, não só legítima, mas em vários casos essencial para a defesa dos interesses da comunidade nacional.

Nos sectores de importância relevante para o desenvolvimento em que há liberalização e concorrência, ao contrário do que dizem alguns paladinos dos interesses do capital, isso não só, não coloca qualquer necessidade de privatização como justamente, dá uma força redobrada à existência de um sector público que permita influenciar a determinação de orientações, de políticas e de medidas que garantam a salvaguarda dos interesses nacionais, nesses sectores.

Um sector público forte é essencial para a correcção das assimetrias regionais, para o desenvolvimento equilibrado do país, para que sejam garantidos serviços de qualidade aos portugueses, independentemente dos locais do país onde vivam, para a criação de postos de trabalho e a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

A exclusiva lógica do lucro, que caracteriza os grupos privados, conduz ao aumento dos custos dos serviços, tende a introduzir discriminações em função do pagamento, do local do país e do tipo de cliente, sacrificando o serviço público. Conduz igualmente a uma redução dos postos de trabalho, a tentativas de retirada de direitos, à deterioração das condições de trabalho, ao agravamento da exploração.

Só o sector público gerido com eficácia e na lógica do serviço público pode garantir a dimensão social de serviços e actividades.

Um sector público forte é um pilar fundamental de uma democracia em que o povo decida efectivamente o seu destino, de uma democracia económica, política, social e cultural.

As privatizações significam a transferência de um enorme poder económico para grupos privados, que tendem a condicionar e dominar o poder político.

O domínio de sectores estratégicos do país, a banca, os transportes, as telecomunicações, a energia, as indústrias básicas, a distribuição comercial, os grandes meios de comunicação social, dá aos grupos económicos, às multinacionais um imenso poder.

Um poder que é económico, mas é também político, que se

sobrepõe ao poder político e se interliga com ele, modelando-o e fazendo-o funcionar em seu benefício e em prejuízo dos trabalhadores, da população do país.

Podem perguntar-se: em nome de que valores democráticos têm esse poder? A resposta é obviamente: de nenhum.

É um poder construído a partir da exploração dos trabalhadores, dos favores e do esbulho dos bens do Estado.

Como no passado, verifica-se uma fusão entre o grande capital e os governos e partidos que defendem os seus interesses.

É visível nas decisões governamentais e nas posições políticas. É visível no financiamento desses partidos pelos grupos económicos (lá estão Champallimaud, Jardim Gonçalves entre outros, como financiadores). É visível ainda na rotação dos quadros, hoje na direcção de um grupo económico, amanhã numa associação patronal, outro dia no governo, nas estruturas do Estado ou dos partidos políticos ao seu serviço. Onde estão hoje muitos dos membros dos governos de Cavaco Silva? De onde vieram alguns dos membros do Governo do PS e para onde vão depois de saírem do Governo?

Tendo chegado a um ponto avançado de recuperação do seu poder, o grande capital quer agora pressionar soluções institucionais que favoreçam a continuação do financiamento e das benesses do Estado, que possibilitem o aprofundamento da exploração, que dêem o máximo de estabilidade aos seus interesses.

Não é por acaso que PS, PSD e PP querem alterar o sistema eleitoral.

Todos os argumentos servem, mas o que eles realmente querem é um regime que funcione, não para os portugueses, mas para a defesa, estabilidade e perpetuação dos

interesses do grande capital nacional e internacional.

O que eles querem é um sistema eleitoral que em vez de assegurar a devida representação da vontade dos portugueses, reduza a vida política do país a uma alternância no poder dos partidos que defendem os interesses do grande capital, no estilo, agora mando eu, amanhã mandas tu, mas sempre ao serviço dos grupos económicos e em prejuízo dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país.

O que eles querem é um sistema eleitoral que limite a representação do PCP nas instituições, e dificulte uma verdadeira mudança, uma alternativa política.

Não é este o caminho do futuro.

Quem deve decidir das opções para o país tem que ser de facto os portugueses e não um círculo de grupos económicos associados às multinacionais.

O aprofundamento da democracia, a soberania dos portugueses sobre o seu futuro, só é possível com um forte sector público.

**3** O governo procura apresentar as privatizações como processo inevitável e inquestionável, no entanto face à gravidade, para os trabalhadores, a população e o país, de privatizações como a da EDP, da Portugal Telecom, ou da Brisa, a par dos efeitos da propaganda das campanhas publicitárias do governo, começam a elevar-se as inquietações, as preocupações e as interrogações. Porquê privatizar empresas e sectores estratégicos, altamente lucrativos? É uma questão que cada vez mais gente coloca.

Começam a surgir mais vozes a dizer não.

O barulho da fúria privatizadora do PS, apoiado pelo PSD e pelo PP, é ainda dominante, mas nas opiniões que ouvimos, nas preocupações que crescem, é já uma outra onda que se detecta.

A onda da luta que se trava hoje na resistência a cada processo de privatização, e que independentemente do seu resultado imediato, se vai reflectir e ganhar no futuro com a exigência e a concretização de um forte e dinâmico sector público. Condição para a garantia de emprego e dos direitos dos trabalhadores, para a melhoria das condições de vida da população, para um verdadeiro projecto de desenvolvimento do país e esteio essencial para uma democracia completa, a democracia económica, política, social e cultural que o PCP propõe aos portugueses.



# Autópsia de uma votação no PE

**A** resolução do Parlamento Europeu sobre a Convenção de Extradição, na última sessão plenária de Estrasburgo, mereceu honras de primeira página na comunicação social, traduzindo uma atenção e um interesse relativamente a questões essenciais ligadas à soberania nacional - e a quem a defende realmente - que não é habitual.

Como intérprete desse acontecimento, enquanto deputado do PCP no PE, trago um enquadramento e um relato fundamentado que me parecem poder ser úteis. Para informação e convite à reflexão.



■ Sérgio Ribeiro

No pretendido (por alguns) caminho para a União Europeia Política, para o federalismo, seja ele o da Europa-Estado Federado, seja ele o da Europa-Federação de Estados, o PE acaba de dar um contributo com uma ajuda de (alguns) deputados portugueses. Esse caminho vai-se fazendo agredindo soberanias nacionais, às escondidas da opinião pública - nas costas do povo diria eu... - e há vários modos e ritmos. Pode ser pé-ante-pé, pode ser passo-a-passo, ou dar-se-ão saltos quando possível porque as condições o permitem, se conseguiu uma manobra de diversão ou de distração da tal chamada opinião pública.

Desta vez, foi o caso dos Estados-membros, na sequência do Tratado de Maastricht, com base no art. K.3., terem entre si adoptado uma convenção sobre extradição. Tal convenção foi concluída sem que o PE tenha sido informado e consultado, como uma certa interpretação de outros artigos do dito tratado exigiria, mas, para o processo de ratificação que é indispensável, e que obriga a que os parlamentos nacionais ou os povos directamente se pronunciem, o PE acaba de elaborar o seu parecer.

Uma deputada espanhola do PPE elaborou o seu relatório no âmbito da "comissão de liberdades públicas" e, evidentemente, numa perspectiva em que a questão basca, a ETA, a posição do governo e de outros partidos face a essa situação foi determinante. Como proposta de resolução, foi presente a plenário para se transformar em resolução do PE.

O processo foi o habitual mas, quase por acaso, deputados que não têm participação na comissão de liberdades públicas (como os do PCP, pois somos só 3 e as áreas de trabalho são mais que muitas) descobriram e/ou foram alertados pelos seus colaboradores para alguns pormenores do que estava para ser aprovado.

## O que foi proposto ao plenário do PE

Os governos dos Estados-membros, ao redigirem e aprovarem a Convenção, no âmbito do Conselho de Ministros, foram obrigados a colocar reservas à aplicação

da Convenção. Reservas derivadas do respeito devido às suas legislações e regras constitucionais.

Face a essas reservas, a proposta de resolução permitia-se criticar, implicitamente, a sua invocação, o que resulta dos Estados ainda existirem e terem legislações e constituições que lhes são próprias, e chegava ao ponto de "manifestar o desejo" de que alguns Estados-membros as retirassem, ou através de uma interpretação (!) das suas legislações nacionais ou até, se fosse necessário, por via de revisão das suas Constituições.

Em concreto, com todos os nomes, a proposta de resolução, no seu ponto 11., pressionava a Grécia e Portugal (sob essa forma hipócrita de "manifestar o desejo") a interpretarem ou, "se necessário", a reverem as suas Constituições, "de modo a levantarem a sua recusa de extradição de estrangeiros perseguidos pela sua 'actividade em prol da liberdade' e de pessoas sujeitas a penas de prisão perpétua".

Fazia-o, como logo se acrescentava, em nome da manifestação da "confiança (desse Estados-membros e soberanos) na estrutura e funcionamento dos sistemas judiciais de todos os Estados-membros da União Europeia", o que é bem curiosa e inaceitável contradição com as ofensivas aspas de que ornaram a frase **actividade em prol da liberdade**, aspas que pressupõem falta de confiança no sistema de dois Estados-membros para avaliarem o que é ou não actividade em prol da liberdade. Aliás, parece-me evidente, e confirmei-o em ocasionais trocas de impressões, que tal "manifestação de desejo" seria inimaginá-

vel se os Estados-membros a justificarem citação fossem a Alemanha ou a França.

## Qual foi o voto dos deputados portugueses?

Que fizeram, então, os deputados portugueses, alguns deles só alertados no último minuto?

Pois os deputados portugueses presentes - 9 do PS, 8 do PSD, 2 do PP e 2 do PCP -, e só esses nos interessam nesta "autópsia", votaram contra o referido ponto da proposta de resolução, com duas excepções: 1 deputado do PSD votou a favor e 1 outro deputado do PP absteve-se.

Como o total de votos contra não passou de 58, o ponto 11. da proposta de resolução com o nome da deputada espanhola do PPE foi aprovado com a citada manifestação de desejo dirigido a Portugal e à Grécia. O que aconteceu às 13 horas, 5 minutos e 6 segundos da hora de Estrasburgo.

Não se anota a hora da votação porque se considere ter sido um momento histórico, embora a História de faça também de pequenos actos como este de carregar num botão que exprime um voto, até com a possibilidade de ter havido errada ou distraída manipulação de quem tem a responsabilidade de o fazer.

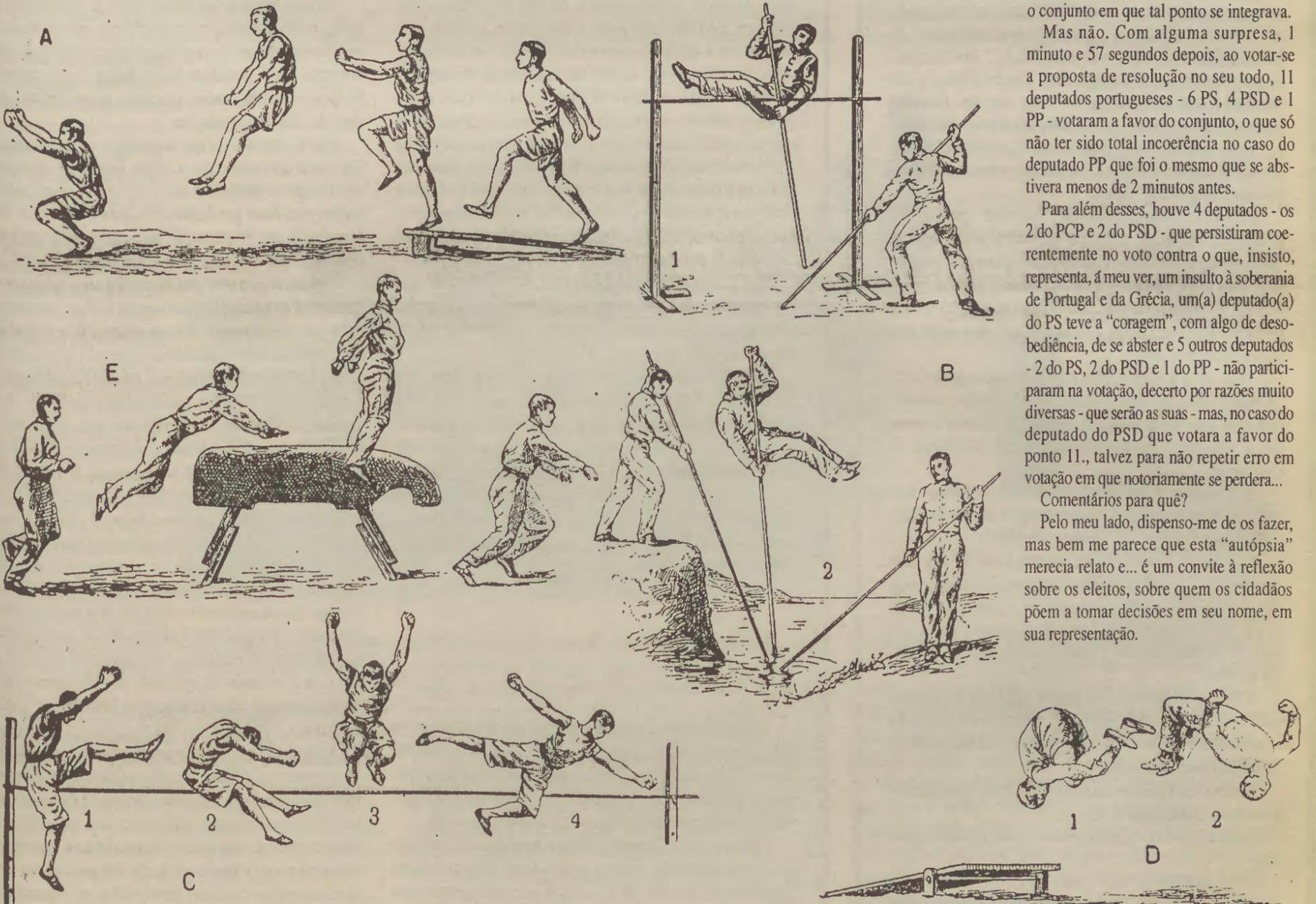
O que acontece é que, aprovado este ponto que alguns - nós!... - mas não só - consideraram profundamente ofensivo para uma soberania nacional que (ainda) existe, e basta a sua formulação independentemente das consequências que possa vir a ter, se esperaria que os que tinham votado contra o tal famigerado ponto 11. acabado de aprovar, não votassem favoravelmente o conjunto em que tal ponto se integrava.

Mas não. Com alguma surpresa, 1 minuto e 57 segundos depois, ao votar-se a proposta de resolução no seu todo, 11 deputados portugueses - 6 PS, 4 PSD e 1 PP - votaram a favor do conjunto, o que só não ter sido total incoerência no caso do deputado PP que foi o mesmo que se absteve menos de 2 minutos antes.

Para além desses, houve 4 deputados - os 2 do PCP e 2 do PSD - que persistiram coerentemente no voto contra o que, insisto, representa, á meu ver, um insulto à soberania de Portugal e da Grécia, um(a) deputado(a) do PS teve a "coragem", com algo de desobediência, de se abster e 5 outros deputados - 2 do PS, 2 do PSD e 1 do PP - não participaram na votação, decerto por razões muito diversas - que serão as suas - mas, no caso do deputado do PSD que votara a favor do ponto 11., talvez para não repetir erro em votação em que notoriamente se perdera...

Comentários para quê?

Pelo meu lado, dispense-me de os fazer, mas bem me parece que esta "autópsia" merecia relato e... é um convite à reflexão sobre os eleitos, sobre quem os cidadãos põem a tomar decisões em seu nome, em sua representação.



## Caminhos e arrepios do "Adjunto" Coelho e do seu "primeiro"

O "Adjunto" Jorge Coelho, fazendo de "lebre de serviço" na corrida que interessa ao seu "primeiro" Guterres, fez publicar no "Público" de 19/09 uma entrevista de encomenda sobre a próxima remodelação do governo e outros recados de arrearpiar.

A "moral" da entrevista ressalta desde logo na citação escolhida para título de primeira página: "é preciso arrearpiar caminho", só que o antetítulo, em vez de "Coelho avisa Guterres", devia ser: *Guterres, por interposto Coelho, avisa as hostes.*

Trata-se da "parte 2" duma fita já vista em Abril, quando, num descarado "passa culpismo", ao melhor estilo de Cavaco, o próprio Guterres acusava: "o PS só tem feito asneiras".

Trata-se agora já não tanto de anatemizar o PS e o governo para desculpar o seu principal responsável, mas de fundamentar, após as autárquicas o "arranque de um novo ciclo político", o "catapultar da actividade do governo".

Trata-se de clarificar que: "no meio das legislaturas, quando há eleições, é preciso tirar conclusões", que, como exigia há dias um senhor da CIP, um destes dias vão "rolar umas cabeças" de governantes, para manter a governação nos mesmos maus caminhos.

Trata-se não de abandonar a opção estratégica pelos grandes senhores do dinheiro e as políticas de direita, mas de "arrearpiar caminho", ainda outra vez, apenas na imagem, que "um governo não deve vir com divergências para o exterior" e que "o principal objectivo ... é ter a imagem global do governo e nomeadamente a do primeiro-ministro intocada".

Trata-se, portanto, de preparar a próxima moda Outono/Inverno do Governo PS/Guterres, com a respectiva linha de cosméticos, coreografia e desfile de modelos - os ministros substituídos - para a segunda metade da legislatura.

Mas, da entrevista, é ainda possível descodificar mais uns tantos recados.

Desde logo sobre Manuel Alegre, diz o "Adjunto": perdõem-lhe as heresias, porque, devidamente encenadas, até fazem jeito, "há pessoas que votam no PS porque se revêem nele", e que podiam e deviam optar pelo PCP e a CDU - dizem nós.

Depois umas frechadas intestinas, com veneno e destino certos, para a "meia dúzia de bem pensantes que ... acham que têm o direito de falar em nome do PS", para os "contrapoderes internos" e a "minoría", para as "não identifições" do Ministro Mateus, ou as "responsabilidades" do "Cardeal" Moura na sempre adiada reprise dos "Estados Gerais", tudo isto num "partido de estabilidade" que "tem uma liderança fortíssima, sem alternativas". O que seria se assim não fosse?

Talvez por isso o apelo impositivo: "agora calma", ponha de lado divergências internas, mesmo que graves e extrapoladas, que o negócio é eleições.

E uma mão cheia de tretas sobre "pressões ... para o PS se aliar ao PCP" o que, a verificar-se, mente Coelho, retiraria "autonomia política, ... a estratégia que nos levou à conquista de uma faixa fundamental do eleitorado". Nem se conhecem as "pressões", nem semelhantes desgraças, como se comprova na cidade de Lisboa, mas as falsidades dão muito jeito para prevenir tentações.

Vêm ainda à baila o PP e o PSD. Sobre o primeiro, o "Adjunto" passa sintomaticamente ao lado, sobre o segundo, para além duns tantos golpes de opereta para animar o espectáculo, ressalta a expectativa subserviente da viabilização do Orçamento.

E, a culminar, a mais monumental das desvergonhas desta cartilha do guterrismo, a fundamentação do real desígnio do "arrearpiar caminho" - a "maioria absoluta".

O "Adjunto" Coelho, coitado, "nunca foi adepto das maiorias absolutas", mas foi tamanha a "conjugação de esforços dos três partidos da oposição na Assembleia" e "por todas as razões que temos encontrado na forma de governar", que, na sua humilde "opinião pessoal", "temos de caminhar para a maioria absoluta".

Assim se comprova que o caminho trilhado pelo "guterrismo", nas políticas, nos argumentos, nos visões e nos desígnios, é uma hipocrisia pegada, uma cópia farsolosa e de mau gosto do "timoneiro" de Bolíqueme.

E sobre a arrearpiante certeza do PS/Guterres estar disposto a tudo para continuar no Poder.

Resta ao povo português fazê-los, de facto, arrearpiar caminho.

■ Carlos Gonçalves



■ Modesto Navarro

# Para humanizar Lisboa

Imaginemos que voamos sobre vários ninhos de cucos.

Sobre as Amoreiras.

Sobre o Casal Ventoso.

Sobre o Monsanto ainda ameaçado.

Sobre a Musgueira.

Sobre o Chiado destruído.

Herdámos, não uma cidade, mas vários mundos subvertidos, desprezados e, sobretudo, desligados e descontrolados, no crescimento, na vida, na paixão e na responsabilidade de ser capital do País e, simultaneamente, cidade europeia.

Esta foi a herança que tomámos em 1989, não aos mouros, mas aos que não amavam Lisboa, e sim, acima de tudo, o lucro, o negócio, e tinham o mais profundo desprezo pela participação das populações, pela descentralização, pela coordenação de vontades, potencialidades e forças disponíveis, francamente interessadas em mudar a vida na cidade.

O isolamento é ainda um drama enorme e concreto na vida de cada cidadão de Lisboa. A violência, a criminalidade, a droga e a prostituição por aí continuam, no dia e na noite. A visão, de direita e desumanizada, da vida dos homens e das mulheres, dos velhos, dos jovens e das crianças, produziu efeitos terríveis e ainda não mensuráveis sobre cada indivíduo, sobre a família e o meio. Lisboa esteve à beira do abismo, com Abecasis e o PSD, e muito trabalho, muito sacrifício, muito estudo e, sobretudo, muita participação é preciso desencadear, em cada área da cidade e no seu conjunto, para serem criadas condições propícias ao avanço para uma cidade dinâmica, moderna e humanizada, viva e criadora que está finalmente configurada nas bases e enunciados do Plano Estratégico e do Plano Director Municipal, elaborados e postos em prática pela Coligação de esquerda que governa a cidade.

O debate que novamente empreendemos assume uma importância relevante, enquanto contributo para as opções estratégicas que determinarão o desenvolvimento da cidade num futuro próximo.

Repensar a cidade, no contexto de um final de século e de milénio em que profundas mutações políticas, económicas e sociais emergem inequivocamente, impõe a todos, e a cada um de nós, a responsabilidade de aprofundar os problemas com que a cidade se debate, na sua multiplicidade e diversidade, e propor as soluções que estimulem o desenvolvimento - nas suas diversas vertentes -, o diálogo construtivo e aberto com todas as entidades que intervêm na cidade e a participação empenhada e criativa das populações.

\*  
\* \*

Cidade milenar, a Lisboa afluíram, desde sempre e em todas as épocas, numa corrente migratória constante, gente das mais variadas origens, na busca de melhores condições de trabalho e de vida, configurando um mosaico humano cuja riqueza está indissociavelmente ligada à identidade da capital.

Todavia, o crescimento caótico e desordenado, marcado por uma terciarização acentuada, uma expansão e demolição sem critérios, ao sabor de pressões especulativas, deixaram profundas cicatrizes na cidade, particularmente na década de

1980/90, desfigurando-a, amputando-lhe elementos fundamentais da sua identidade, expulsando para a periferia segmentos muito significativos da população, em suma, descaracterizando e desumanizando Lisboa.

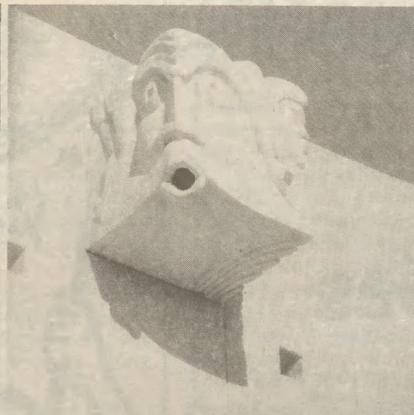
A agravar a prática de uma gestão municipal de direita, centralizadora e casuística, incapaz de promover o diálogo e de definir estratégias de intervenção globais e coordenadas, há que referir a ausência, por parte dos sucessivos governos, de uma política de correcção de assimetrias regionais, o boicote à criação de regiões administrativas, à descentralização de meios e competências para os municípios, com as inevitáveis consequências sobre a cidade.

O Plano Director Municipal é uma exigência de há longos anos. Como o são a implementação das regiões administrativas e a criação de uma Área Metropolitana que tenha em conta as interdependências funcionais e estruturais de diferentes municípios, umbilicalmente ligados por interesses e problemas comuns das populações.

Só uma miópe visão administrativa, subordinada a interesses político-partidários autocráticos, obriga ainda a uma gestão espartilhada da região, adiando a tomada de soluções conjuntas que a gravidade das situações requer, desperdiçando meios e oportunidades, agravando os problemas e a qualidade de vida das populações.

Este é o cenário em que se enquadra a gestão municipal, e que é hoje oportuno voltar a referir, para se ter consciência do nível e tipo de obstáculos que é necessário vencer definitivamente, para levar por diante o projecto de futuro de que Lisboa carece, por corresponder aos anseios mais profundos da população que nele investiu a sua esperança.

Promover portanto uma discussão séria sobre a configuração real da Área Metropolitana de Lisboa, considerando a realidade insofismável e determinante dos concelhos das duas margens do rio, procurando ligar não só a população de Lisboa ao Tejo mas respondendo mais acentuadamente a essa ligação já existente dos trabalhadores que todos os dias o cruzam, das empresas e outros interesses económicos que nos dois lados se completam; descentralizar e desenvolver a aplicação dos documentos fundamentais de Lisboa, o Plano Estratégico e o PDM, em zonas e sectores específicos; fazer levantamentos por freguesias e áreas da cidade, para detectar com rigor linhas essenciais de acção futura; corrigir assimetrias e promover o estudo da reorganização administrativa da cidade, redimensionando uma parte das freguesias e criando novas autarquias onde tal seja indiscutivelmente necessário; levar a cabo a elaboração de novos protocolos com as Juntas de Freguesia, nomeadamente em áreas decisivas para a melhoria da qualidade de vida, descentralizando audaciosamente meios técnicos e financeiros; acentuar e valorizar a reabilitação urbana em curso e a promover; lutar por transportes que dêem resposta condigna às populações e às centenas de milhares de trabalhadores que todos os dias entram e saem da cidade, sinal ineludível do esbatimento de fronteiras económicas e culturais entre o concelho e os concelhos vizinhos; ampliar a oferta turística e criar condições para uma maior e melhor atracção das populações do País e do estrangeiro; considerar devidamente, no planeamento e na intervenção conjugada, sectores fundamentais como o



\*  
\* \*

Nos seus museus, nas bibliotecas, nas escolas, nas associações, na acção da Fundação Gulbenkian, no Teatro Nacional D. Maria II, no S. Carlos, nos teatros e cinemas que restam, no Parque Mayer, nos jardins e em mil e um espaços abertos e fechados, nos criadores que vivem e têm em Lisboa a parte mais representativa das suas instituições, nas Colectividades e clubes populares, repousam dinâmicas que têm assistido à destruição de teatros como o Monumental e de orquestras como a da RDP Lisboa, que assistiram à tentativa de desmembramento do Teatro Nacional de S. Carlos, que lamentam o quase total desaparecimento da ópera do Coliseu, que ambicionam lançar projectos que dêem substância aquilo que é essencial na vida dos lisboetas, o cimento que advém do enlace harmónico do social e do cultural; projectos que darão novas dimensões à procura do bem-estar e da felicidade, que lançarão novas pistas para acentuar a participação colectiva, individual e coerente de cada sector da população, de cada bairro e freguesia, nessa obra fundamental que é a alteração e a mudança, para melhor, para muito melhor, desta cidade no seu todo e em cada parte fundamental de que se compõe.

A importância socioeconómica e política da cidade não tem, e precisa de ter urgentemente, correspondência nas áreas do bem-estar social e cultural. Essa é uma das vertentes fundamentais da nossa aposta, porque não bastará criar riqueza, melhorar aspectos concretos da vida diária, se não se souber lançar novas coordenadas de interacção criadora que dimensione de forma inovadora a vida das populações e a sua intervenção determinante no quotidiano de felicidade espiritual, na humanização decisiva de cada pessoa e das camadas que mais sofrem, lutam e anseiam na cidade.

Equilibrar e procurar portanto dotações mais elevadas para as áreas da qualidade de vida, na cultura, no ambiente, na educação, no desporto, no património, valorizar Lisboa como cidade onde se cruzam e interpenetram culturas e identidades de todas as regiões do País e também expressões africanas, europeias e de outras partes do mundo, elevar o sentido do gosto, da estética, da moral e da liberdade, são objectivos principais que, como tal, terão de ser entendidos por quem planeia e por quem executa, para que sejam assumidos pela população e pelos grupos a interessar especificamente; para que os serviços da Municipalidade sejam definitivamente adequados aos novos projectos e realidades; para que outros poderes, nomeadamente o

comércio, a pequena e média indústrias, os serviços, os sectores da administração central instalados em Lisboa e as universidades, promovendo o debate, a produção de ideias e soluções, superando os «deficits» de democracia, sempre em ligação com outros sectores fundamentais da população; criar e reforçar a coesão social e combater espaços e realidades brutais de pobreza - são vectores, entre outros, pelos quais lutamos e lutaremos na construção de uma ideia global de cidade consubstanciada nos documentos em apreço, nos quais sentimos e vemos hoje com orgulho que contém muito do estudo, da experiência e das propostas que o PCP, ao longo dos anos, foi criando, divulgando e apresentando também através dos seus eleitos no Município.

\*  
\* \*

Lançar as bases da Lisboa do Século XXI e construir uma região da Área Metropolitana são objectivos centrais que deverão mobilizar os que em Lisboa vivem e trabalham, procurando honrar a cidade e o País, porque é disso que se trata, de sermos construtores de Lisboa e portugueses, no amor pela língua universal que precisamos de continuar a defender e projectar, na necessidade de assumirmos definitivamente a descoberta da cidade e do País que temos, bem como o valor real da capacidade de construção e de inovação que nos pode e deve caracterizar na vida e na prática.

Que Lisboa queremos? Que Lisboa sonhamos e amamos? O PCP, desde a sua criação, esteve sempre na primeira linha da luta por uma vida melhor em Lisboa, com a classe operária, com as populações dos bairros e freguesias, com a intelectualidade que aqui viveu, vive e trabalha, na resistência à destruição e à venda do seu espaço e património, na reflexão e na acção, por medidas e iniciativas que trouxessem bem-estar e felicidade a um povo laborioso, que ajuda a realizar riqueza, integrado numa região de trabalho, de liberdade e de progresso que cria, hoje como ontem, a parte mais importante do Produto Nacional.

Lisboa é uma cidade trabalhadora, com uma densidade habitacional em certas zonas elevada e noutras não, com um congestionamento absurdo do seu quotidiano, terra de gente que sofre mais do que vive, que foi e tem sido decisiva nos tempos históricos mais relevantes, com 1383, 1640, 1910 e 1974, e que, por muito sofrer e querer ser livre, decidiu dar a vitória em 1989 à Coligação «Por Lisboa», na certeza de que era urgente mudar de direcção política para transformar o que houvesse e houber a transformar, com medidas de fundo e concertadas de modo amplo e democrático, como é timbre dos democratas e dos revolucioná-

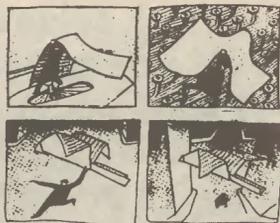
rios da vida quotidiana e da vida mais ambiciosa e decisiva que se projectará no futuro.

Estas bases que hoje procuramos enriquecer terão de, em primeiro lugar, na sua realização necessariamente faseada e articulada, considerar a sociedade diversificada que vive, sofre e trabalha em Lisboa, que não quer ver mais os seus bairros esvaziados de jovens casais que têm de ir morar para longe da cidade, que não quer sentir que as suas raízes são atacadas e destruídas cada vez que um prédio ou um quarteirão é objecto de ganância e especulação, que gosta de conviver e não consegue já conversar nas ruas e cada vez menos o faz dentro de casa, que quer sentir segurança quando os filhos saem para a escola ou passeia à noite na freguesia, que ambiciona ter instrumentos e condições para participar na vida social e cultural de corpo inteiro, que deseja um trânsito organizado, coerente e respeitador dos transeuntes, um ambiente mais despoluído e agradável, um dia-a-dia pontuado pelos hábitos e pelos gostos locais; em suma, uma população que está disposta a participar na construção da liberdade e da felicidade possíveis, se não for hoje já que seja para amanhã, e que quer ver propostas concretas e realizáveis, não escondidas em opções tecnocráticas e desumanizadas, mas sim expostas em linhas de vontade determinada de mudança e de transformação que irradiquem definitivamente da capital o atraso, o absurdo e a miséria moral, responsabilizando sempre outros poderes, nomeadamente o governo central; uma



população que quer avançar para outras situações onde as baracas continuem a ser efectivamente substituídas por casas e bairros, a saúde seja um bem de resposta eficaz, o ensino seja uma realidade palpável e sã, e não demagogia populista, a cultura seja caminho prestigiado por onde se projecte Lisboa como uma das cidades principais da Europa e que seja, ao mesmo tempo, praticada e fruída ao nível das freguesias e bairros, em projectos de desenvolvimento articulados entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, com as instituições de intelectuais e colectividades populares, com os grupos de jovens e outras expressões de uma riqueza que ainda persiste, ao lado de um património significativo na defesa e projecção nacional e internacional decisivas para esta cidade.

poder central, sejam responsabilizados e obrigados a cumprirem as partes e projectos que lhes cabem na obra diversificada, grandiosa e muito responsável de devolver Lisboa aos lisboetas e a todos os seus habitantes e trabalhadores, que a amam quando sofrem a agressão, a destruição e as violências quotidianas que é necessário, e é possível, com a nossa participação e empenho, finalmente erradicar por caminhos coerentes, responsáveis e determinados, caminhos que estamos decisivamente dispostos, pela parte que nos toca, a continuar a trilhar, ao lado dos que entendem Lisboa não como uma abstracção ou negócio, mas como uma cidade com gente, muita gente dentro, que deve ter finalmente direito à habitação, à saúde, à educação, à cultura, ao bem-estar e à felicidade humana e humanizadora do dia-a-dia e do futuro.



## InterMEDIações

■ Fernando Correia

### Privacidades

As circunstâncias da morte da princesa Diana continuam a ser pretexto para abundantes e diversificados exercícios opiniosos acerca da actualidade dos *media*, principalmente no que se refere à imprensa sensacionalista. Anotemos três observações.

Uma das questões mais abordadas é a da privacidade, isto é, o direito que as pessoas têm à sua vida pessoal e familiar, direito este frequentemente posto em causa pela referida imprensa, nomeadamente através dos «paparazzi» – expressão que, desde «La Dolce Vita» de Fellini (1960), designa os fotógrafos especializados na recolha sub-república de imagens (quanto mais comprometedoras melhor) das figuras do «jet-set».

Trata-se de um problema real ligado a um outro: o do sensacionalismo. É perfeitamente legítimo que os visados queiram resguardar a sua vida íntima e não gostem de a ver exposta em textos e fotos na praça pública. No caso de Portugal, a própria Constituição consagra a «reserva da intimidade da vida privada e familiar».

Mas atenção: o direito à privacidade, ao contrário do que as opiniões dominantes dão a entender, é um direito de todos e não apenas das figuras do «jet-set».

As gentes anónimas, que só são notícia porque a sua barraca arde, ou porque a filha foi violada, ou que se sujeitam a tudo para, uma vez na vida, terem um pouco de protagonismo, ou para ganharem umas dezenas de contos num concurso (?) de TV, também têm direito à intimidade.

A qual, no entanto, todos os dias é afrontosamente violada por televisões obcecadas pelas audiências e pelo lucro, muitas vezes explorando a sua ingenuidade e boa-fé. Argumentando, cinicamente, que se as pessoas se sujeitam é porque querem...

É preciso proteger o direito à privacidade das vedetas, dos artistas, das grandes personalidades, dos reis e das princesas? De acordo – ainda que excluindo, naturalmente, os que fazem da cumplicidade com os *media* uma estratégia de carreirismo.

Mas é preciso proteger também, em todas as suas vertentes, a *intimidade* e a *individualidade* dos outros, da grande maioria, incluindo direitos sociais e económicos, políticos e culturais que condicionam de forma decisiva a sua vida, no que ela tem de mais *pessoal* e *íntimo*.

Mais do que proteger: é preciso criar as condições (e isto também deveria ser uma responsabilidade dos *media*) para que essa individualidade, em vez de amesquinhada, explorada e mercantilizada, se revista de dignidade que merece, no seu sentido mais profundo, integral e humano.

Não se veja aqui demagogia, mas sim o alerta para que até mesmo os mais bem intencionados não se deixem

envolver por uma retórica encobridora de questões de fundo que alguns pretendem manter na sombra.

### Sensacionalismos

Vale a pena perguntar: entre a imprensa sensacionalista e certos programas televisivos, incluindo de informação, qual a diferença, afinal?

Mais escândalo menos escândalo, mais seio ao léu menos seio ao léu, mais boato menos boato, não será afinal do mesmo produto que se trata? Não será a mesma sujeição à notícia tornada mercadoria, à informação tornada negócio, ao entretenimento tornado espectáculo de mau gosto?

As intromissões na vida amorosa privada das famílias reais e do «jet-set» em geral, assim como nos seus momentos de tragédia e de dor, são condenáveis. Mas se a foto numa revista de uma princesa a beijar o namorado clandestino, ou coisa parecida, é sensacionalismo, não o são menos as longas imagens no telejornal de corpos mutilados e disformes, ou a recolha insistente e demorada das palavras (e dos silêncios constrangedores, das lágrimas e dos choros) de familiares em estado de choque, assim violenta e publicamente agredidos na sua intimidade mais profunda.

### Ideologias

No negócio da imprensa sensacionalista não estão em jogo apenas aspectos económicos, mas também aspectos ideológicos.

Uma das mais recentes revisitas dese tipo aparecida entre nós, a

VIP, afirmava na sua apresentação coisas como esta: **Com a revista VIP, VIP é também quem a lê.** Como quem diz: para ter alguma importância na vida, o leitor não precisa de lutar – basta conhecer a vida das pessoas importantes.

Afirmava também: a **VIP é uma revista que se lê para sonhar acordado.** Como quem diz: para enfrentar a realidade, a solução não é transformá-la – é a fuga para o sonho; é iludir e compensar a pequenez e infelicidade próprias com a grandeza e felicidade alheias.

Confessada com uma certa ingenuidade, surge aqui bem clara a função social e ideológica exercida por esta imprensa (e de programações televisivas de conteúdo semelhante). E desnecessário se torna sublinhar em que medida isto contribui para a manutenção e a reprodução da ordem vigente, isto é, a ordem capitalista.

Eis como partindo do sensacionalismo e dos «paparazzi» chegamos ao capitalismo.

As coisas são mais complexas do que parecem. Ou, se calhar, são mais simples do que muitos julgam.



## III – O PCP: traços gerais da sua história e desenvolvimento revolucionários

### 1. O PCP: Nascimento e história. O seu papel na luta pelo derrube do fascismo e colonialismo portugueses

Numa conferência proferida em 9.IV.1992 na Universidade Nova de Lisboa, intitulada «O PCP da reorganização dos anos 40 ao 25 de Abril», Álvaro Cunhal afirma:

«É útil relembrar que na maior parte desses anos [de dominação salazarista e caetanista] o PCP foi o único partido que resistiu à repressão fascista e não só sobreviveu nas condições de clandestinidade como se tornou um influente partido nacional.

«Os partidos existentes à data do golpe de 1926 (!) cessaram praticamente a sua actividade e acabaram por desaparecer completamente da cena política. O PS pôs termo à sua actividade na Conferência Nacional que foi autorizado a realizar [para o efeito, supõe-se...] e só 40 anos mais tarde (em 1973) (!) será criado o PS actual.

• Lembremos que o PCP foi criado em 6.III.1921. Que vai desenvolver actividade legal até ao golpe militar de 28.V.1926. A partir de 1929, vão crescer, sob o impulso de Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP, a organização partidária, tal como a estruturação de largos sectores sociais. Destaquem-se neste ano, e no imediato, a criação da ORA (Organização Revolucionária da Armada); do Socorro Vermelho Internacional; da Federação das Juventudes Comunistas; da Liga dos Amigos da URSS; da Liga contra a Guerra e o Fascismo; de Grupos de Defesa Unitária.

• Nos anos de 1930 e seguintes, o PCP tem uma influência crescente nos sindicatos livres. E lembremos que desde 1929 a sua organização era clandestina.

Estará igualmente presente na greve insurreccional de 18.I.1934, com grande expressão na *Marinha Grande*,

# Os partidos políticos

no Barreiro, no Seixal e em Silves, procurando, simultaneamente, levantar grandes massas trabalhadoras em defesa da liberdade sindical, e combater desvios aventureiros que ameaçavam facilitar que a vanguarda trabalhadora e as próprias massas operárias caíssem em erros esquerdistas e anarquistas que apenas abriam o caminho a uma vaga repressiva.

Mas no período 1929/1941, o Partido tem uma vida irregular, marcada por graves crises.

• Nos três anos que se seguem à prisão do Secretariado, em 1935, a sua direcção volta a ser atingida pela repressão por quatro vezes! Sobre tudo porque o aparelho central clandestino estava praticamente ligado ao Secretariado, não existindo um corpo central de funcionários...

• Assim, será sobretudo a reorganização de 1940/41 que, vencendo estas deficiências – e criando e valorizando, pela primeira vez na história do Partido, um Comité Central, uma direcção colectiva e um forte corpo de revolucionários profissionais – tornará viável a transformação do PCP num grande partido nacional, capaz de contribuir decisivamente para o derrube do fascismo, a instauração da democracia, o termo da guerra colonial e o termo do colonialismo português.

• E Álvaro Cunhal formula assim, em «brevíssimo índice», os mais de 30 anos de luta pelo derrube do fascismo:

«De 1940 a 1949, nos anos da II Guerra Mundial e após a derrota hitleriana, a vitória da URSS e Aliados e a instauração de novos regimes democráticos – a transformação do PCP num grande partido nacional, ligado às massas. Sobressaem (...) a criação de uma organização nacional partidária, a realização do III e IV Congressos do Partido (1943 e 1946) [entre um e outro o número de militantes passa a ser seis vezes superior!], a publicação regular do «Avante!» e outra imprensa clandestina, o impetuoso fluxo do movimento operário com grandes greves e outras lutas de massas, a criação e organização de amplos movimentos unitários antifascistas, a batalha da Oposição pela primeira no terreno eleitoral da ditadura (1945 e 1949).

«De 1950 a 1959 – o PCP nos anos da guerra fria. Sobressaem neste período de refluxo revolucionário, a realização do V Congresso sob o impacto do desvendado do culto da personalidade de Staline no XX Congresso do PCUS, grandes lutas de massas e novas lutas no terreno eleitoral fascista, com relevo para a campanha do General Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958.

«De 1960 a 1967 – A luta revolucionária na situação de crise geral da ditadura fascista (...) – desenvolvimento geral da luta democrática em todas as frentes (luta operária, luta sindical, luta dos estudantes, luta contra a guerra colonial, lutas nas forças armadas), aproximando-se a crise revolucionária que conduziu ao 25 de Abril, ao derrubamento da ditadura, à revolução democrática e à instauração da democracia portuguesa».

### 2. Portugal e a Liberdade. O PCP depois do 25 de Abril

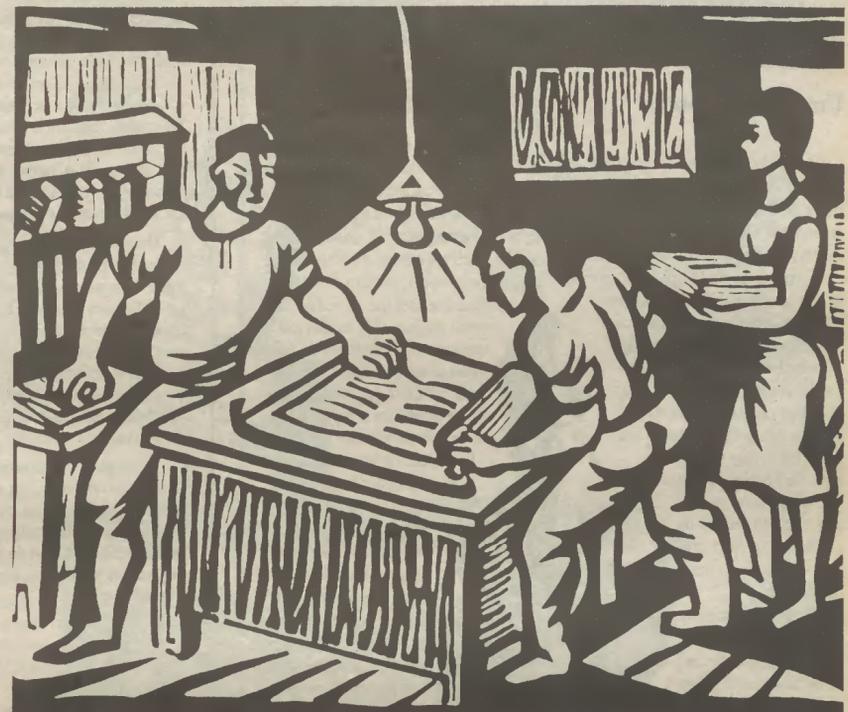
• A derrocada do regime fascista e colonialista de Salazar e Caetano, às mãos do Movimento das Forças Armadas e do movimento popular e revolucionário de massas, permitiu e forjou a primeira grande tentativa histórica de estabelecimento de democracia económica, social, política e cultural em Portugal.

• Pela primeira vez na vida da comunidade portuguesa, em 1974 e 1975, foram dados, pelo povo e pelo poder, sérios e revolucionários passos, simultaneamente no sentido antifascista, anticolonialista, anticapitalismo monopolis-

ta de Estado e pela paz mundial. As liberdades políticas, económicas, sociais e culturais passaram a ser uma realidade política quotidiana: os presos políticos foram libertados, vencida a resistência inicial de Spínola, que propunha a libertação caso a caso, após exame prévio; a censura política foi varrida e interdita, depois de 40 anos de omnipotente presença; as armas portuguesas e estrangeiras usadas pelas Forças Armadas nacionais calaram-se em África; foi reconhecido e levado à prática o direito à independência dos povos colonizados em nome de Portugal; os Mellos, os Espíritos Santo, os Champalimaud, desses e doutros apelidos refugiaram-se longe de Portugal, enquanto grandes empresas eram nacionalizadas; a greve deixou de ser crime,

E hoje, o PCP – por ser basicamente patriótico e internacionalista e se recusar a ser agente do cosmopolitismo ou do nacionalismo cínico de grandes potências – está outra vez no centro da batalha em defesa da soberania nacional e popular portuguesas, desta feita contra a mundialização totalitária do mercado nacional, contra a moeda única da dissolução nacional e da marginalização popular, contra a suserania de um pretenso «pensamento único», que afinal só exprime e consagra os interesses e convergências imperialistas...

• No momento em que a autonomia e a independência da comunidade portuguesa sofre a mais poderosa e diversificada investida de sempre contra a sua existência e liberdade,



tal como deixaram de ser delituosas a acção e organização políticas para as camadas populares e trabalhadoras... Um ano mal passado sobre o fim da ditadura, realizam-se as primeiras eleições gerais e constituintes livres da História portuguesa!

• O PCP, no momento e prática da vitória da liberdade, como em toda a história da luta contra a ditadura fascista e colonialista, fez parte integrante e determinante do cérebro, do coração, dos músculos e das mãos da luta pela democracia e pela paz.

contra a sua própria capacidade produtiva, contra o seu poder concorrencial – a defesa da classe operária portuguesa e da sua ideologia revolucionária; dos trabalhadores produtivos nacionais, da agricultura, pesca e indústria; da continuidade de todo o sector laboral e criativo português; da unidade dos democratas em torno da sobrevivência e avanço produtivo nacionais – são a primeira necessidade e dever da luta pela liberdade, independência e bem-estar, em Portugal.

• Neste quadro, devemos ser um Partido crescentemente unido. Não por pensarmos sempre o mesmo, até no que não é essencial e básico. Isso não é ser unido. É sermos repetitivos. É sermos menos verdadeiros. Isso não é ser marxista-leninista. É não termos confiança na nossa ideologia e no poder criador do marxismo-leninismo.

Mas unidos, sim, pela camaradagem de pensamento e de acção. Pelo que pomos em marcha. Unidos pelos grandes objectivos da nossa perspectiva científica e inovadora, de classe e histórica. Unidos pelas regras vivas e democráticas, internas e externas, que só pode ter e só pode aplicar, com rigor e vigor, quem pretende estar bem integrado no grande colectivo operário, trabalhador e popular, que é a nossa luta comum contra a exploração e pela liberdade. Em síntese, pela união e acção de quem pretende ser camarada e companheiro de ideologia e luta revolucionária.

• Mais que tudo, devemos ajudar a dar vida a esta grande união que nos vem do nosso objectivo comum de libertação social, conduzida universalmente pela classe operária revolucionária e pela luta de todos os povos; que nos é assegurada pelo trabalho colectivo organizado, pela luta organizada de massas, pelas perspectivas fraternas de futuro, graças à nossa entajada. A entajada de um povo, de muitos povos, com operários, trabalhadores, camponeses, intelectuais e jovens que, ao fim e ao cabo, são, no seu movimento e luta, a viva razão de ser da nossa concepção do mundo e o cérebro e o motor reais da sua transformação.

(1) Sublinhados nossos.



■ Jorge  
Messias

Um auxiliar de leitura...

## Esboço caricatural do «príncipe da Igreja»

Anteriormente entrevistamos, por pouco que fosse, como se organiza o governo de uma igreja que vai entrar no seu terceiro milénio de vida. Anotámos factos mais conhecidos, alguns dos processos de intervenção da hierarquia, nomes em destaque e apontámos algumas das marcas culturais que a Igreja reteve e assimilou. Encontramo-nos, portanto, em posição que nos permite aventurarmo-nos à tentativa de esboçar um perfil provisório daqueles que a si mesmos se apelidam «príncipes da Igreja»: os cardeais-eleitores ou os tecnocratas eclesiásticos em topo de carreira. Tentaremos perceber melhor aquilo que será lícito esperar dessas figuras cimeiras que, na entrada do milénio, irão determinar as grandes políticas a desenvolver pela igreja católica institucional.

### Um «retrato-robot»

Antes de tudo o mais, separemos as águas. Os traços marcantes que caracterizam os altos tecnocratas ou os grandes sacerdotes, são em grande parte inaplicáveis ao restante clero, como expressão caricatural do padre comum. Neste segundo caso – particularmente quando o eclesiástico se dedica a trabalho pastoral – reconhecem-se nele, frequentemente, os efeitos dos choques sociais recebidos nos seus contactos com os problemas reais das camadas mais desfavorecidas da população. Experiências que não beneficiam os bispos e muito menos os cardeais e os tecnocratas eclesiásticos mais destacados.

Esclareça-se que esta verificação não tende, nem a diabolizar os cardeais, nem a santificar os padres comuns. É importante que se reconheça que na actual igreja institucional não há indicação da existência de contradições irredutíveis a nível do corpo eclesiástico. Verifica-se a cada passo, pelo contrário, que a aceitação comum, por parte de alto e baixo clero ou na cadeia tecnocrática

católica, dos chamados «dogmas da fé» (que nenhum padre contesta) é razão por si só suficiente, no actual mundo católico, para condicionar ou anular impulsos individuais no sentido de uma maior liberdade eclesial. E essa «pacificação» é muitas vezes obtida pela hierarquia sem recurso à intimidação. Basta, ao bispo ou ao superior religioso, uma simples conversa com o contestatário. A partir de então, a tese revolucionária e teológica apaga-se, afunda-se e isola-se. Há exemplos destes um pouco por toda a parte. O germe da obediência à «ordem moral» infiltrou-se nas veias do sacerdote ao longo de anos e anos de formação.

Mas se estes comportamentos, onde se fundem os conceitos de obediência e de fé, tendem a aproximar a base e o topo do corpo eclesiástico, outras particularidades subsistem e os afastam entre si. São expressões menores, é certo, mas que representam categorias de natureza diversa, complexas e difíceis de agrupar. Talvez por isso e por comodidade de exposição, muitos observadores preferem recorrer a processos de catalogação sumária e reúnem os altos dignitários da hierarquia nas ordens,

aqui já referidas, de conservadores, liberais e centristas.

Vamos tentar um outro método, sem dúvida menos prático mas, porventura, mais seguro. Procuremos, de início, esboçar o perfil actualizado da figura do grande decisor eclesiástico. Se, minimamente, isso for possível e estiver ao nosso alcance, estaremos em posição para abordar as grandes questões que se perfilam no mundo católico. Que sentido terá a intervenção da hierarquia na definição da igreja sucessora de João Paulo II? Entre que marcos miliares se organizam as representações mentais de passado, presente e futuro, que caracterizam os actuais grandes decisores eclesiásticos? De que maneira a Igreja se irá assumir quando chamada a intervir nos cenários sociais catastróficos que se aproximam? E que reconciliação se poderá esperar entre os conceitos antagónicos de cristianismo humanista e de igreja triunfante?

Tempos houve em que os cardeais podiam ser, simplesmente, príncipes opulentos ou cortesãos nobilitados pela Coroa ou pela Cúria. Presentemente, isso nunca acontece. O acesso, quase que inacessível, ao topo da cadeia eclesiástica ape-

nas é franqueado aos sacerdotes que, tendo percorrido uma carreira longa e difícil, oferecem as garantias de uma nunca desmentida fidelidade ao Papa. O que significa que, quando um sacerdote consegue escalar o derradeiro pináculo, nenhum laço o prende já ao seminarista que foi. Definitivamente, morreu para o mundo.

Veremos como este traço característico do grande decisor se manifesta essencialmente para a compreensão daquilo que ele é e do que dele é lícito esperar. Sem falsas ideias românticas que o consagrem como um justo que se levanta contra o Mal. O grande decisor é um homem liberto de paixões que se transformou numa simples roda dentada de um mecanismo inteligente. Deve ser olhado sem grandes esperanças mas com distanciamento e, também, com muito interesse. Na igreja de São Paulo II, ele ocupa o lugar de um poderoso gestor empresarial, de um administrador de recursos humanos e de um representante político de fabulosos «lobbies» mundiais.

(Continua)

# Da doutrina ao

Em 1993, Anthony Lake esboçou numa universidade norte-americana os traços fundamentais daquilo que viria a ser «a Doutrina Clinton»: «Durante toda a guerra fria», afirmou, «contivemos uma ameaça mundial às democracias de mercado; agora devemos procurar ampliar a sua dimensão».

Na opinião de Lake – que era então assessor do presidente para a Segurança Nacional e foi mais tarde candidato a director da CIA –, o «mundo novo» nascido da nova ordem internacional abria aos EUA imensas oportunidades para avanços que «consolidassem a vitória da democracia e dos mercados abertos».

Outro intelectual clintoniano, o prof. Samuel Huntington, de Harvard, quase simultaneamente, escreveu na prestigiada revista «International Security» que os EUA têm o dever de manter a primazia internacional em benefício do mundo «por serem o único país cuja identidade nacional se define por um conjunto de valores políticos e económicos universais, ou seja a liberdade, a democracia, a igualdade, a propriedade privada e os mercados».

Huntington, um dos mais prestigiados académicos do país, achou útil acrescentar que «a promoção da democracia, os direitos humanos e os mercados são de muito maior importância para a política dos EUA do que para a política de qualquer outro país». Essa linguagem, que

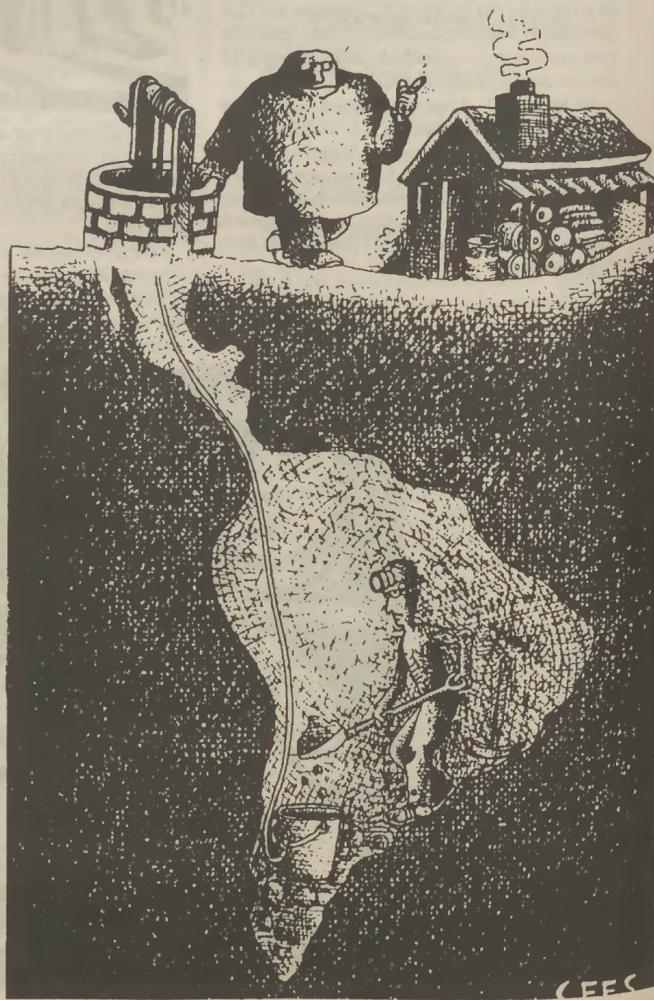
retoma o mito da nação predestinada, sustentado por quase todos os presidentes da União, apresenta variação.

Quando as coisas se complicam na área internacional perde o verniz e aparece o outro rosto da política externa. Fala-se então em garantir a perpetuidade da hegemonia norte-americana em benefício do mundo.

Madeleine Albright, a actual secretária de Estado, quando era embaixadora do seu país nas Nações Unidas declarou – dirigindo-se ao Conselho de Segurança num momento em que mísseis e bombas explodiam sobre as cidades e campos do Iraque – que Washington tem o direito de actuar unilateralmente quando isso for necessário e útil, por entender que o Médio Oriente é vital para os interesses dos EUA».

Poderia encher páginas com citações similares de altas personalidades do *establishment* clintoniano. O discurso público sobre a nova ordem norte-americana imposta ao planeta é, na sua essência, tão farisaico como aquele que foi popularizado pelos porta-vozes do III Reich.

Não estamos perante uma inovação. Henry Stimson, que foi secretário da Guerra de Roosevelt, afirmou no final da II Guerra que todos os sistemas de segurança regionais deveriam ser desmantelados, excepto o dos EUA, cuja ampli-



# Clinton ao capitalismo antropofágico

ação defendia, porque o que convinha aos EUA convinha ao mundo.

O fim da guerra fria não suavizou na América Latina, por exemplo, a política intervencionista de Washington. Contribuiu, sim, para a tornar mais agressiva.

Num trabalho sobre a organização dos Estados Americanos, John Dreier sublinha que se as nações latino-americanas «tentarem usar de maneira irresponsável a sua força numérica na OEA, se levarem longe a doutrina da não intervenção, se não deixarem aos EUA outra opção que não seja a de actuar unilateralmente para se protegerem, destruirão não somente a base da cooperação hemisférica para o progresso, mas toda a esperança de um futuro seguro para si mesmas».

Em tal caso sugere que os EUA actuem «com a unilateralidade necessária». Por outras palavras, a OEA, na perspectiva norte-americana, somente pode ser útil quando faz exactamente aquilo que os EUA dela exigem.

Numa linguagem semelhante, o historiador Robert Pastor, que foi assessor do presidente Carter para os Assuntos Latino-Americanos, esclareceu num artigo sibilino que os EUA desejam ver os demais países «actuarem de maneira independente, excepto quando isso possa afectar os seus interesses».

Noam Chomsky, uma das figuras mais brilhantes e respeitadas da *intelligentsia* norte-americana, lembrou num ensaio publicado na revista cubana «Temas»<sup>(1)</sup> que a América Central e o Caribe foram sempre, antes e depois da Guerra Fria, uma autêntica mostruária de uma estratégia de dominação criminoso e hipócrita.

«Essa região – escreveu – rica em recursos e capacidades e fonte de uma parte não pequena da riqueza da Europa é uma das principais câmaras de horrores do mundo. Novamente na década de 80 foi cenário de espantosas atrocidades quando os EUA e os seus clientes deixaram esses países devastados, talvez para além das suas possibilidades de recuperação, semeando centenas de milhares de cadáveres de torturados e mutilados. As guerras terroristas patrocinadas e organizadas por Washington foram dirigidas em grande parte à Igreja que ousou fazer «a opção a favor dos pobres», e, portanto, era necessário dar-lhe as lições familiares inerentes à desobediência delituosa. Não surpreende que a espantosa década principiasse com o assassinio de um arcebispo e terminasse com a morte de seis destacados intelectuais jesuítas, em ambos os casos por forças armadas e treinadas por Washington».

Segundo Chomsky, a guerra fria teve pouco a ver com isso, limitando-se a fornecer pretextos.

«As políticas – recorda – eram idênticas antes da Revolução bolchevista e continuaram imutáveis depois de 1989. Sem «a ameaça soviética», Woodrow Wilson invadiu o Haiti (e a República Dominicana) e desmantelou o sistema parlamentar por este se haver negado a adoptar uma constituição «progressista» que permitia aos norte-americanos tomar conta das terras haitianas, assassinando milhares de camponeses, restaurando dramaticamente a escravatura e deixando o país nas mãos de um exército terrorista, primeiro como se fora uma plantação americana e depois como base de exportação para fábricas montadas em condições de miséria.

Após a sua infeliz e breve experiência democrática, o modelo tradicional foi restaurado no preciso momento em que Lake anunciava a Doutrina Clinton apontando o Haiti como exemplo primordial da nossa pureza e moral. Noutros lugares também prosseguiram as políticas sem mudanças fundamentais após a queda do muro

de Berlim a que se seguiu, semanas depois, a invasão do Panamá por Bush para devolver ali o poder a uma camarilha de banqueiros europeus e de narcotraficantes, com consequências previsíveis num país que permanecia sob ocupação militar na própria opinião do governo títere, colocado no poder pelas forças dos EUA».

Segundo o historiador Thomas Carothers, ex-membro do Departamento de Estado, insucesso de ideias esquerdistas, todos os programas norte-americanos concebidos para ajudar a democracia na América Latina foram estrondosos fracassos. Nos lugares onde a influência dos EUA era maior, por exemplo na América Central, o progresso era menor, onde essa influência era menos acentuada, caso do Cone Sul, havia progresso real.

Sobre o que se passou no Brasil e no Chile é desnecessário recordar os factos por existir abundante documentação – sobretudo da autoria de historiadores e sociólogos norte-americanos – sobre a participação directa da Casa Branca (e da CIA) na concepção e organização dos golpes de Estado de 1964, no Brasil, e de 1973 no Chile.

\*  
\* \*

Em Portugal, como noutros países da União Europeia, os *media* insistem em apresentar os EUA como defensores intransigentes da liberdade dos mercados a nível mundial.

É uma verdade. Os EUA não somente nunca respeitaram a liberdade de comércio estabelecida por acordos internacionais (casos da lei Helms Burton e da Kennedy d'Amato) como comandam o ataque contra a aplicação dos princípios que invocam.

O historiador norte-americano Paul Bairoch lembra-nos que «a escola do pensamento proteccionista moderno nasceu realmente nos EUA» (...) que foram «o berço e o bastião do proteccionismo contemporâneo».

Bairoch é céptico quanto aos méritos do *laissez faire* que define como o mito mais extraordinário da ciência económica, pois os factos desmentem frontalmente a teoria dominante.

Mas, independentemente da sua crítica ao ultraliberalismo, Bairoch entende que os EUA não têm qualquer autoridade moral e política para acusarem outros países de proteccionistas. Se o livre funcionamento das regras do mercado tivesse sido permitido por Reagan, as indústrias siderúrgica e automobilística dos

■ Miguel Urbano Rodrigues

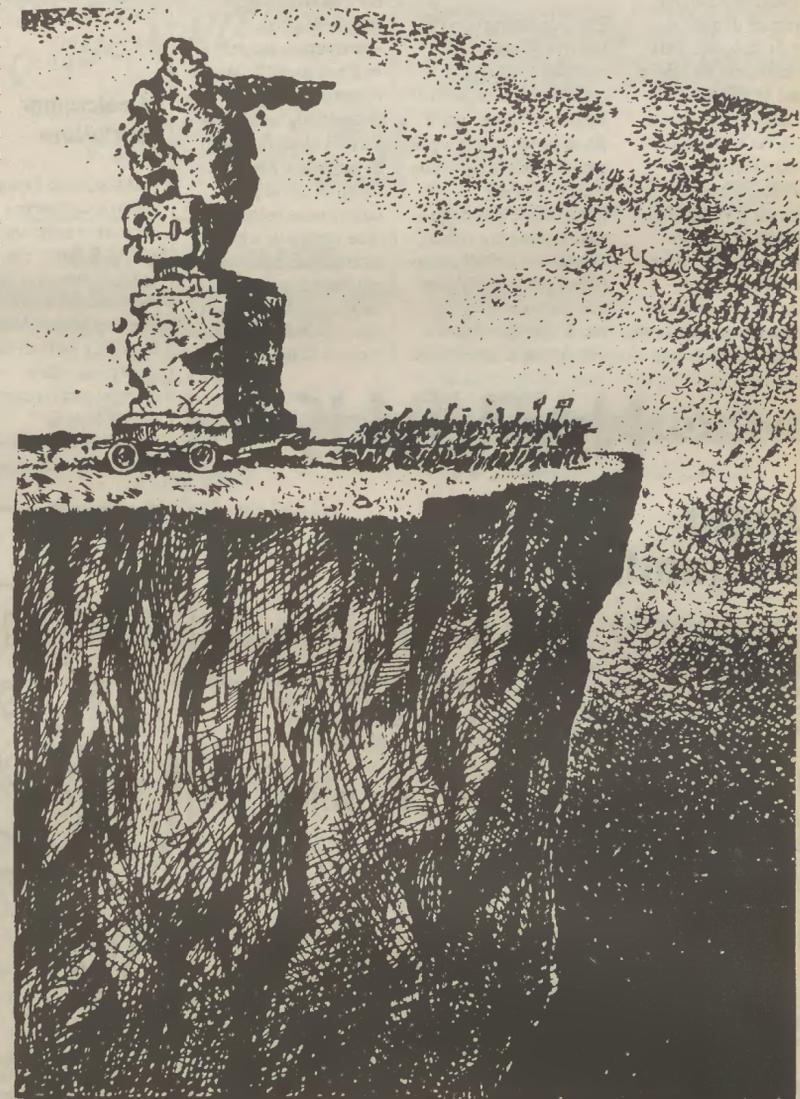


EUA teria ido à falência nos anos 80 por incapacidade de fazer frente à concorrência japonesa.

James Baker, o ex-secretário de Estado, afirmou então com orgulho que Reagan tomou mais medidas para proteger a indústria norte-americana dos seus concorrentes estrangeiros do que qualquer outro presidente nos cinquenta anos anteriores...

truir a produção, fonte histórica do progresso humano. Hoje, uma terça parte da população mundial luta, na fronteira da pobreza, para sobreviver.

Antes de Richar Nixon haver demantelado o sistema de Bretton Woods, escancarando as portas à desregulamentação selvagem do capital financeiro internacional, aproximadamente 90% do capital, nas transacções inter-



\*  
\* \*

Uma das facetas menos comentadas do choque neoliberal é a rapidez com que os argumentos da propaganda mudam. A teologia do mercado, como todas as teologias, sente a necessidade, para defender os seus objectivos permanentes – o enriquecimento de uma minoria infima e o empobrecimento galopante das maiores – de transformar a mentira em verdade, fazendo da falsificação da história uma questão de sobrevivência.

Essa engrenagem trituradora enfrenta, porém, dificuldade crescente em ocultar uma evidência: a extratégia que empurrou o mundo para a actual crise de civilização está a des-

nacionais, eram absorvidos por investimentos ou pelo comércio e apenas 10% se destinavam à especulação. Hoje ocorre o contrário: mais de 95% são engolidos por operações especulativas.

Torna-se cada vez mais transparente que o capitalismo louco da globalização avança para uma catástrofe. A teologia do mercado já começa a voltar-se contra os seus criadores. Ameaça devorá-los. O jogo do dinheiro, no funcionamento caótico e irracional do mercado, sobrepõe-se aos Estados, ignora-os. O capitalismo da transição do milénio assume aspectos antropofágicos.

(1) Noam Chomsky, «La democracia y los mercados en el nuevo orden internacional», in revista «Temas», pág. 79 a 92, Havana, Dezembro de 1995.

## PONTOS CARDEAIS

### O palrador

«Pessoalmente, tenho a grande satisfação de saber que o povo sempre me colocou do lado dos políticos fazedores e essa é talvez a razão por que estou hoje aqui, em Vila de Rei, já que os portugueses apreciam mais os fazedores que os palradores.» Quem disse isto?!... Obviamente, Cavaco Silva, que continua inconfundível, tanto na obsessão majestática com que se apropria do povo e das opiniões que o povo tem, como na presunção provinciana de que é o maior da paróquia. Nada disto mereceria um esboço de frase se não fosse a cobertura televisiva desta falação. Na verdade, as televisões deram-se ao extraordinário trabalho de se deslocar a Vila de Rei, no Distrito de Castelo Branco, onde, não menos extraordinariamente, Cavaco Silva, a pretexto da campanha autárquica do PSD local, falou de tudo

menos dos interesses concretos dos anfitriões. E foi uma delícia vê-lo, com uns olhinhos tão ávidos de protagonismo e de regresso à ribalta, que até brilhavam de deleite com expansões de apoio ao nível das audiências do Big Show Sic. Tudo isto selado com a garantia, expressa pelo próprio, de que está «fora da política activa e toda a gente sabe disso». Tá bem, abelha. Palradora.

### Candidatos por anúncio

Esta é de antologia: o PSN resolveu recrutar candidatos autárquicos... por anúncio! O esquema é ainda mais simples que o dos anúncios vulgares, pois enquanto estes especificam o que pretendem (carpinteiros, bate-chapas, electricistas e por aí fora), os anúncios do PSN apenas pedem que se candidatem pelo partido e, já agora, que se apresentem com lista formada. Em nome de

quê? Com que programa? Defendendo que objectivos? Bah... Nada disto interessa. O PSN aceita tudo e todos, em nome do que quiserem e a troco de nada. Realmente quem é nada, a nada já está obrigado. Nem sequer à vergonha na cara.

### O ameaçado

António Guterres foi interceptado em Alcobaca por uma manifestação promovida pelo «movimento» que anda a lutar pela abolição da cobrança de portagens num troço situado na região de Torres Vedras. Apanhado de surpresa, o Primeiro-Ministro não se pôde furtar a umas declarações onde vagamente reiterou a decisão do Executivo em não ceder às pretensões locais, enquanto procurava safar-se o mais depressa possível de um «diálogo»

assim tão vivo. Foi no adejar dessa fuga que se ouviu a recriminação por o Primeiro-Ministro nunca ter recebido a comissão dos contestários, apesar das suas reiteradas solicitações de audiência. Aí, António Guterres travou ligeiramente a fuga para explicar, com uma lâmina na voz, que «não gosto de ser ameaçado». Nem de cumprir o que promete. E essa ameaça é muito mais perigosa que qualquer outra, para a vida de um Governo...

### O calcanhar da Cultura

O Ministério da Cultura começou de repente a esboroar-se como um castelo de cartas, com a demissão sucessiva de três colaboradores directos do Ministro. Manuel Maria Carrilho, o inefável titular desta pasta, bem se esforçou para coreografar um ambiente de normalidade, fazendo-se filmar como uma estrela de

telenovela a trabalhar tranquilamente à secretária, mas, obviamente, nem as *performances* deste dramático ministro conseguiram iludir o óbvio: o Ministério da Cultura está de pantanas. Os seus pares no Governo, sempre liderados pelo Primeiro-Ministro, logo se esforçaram por acompanhar Carrilho no desempenho do papel da «normalidade», com um sucesso que não superou o do elegante ministro a folhear álbuns a uma secretária, onde só faltava ouvir-se em fundo as *Quatro Estações* de Vivaldi, numa robusta manifestação de profundidade cultural. Aquiles morreu pelo calcanhar, o seu ponto vulnerável. Pelos vistos, o primeiro calcanhar deste Governo é o da Cultura.

### O porquê do desastre

Um brutal acidente ferroviário em Londres provocou seis mortos e 115 feridos, entre os quais 13

em estado grave. Um comboio de passageiros chocou com outro de mercadorias, provocando a catástrofe cujas causas directas ainda estão por apurar. Todavia, cabe num pequeno parágrafo (curiosamente elidido em alguns órgãos de informação portugueses), o pano de fundo de (mais) este acidente ferroviário na Grã-Bretanha. O *Público* apresenta-o com grande clareza, escrevendo:

«O acontecimento de ontem lança a desconfiança sobre a segurança dos tradicionalmente seguros caminhos-de-ferro britânicos, após anos de notório desinvestimento e de uma privatização que ainda não deu provas de eficácia. O mau estado da rede tem sido a causa apontada para os frequentes bloqueios da circulação, sobretudo nos arredores de Londres. Desde 1988 ocorreram na rede dos caminhos-de-ferro britânicos nove acidentes com vítimas mortais.»

Aqui está, na brutal evidência das tragédias, o que vale a incensada «eficácia» da iniciativa privada...

## PONTOS NATURAIS

### Jogar às quadras

#### Observação

Geralmente, quem nos mente no jeito que tem de nos dizer que só mente tendo em mente o nosso bem...

#### Conselho

Palavra linda? Cautela! Saber primeiro convém quem é que está por trás dela e quem está por trás de quem.

#### Imparcial

Ele diz-se imparcial. Diz isso com tanta fé que parece que afinal não está do lado que é.

#### Actualidade

A fruta corre no vale. Aos montes, ninguém a come. E há quem chore e até quem fale dos pobrezinhos com fome...

#### Assim faz o Ferraz

O Ferraz a garra ferra e, concertado, o Ferraz do seu lado oferece a guerra e do outro exige a paz.

#### Pois...

Uma ponte para lá uma estrada para aqui um hospital para acolá as eleições estão aí...

#### A luta

O agora foi sempre agora no tempo que anda e desanda. Como sempre, nesta hora o barco sem nós não anda.

#### História velha

Profissionais da batota que vão aí de jornada não passam de uma anedota já contada e requentada.

#### Importância

O grão de trigo é miúdo mas está com ele a razão. Olha já o Sol que é tudo e não é maior que um grão.

#### Sociedade

Quantas sedas aí vão quantos brancos colarinhos são pedacinhos de pão roubados aos pobrezinhos!

(Esta quadra é do Aleixo e com ela aqui vos deixo)

Mário Castrim



## AGENDA

## Carlos Carvalhas com a CDU na Amadora, Vila Franca e Gaia

Na **Amadora**,  
no Encontro sobre o tema «A CDU e as Comunidades  
Imigrantes  
na Área Metropolitana de Lisboa»,  
sábado a partir das 15h na sede da CM da Amadora

Em **Alhandra**, no  
Jantar CDU do concelho de Vila Franca,  
sábado às 20h na Euterpe Alhandrense

Em **Gaia**, na  
Festa-comício CDU  
domingo às 16h no Jardim do Morro em V. N. de Gaia



**CDU**

*para fazer  
o que é preciso.*

PCP-PEV

### AMARANTE

*Apresentação pública* dos candidatos da CDU à CM e AM, com a presença de **João Amaral**: sexta-feira, 26, às 21h30, no Salão da Junta de Freguesia de S. Gonçalo.

### CANTANHEDE

*Debate aberto sob o tema «Transportes Públicos - de qualidade, com horários adequados, ao serviço da população»:* sexta-feira, 26, às 21h30, na Casa Municipal de Cultura, com a participação de **Jorge Simões** (Com. Trab. CP), **Artur Reis** e **Américo Leal** (dirigentes sindicais), **José Vieira** e **Arnaldo Carvalho** (candidatos CDU à AM e CM) e **Jerónimo de Sousa** (CP do CC do PCP), que, antecedendo o debate, viajarão às 7h30 da manhã, de autocarro, de Cantanhede para Coimbra, e permanecerão das 12h50 às 18h30 na estação de Cantanhede, em contacto com os utentes.

### ÉVORA

*Apresentação dos candidatos à nova freguesia de Baelô:* junto ao Polivalente local, **hoje**, quinta-feira, às 20h30, com a presença dos candidatos à freguesia e de **Abílio Fernandes** e **José Bizarro**, candidatos à CM e AM de Évora.

### FAMALICÃO

*Apresentação dos candidatos* às freguesias, com a presença de **Carla Alexandra** e **Barbosa da Silva**: dia 26 às 18h, no CT do PCP.

### LOURES

*Plenários CDU:* dia 25 em **Famões** (sala da Assembleia de Freguesia, 21h30); dia 26 em **Caneças** (no CT do PCP, 21h), **Frielas** (Sala da da Assembleia de Freguesia, 21h) e **Apelação** (CT do PCP, 21h).  
*Sacavém - Apresentação da lista:* dia 26 às 21h30, na Quinta de S. José.

*Pontinha - Vídeo-festa* com a Banda XLS: dia 25 na Pç. Hermínio Estrela.

*Camarate - Vídeo-festa:* dia 27 no Largo da Igreja, às 21h.  
*Póvoa de Sto. Adrião - Jantar-convívio* no restaurante «O Cantinho do João»: dia 27 às 20h30.

*Santa Iria de Azóia - Encontros de jovens candidatos* nas listas municipais e da freguesia com Colectividades locais: dia 27.

### MAIA

*Almoço-convívio de apresentação dos candidatos* aos órgãos concelhios: dia 28 às 12h30, no Forum da Maia, com a participação do camarada **Carlos Carvalhas**.

### MAFRA

*Venda do Pinheiro / Milharado - Plenário da CDU:* dia 29 às 21h30 no CT do PCP.

### MATOSINHOS

*Guifões - reunião de activistas e apoiantes da CDU* na freguesia: **hoje**, dia 25, às 21h, na Escola Primária de Passos Manuel.

### OEIRAS

*Porto Salvo - Reunião de candidatos e activistas da CDU* da freguesia: dia 28 às 15h, no Atlético Clube de Porto Salvo, para discussão de listas e programação da campanha eleitoral.

### PAREDES

«Diálogos com o Futuro: Educação - Causas do insucesso escolar; Educação e Poder Local» - debates com apresentação dos temas pelas professoras **Maria Olinda Pinto** e **Maria da Graça Fonseca** e o deputado **José Calçada** e a participação de **Cristiano Ribeiro**, candidato CDU à CM Paredes: dia 26 às 21h30, na Academia de Música de Paredes.

### VILA FRANCA DE XIRA

*Plenários de activistas da CDU* das freguesias de **Castanheira do Ribatejo** (dia 26 às 21h30, no CT do PCP) e de **Sobralinho** (dia 27 às 20h, na Casa da Juventude do Sobralinho).

### BARREIRO

«**Viver e amar o Barreiro**»  
— festa CDU na Av. Bento Gonçalves - Domingo  
a partir das 13h  
*Música popular*  
Comício às 17h com intervenção de **Luís Sá**  
Inauguração do Espaço CDU na R. Miguel Bombarda  
às 18h30

### SACAVÉM

#### Forum CDU:

*Situação e Direitos dos Cidadãos*  
dia 27 às 15h no Salão da Sede do Sacavenense  
Com **Mário Jorge - Silva Santos - Paula Goulart**  
- **José Mata**

### MARINHA GRANDE

#### Sessão pública de apresentação dos candidatos à CM

com a participação do camarada  
**Álvaro Cunhal**:  
dia 27 às 21h30 na Ordem

### LOURES

#### Festa do «Construir»

- Boletim da célula do PCP na CMISM  
dia 27 às 13h no Largo 4 de Outubro  
*Almoço-convívio*  
com a participação  
de **Carlos Brito** e **Demétrio Alves**

## Carlos Carvalhas no IX Congresso sobre o Alentejo

Na próxima sexta-feira, dia 26, o Secretário-geral e uma delegação do PCP são recebidos às 18h30 na Câmara Municipal de Estremoz, seguindo-se uma visita a diversos actos inaugurativos do Congresso, nomeadamente à Feira dos Municípios no Pavilhão do Mercado Abastecedor.

Carlos Carvalhas participa também no jantar de confraternização dos congressistas que nessa noite tem lugar no Hotel Imperador.

### REUNIÕES DE CÉLULAS

*Transportes da ORL - Realiza-se no próximo dia 30 (19h, CT Vitória) uma reunião do Organismo de Direcção do Sector de Transportes da ORL para debate da situação política e da acção reivindicativa no sector, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.*

*Jovens comunistas de Lisboa - A Comissão de Juventude da Cidade de Lisboa promove um plenário de Jovens Comunistas da Cidade de Lisboa no próximo sábado, a partir das 19h30 no CT Vitória. A discussão centrar-se-á nas eleições autárquicas e em questões de Organização. Participa o camarada José Tavares.*

*Sesimbra - A organização local do Partido reúne-se em plenário no próximo sábado (no CT, às 21h), com um ponto único na ordem de trabalho: eleições autárquicas.*

*Almada - Em Cacilhas (dia 30 às 21h30 no CT Alberto Araújo) e na Costa da Caparica (dia 4) realizam-se plenários das organizações de freguesia para discussão das eleições autárquicas.*

### Homenagem

ao

## Che

Continuam abertas  
as inscrições para  
a viagem a Cuba,  
por altura das cerimónias  
públicas de homenagem  
a Che Guevara.

Informações: CT Vitória.

## TELEVISÃO

## Quinta, 25

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Força de Mulher  
14.40 Nós, os Ricos  
15.15 Carmen  
16.15 Antenas no Ar  
17.45 Na Paz dos Anjos  
19.00 País País  
19.45 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.00 As Lições do Tonecas  
21.35 TV Verdade  
22.05 A Grande Aposta  
23.05 Maria Elisa  
01.15 24 Horas  
02.20 Motores

## RTP 2

14.00 Volta a Espanha em Bicicleta  
16.00 Informação Gestual  
17.00 O Polvo  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Euronews  
19.05 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Amigos por Acaso  
22.00 Jornal 2  
22.35 Na Mira de Um Xerife (de P. J. Pesce, EUA/1994, com Sam Elliott, Linda Fiorentino, Craig Sheffer, Frank Whaley. Ver Destaque)  
00.20 Magacine

## SIC

09.10 Buêrére  
11.00 Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Dra. Quinn  
15.45 Buêrére  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 A Indomada  
22.30 Paródia Nacional  
24.00 Último Jornal  
00.30 O Regresso de Spielberg  
00.50 O Cliente  
02.10 Vibrações

## TVI

10.05 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Caprichos  
15.45 Éramos Seis  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Voltron  
18.20 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI (Informação)  
22.00 Ficheiros Secretos (4ª Série)  
23.00 Asteróide  
00.50 Doido por Ti  
01.30 Fora de Jogo  
01.45 A Balada de Hill Street

## Sexta, 26

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Olho Clínico  
14.40 Força de Mulher  
15.30 Reformado e Mal Pago  
16.15 Carmen  
17.40 100% Natural  
17.45 Na Paz dos Anjos  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 A Grande Aposta  
22.05 Teatro: «A Maluquinha de Arroios»  
24.00 Rádio-Patrolha  
01.00 24 Horas  
01.55 Ciclismo - Volta a Espanha (de Joseph Vittorie, EUA/1993, com Frank Rossi, Ben Cross, Tahnee Welch, Lance Henriksen. «Thriller»)

## RTP 2

14.00 Volta a Espanha em Bicicleta  
16.00 Informação Gestual  
17.00 O Polvo  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Euronews  
19.10 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Sonhos Perdidos  
22.00 Jornal 2  
22.35 Danças com Lobos (de Kevin Costner, EUA/1990, com Kevin Costner, Mary McDonnell, Graham Greene, Rodney A. Grant. Ver Destaque)  
01.40 Estranhas Circunstâncias

## SIC

09.10 Buêrére  
11.00 Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Dra. Quinn  
15.45 Buêrére  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Srs. Doutores  
21.20 A Indomada  
22.30 All You Need Is Love  
23.40 Os Donos da Bola  
02.30 Último Jornal  
03.00 Os Astronautas  
04.20 Vibrações

## TVI

10.05 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Caprichos  
15.45 O Barco do Amor  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Voltron  
18.20 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI  
22.00 Pretender  
23.00 A Face (de Jack Bender, EUA/1996, com Yasmine Bleeth, James Wilder, Robin Givens. Drama)  
01.20 Doido por Ti  
02.15 A Balada de Hill Street

## Sábado, 27

## RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
10.45 Último Nivel  
11.25 Confissões de Adolescentes  
12.00 Fórmula 1 - GP do Luxemburgo  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top +  
15.00 Alta Voltagem  
15.35 Amores e Rebelião  
16.45 Super Bebés  
17.20 Jet 7  
17.55 Academia de Polícia 5 - Missão em Miami (de Alan Myerson, EUA/1988, com Bubba Smith, David Graf, Michael Winslow. Comédia / Acção)  
20.00 Telejornal  
20.30 Há Horas Felizes  
21.25 Futebol: Benfica-Sporting  
23.30 O Caminho das Estrelas  
00.30 24 Horas  
01.25 Backbeat, Geração Inquieta (de Iain Soffley, Gr.Br/1991, com Stephen Dorff, Ian Hart, Gary Bakewell, Sheryl Lee. Drama / Biográfico)  
03.05 Confronto de Irmãos (de Jeffrey Bell, EUA/1994, com William McNamara, Elizabeth Shue, Dylan Walsh, Pee Wee Love. Drama)

## RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
12.05 Vida por Vida  
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno  
13.00 Ellen III  
13.30 Dinheiro Vivo  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
19.00 Sinais do Tempo  
20.00 Foyer - «Brigitte Bardot»  
21.00 Semana ao Sábado  
22.00 O Lugar da História  
23.00 Lolita (de Stanley Kubrick, Gr.Br/1962, com James Mason, Shelley Winters, Peter Sellers, Sue Lyon, Marianne Stone. Ver Destaque)  
02.20 O Guia do Sexo  
02.50 Musical - The Bee Gees

## SIC

08.00 Buêrére  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.50 A Sentinela  
16.00 Marshall  
17.00 Os 3 Ninjas Contra-atacam (de Charles T. Kanganis, EUA/1994, com Victor Wong, Max Elliott Slade, Sean Fox. Aventuras)  
19.00 Sonho Meu  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Mundo VIP  
21.50 Salsa e Merengue  
22.45 Big Show Sic  
01.40 Último Jornal  
02.05 Dois Homens e Um Segredo (de Jeremy Kagan, EUA/1993, com F. Murray Abraham, Eric Roberts, Mia Sara. Acção)

## TVI

09.30 Animação  
13.00 Caloiros  
13.30 Contra-Ataque  
15.10 Linha Directa  
16.10 Competente e Descarada  
16.45 Texas  
18.30 FX: Efeitos Mortais  
19.30 Futebol - Liga Espanhola  
21.20 Directo XXI  
22.20 Edição Especial  
23.15 Picket Fences  
00.10 A Mulher Polícia (de Sándor Stern, EUA/1994, com Karen Valentine, John Getz, Anne De Salvo. Telefilme Policial)

## Domingo, 28

## RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
10.15 Riaventura  
11.10 Sem Limites  
11.45 Confissões de Adolescentes  
12.20 Jornal da Tarde  
12.55 Fórmula 1 - GP do Luxemburgo  
15.00 Made in Portugal  
16.25 Amores e Rebelião  
17.30 Antenas no Ar  
19.15 Casa Cheia  
20.00 Telejornal  
21.10 Casa de Artistas  
22.30 Domingo Desportivo  
00.20 24 Horas  
01.20 Perseguição Impediosa (de Frank Beyer, Ale.Jap/EUA/Austria/1992, com Ulrich Muhe, Kaoru Kobayashi, Ulrich Tukur. Guerra)

## RTP 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 70 x 7  
10.30 Missa  
11.20 O Himalaia  
12.10 Máquinas  
12.30 Para Além do Ano 2000  
13.30 Jornal d'Africa  
14.00 Desporto 2  
18.10 Non, Ou A Vã Glória de Mandar (de Manoel de Oliveira, Portugal, com Luís Miguel Cintra, Diogo Dória, Leonor Silveira. Drama)  
19.50 Bom Bordo  
20.20 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - Norman Mailer»  
21.00 Philippe Marlowe, O Detective  
22.05 Horizontes da Memória  
22.35 Ópera: «O Crepúsculo dos Deuses»

## SIC

08.30 Buêrére  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.40 Hércules  
16.00 Cidade Escaldante  
17.00 O Pestinha (de Dennis Dugan, EUA/1990, com John Ritter, Michael Oliver, Jack Warden, Amy Yasbeck. Comédia)  
19.00 Sonho Meu  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Salsa e Merengue  
21.45 Moda Roma  
23.00 A Última Sedução (de John Dahl, EUA/1994, com Linda Fiorentino, Peter Berg, J. T. Walsh. Ver Destaque)  
00.45 Último Jornal  
01.20 Jô Soares

## TVI

10.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.00 Angelus  
11.10 Missa  
13.00 Portugal Português  
14.20 Cousteau: As Novas Descobertas  
15.15 Adultos à Força  
16.10 Um Índio em Paris (de Hervé Palud, Fr./1994, com Thierry Lhermitte, Patrick Timsit, Ludwig Briand. Comédia / Aventuras)  
18.00 Feed Back  
19.10 Desafios  
19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
21.20 Directo XXI  
22.20 Pontos nos Is  
23.15 Futebol (Campeonato Italiano)  
01.00 Branco (de Krzysztof Kieslowski, Fr./1993, com Julie Delphy, Zbigniew Zamachowski, Janusz Gajos. Ver Destaque)

## Segunda, 29

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.40 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
12.10 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Força de Mulher  
14.40 Nico d'Obra  
15.15 Jogos Sem Fronteiras  
17.30 Na Paz dos Anjos  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.10 A Grande Aposta  
22.00 Concurso 1, 2, 3  
23.30 TV Verdade  
24.00 24 Horas  
01.00 No Calor da Noite

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Ellen III  
16.00 Falatório  
17.00 O Polvo  
17.50 Informação Religiosa  
18.20 O Importante São as Pessoas  
19.10 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Murphy Brown  
22.00 Jornal 2  
22.40 Malevil - O Dia Zero (de Christian de Chalonge, Fr./1980, com Michel Serrault, Jacques Dutronc, Jean-Louis Trintignant, Jacques Villeret. Drama)  
00.30 Nas Entrelinhas

## SIC

09.10 Buêrére  
11.00 As Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Um Homem de Sorte  
15.45 Buêrére  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 A Indomada  
22.00 Ponto de Encontro  
23.00 Heróis por Acaso (de Phil Alden Robinson, EUA/1992, com Robert Redford, Dan Aykroyd, Ben Kingsley, River Phoenix. Ver Destaque)  
01.15 Último Jornal  
01.40 Conversas Secretas  
03.10 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Caprichos  
15.45 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Voltron  
18.20 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI  
22.00 Um Homem sem Passado  
23.00 Linha de Fundo  
00.05 Doido por Ti  
00.35 Notícias  
00.45 A Balada de Hill Street

## Terça, 30

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.40 Uma Estranha Dama  
11.35 Praça da Alegria  
12.10 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Força de Mulher  
14.45 Lições do Tonecas  
15.15 Carmen  
16.45 Made in Portugal  
18.15 Na Paz dos Anjos  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.55 TV Verdade  
21.15 A Grande Aposta  
22.25 Riso, Mentiras e Vídeo  
24.00 86-60-86  
00.40 24 Horas  
01.30 Polícias em Acção

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
16.00 Ellen III  
17.05 O Polvo  
18.05 Informação Religiosa  
18.35 Rotações  
19.10 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.25 A Grande Barraca  
22.00 Jornal 2  
22.35 A Beira do Fim (de Richard Fleischer, EUA/1973, com Charlton Heston, Edward G. Robinson, Leigh Taylor-Young, Chuck Connors. Ver Destaque)

## SIC

09.10 Buêrére  
11.00 As Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Um Homem de Sorte  
15.45 Buêrére  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Imagens Reais  
21.20 A Indomada  
22.30 Agora ou Nunca  
23.30 Último Jornal  
00.05 Testemunha Silenciosa  
01.25 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Caprichos  
15.45 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Voltron  
18.20 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI  
22.00 Savannah  
23.00 Encontro com o Passado (de Sam Pillsbury, EUA/1994, com Lisa Hartman Black, Ken Wahl, Richard Masur. Drama)  
00.55 Doido por Ti  
01.25 Notícias  
01.50 A Balada de Hill Street

## Quarta, 1

## RTP 1

RTP1  
08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.40 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Força de Mulher  
14.40 Isto Só Vídeo  
15.15 Carmen  
16.15 Casa de Artistas  
17.15 Na Paz dos Anjos  
19.00 País País  
19.25 Vamos Jogar no Totobola  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.45 TV Verdade  
21.25 Futebol  
23.00 A Grande Aposta  
24.00 Enviado Especial  
01.00 24 Horas  
01.35 No Calor da Noite

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
16.00 Ellen III  
17.05 O Polvo  
18.10 Informação Religiosa  
18.35 Euronews  
19.05 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.25 Os Simpsons  
22.00 Jornal 2  
22.40 O Milagre da Rua 8 (de Matthew Robbins, EUA/1987, com Hume Cronyn, Jessica Tandy, Frank McKee, Elizabeth Peña. Ficção Científica / Fantástico)  
00.35 Onda Curta

## SIC

09.10 Buêrére  
11.00 As Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Um Homem de Sorte  
15.45 Buêrére  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 O Fantasma  
21.30 A Indomada  
22.30 Concurso Miss América  
24.00 Toda a Verdade  
01.00 Último Jornal  
01.25 A Besta  
03.15 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Caprichos  
15.45 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Voltron  
18.20 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI  
22.00 Blaze, Amor Proibido (de Ron Shelton, EUA/1989, com Paul Newman, Lolita Davidovich, Gailard Sartain, Jerry Harding. Ver Destaque)  
00.25 Doido por Ti  
00.50 Notícias  
01.00 Desporto  
01.50 A Balada de Hill Street

Nota:  
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Maria Elisa de regresso à RTP1 com os seus debates de 2ª feira



John Cleese, o actor de "A Grande Barraca"



Os Bee Gees - 30 anos de cantilgas, sábado na RTP2



Com a excepção de "The Pretender", a TVI continua "fiel" às suas velhas séries



## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## Na Mira de um Xerife

(Quinta, 22.35, RTP2)

Uma bela mulher acusada de ter assassinado um homem é transportada por um xerife para uma cidade do Novo México onde deverá ser enforcada. Mas a diligência onde efectua a viagem é assaltada e a mulher rouba uma arma e apodera-se do dinheiro que ali era transportado. Entretanto, um jovem passageiro aproveita então um seu deslize e rouba o dinheiro à bela mulher que vai no seu encalço, por sua vez perseguida pelo xerife. E então não é que, durante a fuga, os dois se apaixonam e passam a ser ambos o alvo do xerife? As referências destacam o excelente argumento deste «western» e, ainda, a presença e excelentes interpretações de **Linda Fiorentino** e **Sam Elliott**.

## Danças com Lobos

(Sexta, 22.35, RTP2)

Pela duração (quase três horas) constante da ficha técnica publicada no *Boletim de Programas da RTP*, parece que a versão de *Danças com Lobos*, a ser hoje transmitida pela RTP 2, é a primeira a ser idealizada para projecção cinematográfica, ao contrário de uma segunda versão, também explorada comercialmente no circuito dos vídeo-clubes, que tinha mais uma hora, e nada viera acrescentar de positivo ao filme. Para os espectadores de boa vontade que receberam mal esta celebradíssima primeira experiência do actor **Kevin Costner** na realização cinematográfica (amplamente premiada pela Academia, com 7 Oscars) e que opinam estar o filme longe de suscitar a revitalização de um género aparentemente moribundo - o «western» - é este, pelo menos, um provável motivo de alívio. Para os espectadores que, para além da inegável beleza das imagens e de certos aspectos da encenação, geralmente reco-

nhecida, e das preocupações ecologistas que o argumento do filme nitidamente revela, consideram que apesar de tudo **Kevin Costner** não soube concretizar a sua conhecida intenção de construir uma obra progressista que contribuísse para a compreensão da problemática dos índios norte-americanos - uma das bandeiras por si arvoradas - provavelmente não voltarão a perder tempo com ele (filme). Recorde-se que a recepção crítica ao filme foi polémica e, sobretudo, nada conforme ao êxito desproporcionado que suscitou. Bem apoiado na «indústria», **Costner** concebe com eficácia uma

obra desenvolta e em certos momentos com superficial brilhantismo que, sem dúvida, procura dignificar os índios Sioux mas cujo resultado final apresenta um único trunfo a seu favor - o de que a sua empenhada sinceridade é capaz, pelo menos, de disfarçar uma visão «paternalista» e de contornos inadvertidamente «racistas», de que não deixa por momentos de padecer. Mas, numa semana tão desastrosa com esta em matéria de programação cinematográfica, é melhor não se ser esquisito...

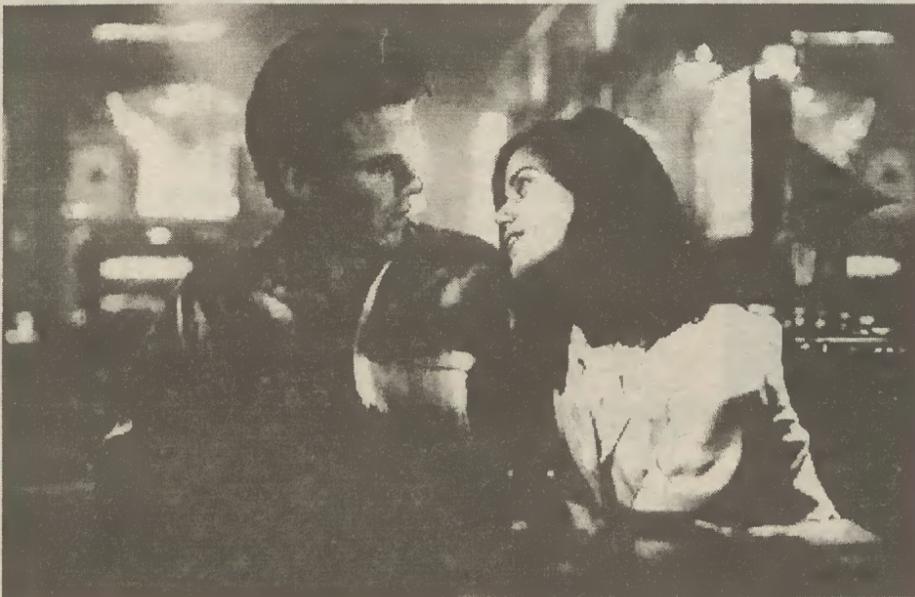
## Lolita

(Domingo, 18.05, RTP2)

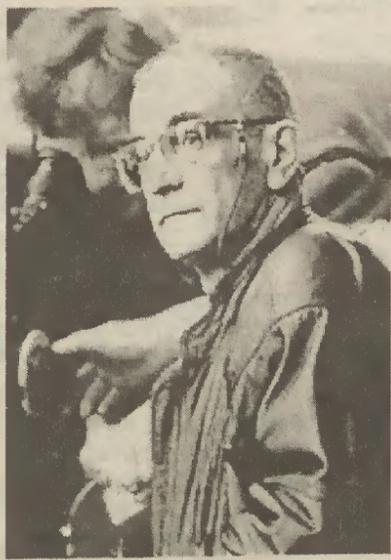
Para os códigos morais cinematográficos ainda vigentes mesmo nos anos 60, a duração de mais de duas horas deste filme - precisamente pelo tema ousado que focava - criava uma certa sensação de incomodidade, mesmo aos mais secretos e discretos *voyeurs*. Mas, nos nossos dias, é porventura o lado do humor corrosivo e inteligente do seu realizador, **Stanley Kubrick**, que mais ficará a marcar esta história filmada (adaptada por **Vladimir Nabokov** do seu romance homónimo) acerca das fantasias e paixões de um homem de meia-idade por uma adolescente de 15 anos. Se isto não chegasse, ainda haveria a referir três excelentes interpretações de



Sue Lyon e James Mason, em «Lolita» de Nabokov/Kubrick



Uma sequência de «A Última Sedução», de John Dahl



Com «Branco», continua na TVI a trilogia «Cores» de Krzysztof Kieslowski

James Mason, Shelley Winters e Peter Sellers.

## A Última Sedução

(Domingo, 23.00, SIC)

Trata-se do terceiro filme de um realizador - **John Dahl** - que tem procurado traduzir para as novas realidades deste tempo os mecanismos dramáticos herdados da rica tradição inspirada no filme negro norte-americano clássico. Aqui, o realizador conta-nos a história de uma mulher diabólica (admiravelmente interpretada por **Linda Fiorentino**, na sua segunda aparição esta



Paul Newman e Lolita Davidovich são os intérpretes principais de «Blaze, Amor Proibido», de Ron Shelton



Kevin Costner e Mary McDonnell em «Danças com Lobos», realizado pelo actor

semana) que, auxiliada pelo marido, perpetra um golpe financeiro que lhes rende um milhão de dólares e acaba por fugir sozinha com a maquia, chegando a uma pequena cidade do interior onde, impecável e implacável, faz de conta que é um anjo... As referências mais credíveis aconselham a não perder o filme!

## Branco

(Domingo, 01.00, TVI)

Datado de 1994, este é o segundo filme da trilogia *Três Cores* da autoria do realizador polaco **Kieslowski**, que novamente está a ser transmitida pela TVI, e cujos três títulos - *Azul*, *Branco* e *Vermelho* - se referem às três cores da bandeira francesa e às consignas de *liberdade*, *igualdade* e *fraternidade*. Neste caso, trata-se de mais uma história que evolui em zigzague, ao sabor das curiosas e por vezes bem estranhas personagens que o povoam, não raro mostrando-nos imagens cuja «qualidade» é mais documental do que do mundo da «ficção» e que, explícita e implicitamente, desta vez nos dá um retrato irónico e mordaz da «nova» Polónia capitalista.

## Heróis por Acaso

(Segunda, 23.00, SIC)

A exemplo do que acontecia naqueles filmes em que um grupo de aventureiros (alguns até criminosos ou com passado mais do que duvidoso) eram escolhidos perlas «autoridades» para uma missão especial que, lá no fundo, até iria salvar a honra da humanidade ou da nação (e por estarem dispostos a tudo arriscar, mesmo a morrer), também neste filme um grupo especializado em «espiolhagem» ou assaltos «legais» (pagos para descobrir actividades menos conformes com a segurança do «Estado») e chefiado por um indivíduo também com passado suspeito, é contratado para uma missão especial: roubar um computador na posse de um tenebroso indivíduo, computador esse que está programado para aceder a qualquer outro computador com informação secreta em qualquer parte do mundo. Trata-se, como se vê, de uma «entretenga» minimamente realizada com eficácia e que se destina a

passar o tempo. E, como sempre, as vedetas são mais que muitas: entre outras, **Robert Redford**, **Ben Kingsley**, **Dan Akyroyd**.

## À Beira do Fim

(Terça, 22.35, RTP2)

Esta é uma incursão do realizador **Richard Fleischer** pelo cinema fantástico e de ficção científica, ao contar-nos, com alguma espectacularidade mas sem grandes voos, a história de um polícia que investiga um assassinio numa Manhattan situada em 2022, superpovoada e mergulhada na violência e no crime.

## Blaze, Amor Proibido

(Quarta, 22.00, TVI)

O argumento desta obra cinematográfica desenvolve-se nos meios políticos dos Estados Unidos - desta vez com a história da «ligação escandalosa» de um governador da Louisiana a uma *strip-teaser*. O problema do filme, que teve uma fraca carreira comercial, é nunca ter sabido centrar-se na verdadeira história que queria contar, já que, no outro prato da balança, apresenta como outro trunfo forte (e altamente concorrente) o ambiente político e social do Sul dos EUA - as lutas dos negros pelos direitos cívicos. Destaque para uma grande interpretação de **Paul Newman** e para a estreia de **Lolita Davidovich**, no papel de *Blaze Starr*.

■ Francisco Costa

# Um instrumento regulador

**N**ão, caro leitor. Este título que fui buscar para os apontamentos críticos de hoje, não significa que venha referir-me ao anteprojecto de lei de televisão que já circula por aí e que, mesmo não tendo começado a ser verdadeiramente discutido, tanta celeuma levanta por parte de alguns operadores de televisão, aparentemente preocupados com aquilo que já antevêm como sendo «manobras censórias» em relação à liberdade de informar e de programar (!). O que não deixa de ser curioso e revela considerável dose de hipocrisia, uma vez que, como já se percebeu, do que eles gostariam mesmo era de um bocadinho de «censura», para poderem (como sempre) armar-se em vítimas e, assim, aguçar o voraz apetite das audiências. Mas não terão essa sorte!

Embora o referido projecto de lei mereça estudo profundo e atento, sobretudo para se averiguarem quais as verdadeiras intenções de um Governo que constantemente vê serem desrespeitadas as suas proclamadas intenções e directrizes nesta matéria - sendo ainda mais grave o que se passa na RTP, precisamente por estar a seu cargo o chamado «serviço público de televisão» - o «instrumento regulador» de que vos venho falar é tão simples-

com acesso às emissões por cabo tinham podido ver dois dias antes - como persistiu em transmiti-lo a horas tardias, como se costuma dizer, verdadeiramente impróprias para consumo.

Inaceitável é a despreocupação e visível irresponsabilidade com que estas decisões são tomadas, não se percebendo como é que um documentário que teve de ser comprado, traduzido e legendado a tempo e horas (e estando com certeza pronto para emissão com antecedência) só tardiamente foi anunciado para a imprensa diária.

O facto é que, novamente, os felizardos que acaso tenham reparado na alteração da programação lá tiveram de servir-se do gravador para lhes ser possível ver o programa em momento posterior e mais aceitável. Como o mesmo se terá passado em relação à notável e recente transmissão pela mesma RTP 2 da realização televisiva do «Othello», de Shakespeare, terminada a altas horas, e voltará a passar-se no próximo domingo no mesmo canal

Miami», em 28.10.96, na RTP 1; «A Última Sedução», em 28.10.96, na SIC; ou «Branco», em 13.10.96, na TVI. E esta, heim?

## Informação aos quadrinhos

Por último, um domínio da programação em relação ao qual o videogravador é cada vez mais útil é também o dos telejornais. Pela simples razão de que já lá vai o tempo em que o chamado «alinhamento» dos telejornais era algo pensado pelos editores dos mesmos com pés e cabeça. Agora, parece que é apenas pensado (e concretizado) com os pés!

Não é raro depararmos, nos dois telejornais que fazem concorrência entre si (RTP 1 e SIC, às 20 horas), com uma organização interna das notícias cuja lógica mesmo uma criança dos primeiros anos do secundário seria incapaz de congeminar. As prioridades e a importância das notícias alterou-se e degradou-se com o correr dos tempos. Agora, o que conta é o sensacionalismo, a chamada de atenção para assuntos que se pretende prendam o espectador ao ecrã logo de início, e os telejornais (e seus intervalos) são organizados não em função da importância relativa dos conteúdos mas em função do que «o outro» canal está a dar, mais parecendo que os editores de ambos os canais estão a ver o telejornal do parceiro e alteram o alinhamento consoante o que está a passar-se ao lado.

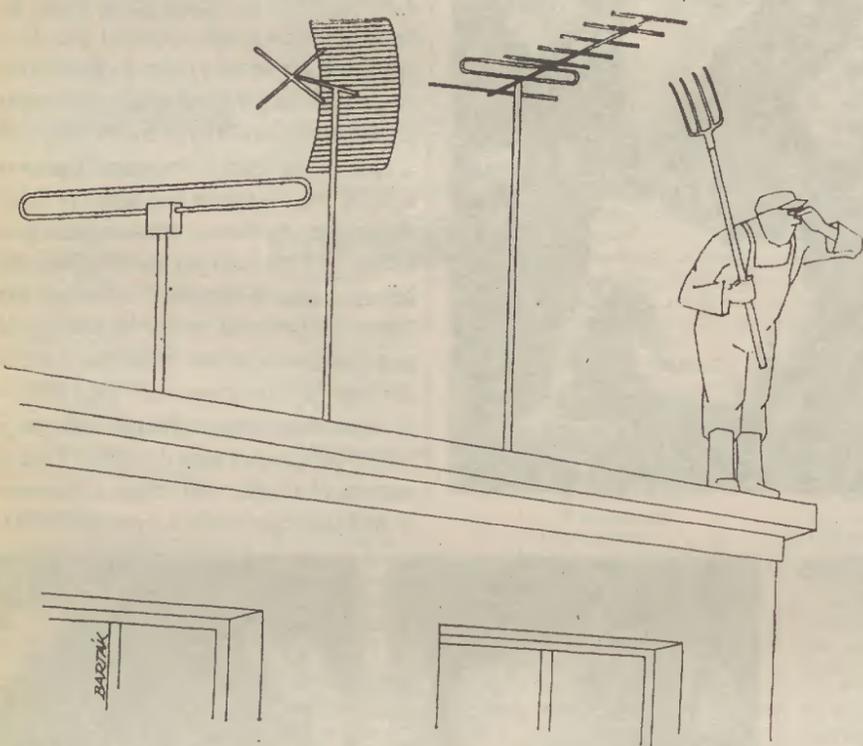
O espectador interessado pode, aliás, comprovar isto se um dia se dispuser a passar de um canal para o outro com a ajuda do telecomando. E verificará que, sendo quase inevitável que tudo comece com um crime ou um caso de «justiça popular» ou um julgamento polémico com familiares do réu a berrar fora das salas dos tribunais ou uma ocorrência aberrante que fuja à normalidade do quotidiano ou um exemplo de negligência médica ou uma série de grandes planos de toxicod dependentes a injectar-se nas veias ou um massacre na Argélia ou uma explosão em Israel, logo se seguirá a visita de um ministro a tal ou tal inauguração, entremeada com a «chicotada psicológica» de um treinador de futebol, depois misturada com a demissão de um Secretário de Estado (logo apelidada, a fingir, de «mexida governamental!»), com uma reportagem a propósito de uma qualquer decisão tomada pelo Parlamento Europeu, seguida de uma frenética ligação «em directo» ao respectivo correspondente-residente que, regra geral, repete (agora via-satélite) precisamente o mesmo que acabara de dizer na peça previamente transmitida, para tudo prosseguir com o caso de um jogador da América Latina mais uma vez apanhado nas malhas do *dopping*, a inauguração de esquadras pelo Ministro da Administração Interna e pelo

Primeiro-Ministro transportados de Norte a Sul de helicóptero ou de uma lixeira pelo Secretário de Estado do Ambiente, antecedendo uma carta ao presidente da Câmara de Fernando Pessa (tão a propósito em altura de pré-autárquicas...), sem contar com seis ou sete notícias de *fait-divers* internacionais que, sem qualquer justificação, aparecem polvilhadas e desenquadradas no meio dos «blocos» (é alculha!) das notícias nacionais! Ufff!

Perguntar-se-á: mas será que este destrambelhamento é apenas uma manifestação de incompetência? De forma alguma. Ao mesmo tempo que os operadores de televisão, na ânsia de andarem a vigiar-se e copiar-se uns aos outros, dão preocupantes sinais de incontinente falta de personalidade, na pior das hipóteses as consequências desta forma de (des)informar estão friamente previstas, uma vez que não calha nada mal, num momento de crise de valores (real ou artificialmente alimentada e promovida), aproveitar a oportunidade para fragmentar, perturbar e estilhaçar ainda mais a nossa já complexa compreensão da realidade do mundo actual (tratando-nos como se fôssemos atrasados mentais), para que tudo continue na mesma.

Por isso, cá por mim, aproveito o botão do videogravador para, tentando preservar a saúde, desandar pela cassete fora e ver, dos telejornais, apenas aquilo que me interessa e já nos querem fazer crer que é muito pouco. Interessante é surpreender-me, ultimamente, a contabilizar os ministros, secretários de Estado, directores-gerais e outros que tais, cada vez surgindo com mais frequência no pequeno ecrã, mesmo que habilmente «distribuídos» por toda esta confusão de notícias.

Ora imaginem-se, como se fazia dantes, iam pôr suas excelências todas juntas em notícias seguidas! Não, isso era no tempo da «outra senhora» - ou seja, de Cavaco, Mendes, Moniz e Cerqueira. Agora, estamos no tempo de uma «senhora» que se dizia ir ser diferente e em que as coisas se prometia virem a ser feitas de forma mais «competente» e «profissional» - o tempo de Guterres, Coelho, Furtado e Vieira... De um certo ponto de vista, ou seja, do retorcido ponto de vista dos *big brothers* que lhes determinam a vontade e o gesto, até é capaz de ser verdade!



mente uma máquina: o «videogravador». Ou seja: um modesto electrodoméstico que foi inventado para nós podermos gravar aquilo que gostássemos de conservar em arquivo (ou, na pior das hipóteses, para ver numa caixa pequena filmes que se alugam nos video-clubes, embora tenham sido concebidos e pensados para ser vistos e fruídos em comunidade frente a um ecrã grande) mas que um cada vez maior número de portugueses utiliza como instrumento de elemental preservação da sua sanidade mental e de disciplina em relação à ocupação racional do seu tempo - assim fugindo a esta nova forma de ditadura que pretende determinar os nossos comportamentos e subjugar os nossos tempos livres. Acresce que tal aparelho é essencial para coisas tão importantes como poder passar vertiginosamente por cima dos abundantes blocos de publicidade, carregando no respectivo botão, ou para poder ver a horas decentes programas bons que grelhas imaginadas por mentes aparentemente distorcidas atiram para altas horas da madrugada.

## A cultura e a arte: objectos de programação clandestina

Por exemplo, se não fosse o videogravador seria impossível a uma pessoa que trabalha e tem de levantar-se cedo (e é a maioria) ver e apreciar programas que constituem um reconfortante alimento para o espírito, ao contrário da esmagadora maioria de programas que enxameiam as nossas televisões.

Sem querer estar a repisar no mesmo assunto é impossível deixar de voltar a um tema aqui abordado na semana passada, a propósito do aniversário da morte de Maria Callas. É que tudo o que aqui dissems veio a confirmar-se, para pior: de facto, a RTP, não só apenas à última hora alterou a programação de terça-feira no sentido de ir atrás das outras televisões estrangeiras - projectando, afinal, o mesmo notável documentário «Passion Callas» que aqui considerámos o mais interessante dos seis módulos constantes da longa emissão do canal Arte que os espectadores

em relação à ópera «O Crepúsculo dos Deuses», última jornada da tetralogia «O Anel dos Nibelungos» que a RTP 2 vem transmitindo em realizações magistrais gravadas durante o festival de Bayreuth e que, mais uma vez, terminará já madrugada dentro. Até quando?

## O cinema encaixotado

Outra apreciável utilidade para o videogravador é a gravação de filmes transmitidos pela televisão. No caso da RTP 2, agora que felizmente acabaram os intervalos (e não se percebe por que razão esta benesse própria do «serviço público» não é extensível às regras internas da RTP 1, parente paupérrimo desse mesmo «serviço») trata-se da possibilidade de fazer um arquivo do que de melhor ali passa. Mas, vendo bem, não é este o sentido da utilização do videogravador em relação aos restantes canais, incluindo a referida RTP 1. Por um lado, porque a degradação da programação neste domínio o não justifica; depois porque, naqueles casos (que semanalmente se contam pelos dedos) em que os filmes mereçam ser vistos e portanto gravados (porque também transmitidos a desoras), o videogravador passa a ser um instrumento útil para galgar rapidamente por cima da publicidade dos constantes intervalos. E cuja inserção, não o esqueçamos, continua a não respeitar as normas em vigor!

Aliás, vem a propósito dizer-se que a programação cinematográfica nas várias televisões é agora já despachada de forma perfeitamente burocrática. O espectador mais desprevenido talvez tenha de vez em quando a vaga ideia de que tal ou tal filme é já passado pela enésima vez; mas talvez não se aperceba de que estas repetições são cíclicas e verdadeiramente programadas de forma maquinaal. O que é extensível a todos os canais, sem excepção.

Por exemplo, nos sete dias a que a presente edição deste jornal diz respeito (25.09.98 a 01.10.98), pelo menos três filmes em três canais diferentes foram todos eles transmitidos (num dos casos no mesmo dia!) há precisamente um ano, em Outubro de 96, a saber: «Academia de Polícia 5: Missão em

ESCAPARATE

TEATRO

Nova temporada arranca no Porto

A nova temporada teatral começou no Teatro Nacional S. João (Porto) com a estreia no passado dia 19 e manutenção do cartaz prevista até 11 de Outubro da produção conjunta deste teatro com o Teatro Nacional D. Maria II (Lisboa) da peça «Os Gigantes da Montanha», de Luigi Pirandello. Com encenação e coreografia de Giorgio Barberi Corsetti, tradução de Rita Marnoto, música de Daniel Bacalov, figurinos de Manuel Alves e José Manuel Gonçalves, direcção de imagem de Fabio Iaquone, canto e elocução de Luís Madureira, desenho de luz de Daniel Worm d'Assumpção e desenho de som de Francisco Leal, a interpretação desta peça está a cargo de Alberto Magassela, Fernanda Alves, João Grosso, João Pedro Vaz, Jorge Vasques, José Neves, Lígia Roque, Marcantonio Del-Carlo,

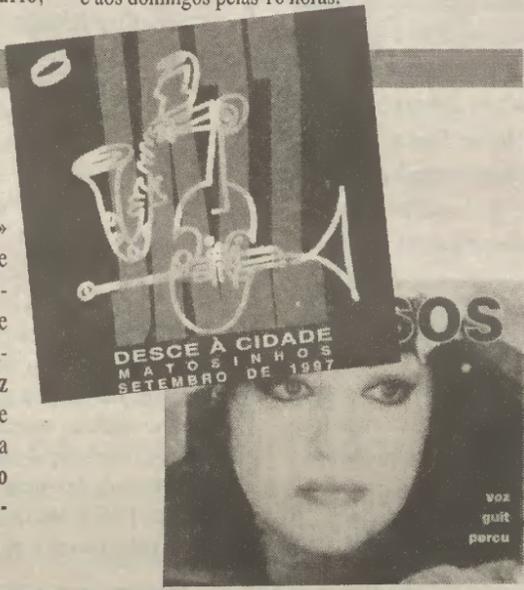


Maria Amélia Matta, Micaela Cardoso, Miguel Guilherme, Paulo Vastro e Richard Tomes. Os espectáculos realizar-se-ão de terça a sábado às 21.30 e aos domingos pelas 16 horas.

JAZZ

Continua o «Jazz Desce à Cidade»

Com actuações distribuídas pelo «B Flat» e pelo «Héritage Café» - os dois clubes de Jazz de Matosinhos - prosseguem com regularidade as actuações naqueles recintos de músicos e grupos de Jazz nacionais e estrangeiros, na iniciativa já conhecida por «O Jazz Desce à Cidade». Por exemplo, a partir de hoje e até dia 27, actuará o trio da cantora Mónica Passos, com o guitarrista Toninho Ramos e o percussionista Eduardo Carneiro.



MÚSICA

Steve Reich em Lisboa

Além da programação cultural nesta área que já aqui foi refenciada no número anterior, o destaque desta semana vai, naturalmente, para os espectáculos que serão realizados no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém nas noites de amanhã e depois (26 e 27) pelas 21.30 preenchidos com obras de um dos mais conhecidos representantes da chamada «música minimal» - Steve Reich. No primeiro concerto serão ouvidas as seguintes obras: «Nagoya Marimbas», «New York Counterpoint», «Sextet» e a versão integral de «Drumming»; no segundo



concerto ouvir-se-ão «Music For Mallet Instruments, Voices and Organ», «Six Pianos» e «Music For 18 Musicians». Participarão nos concertos 7 percussionistas, 3 pianistas, 4 cantores e, ainda, violino, violoncelo e clarinete-baixo. Como se diz no programa de apresentação, «a presença em Portugal de «Steve Reich and Musicians» na sua formação mais alargada, quase dez anos depois dos concertos na Fundação Gulbenkian, é um grande acontecimento da temporada.»

EXPOSIÇÕES

Gravura portuguesa no «Gymnásio»

Numa organização da «Gravura - Cooperativa de Gravadores Portugueses» com a colaboração do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, foi inaugurada no passado dia 16 do corrente e manter-se-á patente ao público até 18 do próximo mês de Outubro, a exposição «Históricos da Gravura» com obras da autoria de Alice Jorge, Almada Negreiros, Bartolomeu Cid dos Santos, Cipriano Dourado, João Hogan, Jorge Barradas, José Júlio, Manuel Ribeiro Pavia, Nikias Skapinakis, Rogério Ribeiro e Sá Nogueira. O horário desta exposição será, de segunda a sexta, das 13 às 20 horas e, aos sábados, das 14 às 19 horas. No quadro desta mostra realizar-se-á hoje, pelas 18 horas, na Galeria Municipal Gymnásio (onde a exposição está patente), um colóquio subordinado ao tema «Gravura» - 40 Anos de Actividade Artística, que terá como principais intervenientes o pintor Fernando Azevedo, Presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes, Gabriela Carvalho, historiadora e directora de «Gravura», o seu director técnico Júlio Cruz e o professor e pintor Rogério Ribeiro, também Director da «Casa da Cerca» e sócio fundador de «Gravura».



Exposição colectiva

Na Galeria de Arte «Óptica Conde Redondo» (R. Conde Redondo, Lisboa), é hoje inaugurada uma exposição colectiva de Emilia Mattos e Silva e João Tavares, subordinada ao título «Estados de Ser» e que se manterá aberta ao público até 11 de Outubro. Na inauguração, actuará a cravista Marta Morais Araújo. Horário: todos os dias úteis das 9 às 19 horas e aos sábados das 9.00 às 13.00.

LIVROS



Che

O novo livro - novo poema - de Manuel Alegre, recentemente dado à estampa pela Caminho, foi apresentado na passada quinta-feira, numa sessão que encheu a transbordar os salões do Palácio Galveias, em Lisboa. O prestígio do poeta bastaria. O prestígio da figura sobre a qual o poema discorre levaria também muita gente a mostrar o seu interesse. Trata-se, como disse José Saramago apresentando a obra, de «um livro de um socialista por causa de um socialista, por causa do socialismo». Ilustrou o escritor as suas considerações lendo passagens do poema. Manuel Alegre agradeceu com um texto emocionado, prestando homenagem ao guerrilheiro na pessoa da sua filha Aleida Guevara, que se encontrava presente. A mesma homenagem que o autor exprime em verso na última parte do poema: *Então é o Che. Uma estrela na testal uma insubmissão/ um foco. Um grande coração a bater em Nancahuazú. No centro do mundo. Em parte nenhuma. Em toda a parte.*



Ao Encontro dos homens

É um livro de contos, este que o autor nos enviou e com o qual Duarte da Piedade continua construindo a sua obra, ancorada na memória de uma vivência muito em Portugal, mas onde ressoam ecos de todo um mundo convulso. Um mundo que já passou mas que deixa as suas marcas e histórias como avisos à navegação que todos continuamos a fazer. Histórias como estes contos que vão ao encontro dos homens e lhes lembram as lutas que já passaram, as dores e as vitórias que se desenrolam sob as estrelas: «Repara como as estrelas partilham as nossas vidas. Como cintilam e se fazem ouvir e tocam a gente. Os tubarões deste mundo não as escutam nem sentem; mas elas estão lá, observam, são testemunhas.»



Quinto Festival Luso-Italiano Arte e Cultura

Montemor-o-Novo

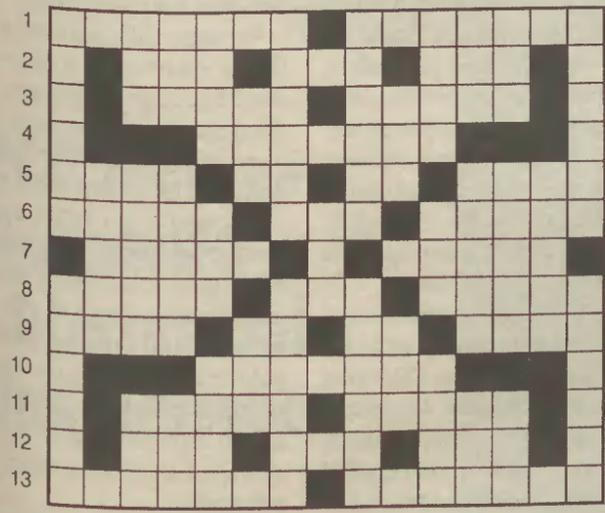
Setembro Outubro 1997

Mais uma edição de «Sete Sóis - Sete Luas»

A exemplo de anos anteriores, está mais uma vez a realizar-se desde meados deste mês, prolongando-se até Outubro, a 5ª edição do Festival Luso-Italiano de Arte e Cultura intitulado «Sete Sóis-Sete Luas», manifestação cultural de grande envergadura, numa organização conjunta da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e da Comune de Pontedera (Itália) mas cujas actividades e realizações culturais e artísticas se estendem, para além daquele país transalpino, um pouco por todo o nosso país, abrangendo mais de 40 municipalidades de Norte a Sul do país. Da riqueza do conteúdo deste festival falam centenas de espectáculos nos domínios da música, do teatro, da dança, etc., mas o espaço não chegaria para tanto. Aconselhamos o leitor a consultar informações pelo telefone (066) 891392 ou, se tiver acesso à Internet a visita do endereço <http://www.pisoft.it/7sois7luas>.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Produto natural, viscoso, que se extrai de algumas plantas, de alto valor industrial (pl.); demonstração de amor ou de benevolência. 2 - Argola; planta aromática, lenhosa na base, da fam. das labiadas, espontânea em Portugal; caixilho de madeira, ferro ou alumínio que guarnece o vão das janelas. 3 - Sacerdote budista tibetano (pl.); pedaço de madeira comprido e estreito (pl.). 4 - Torna mudo. 5 - Camada gordurosa que se forma à superfície do leite; pref. indicativo de movimento, direcção, junção, etc.; porco (prov.); o macho adulto da galinha doméstica. 6 - Mesquinha; base aérea portuguesa; fogueira funerária (pl.). 7 - Encolerizada; tratam. 8 - Empregara; oportunidade; técnica ou equipamento que serve para assinalar e localizar objetos distantes, pela reflexão de ondas hertzianas ultracurtas. 9 - Flor da roseira; Actínio (s.q.); Bário (s.q.); antiga medida de secos, correspondente ao alqueire. 10 - Carinhosa. 11 - Temperatura elevada do ar; frutos da limeira. 12 - Remoinho de água (prov.); dueto; ajuste (ant.). 13 - Resumo; curaram.

**VERTICAIS:** 1 - Torna a mastigar; líquido que é excretado pelo aparelho urinário, constituído por água com substâncias minerais e orgânicas (pl.). 2 - Advertência. 3 - Ilha do arquipélago de Cabo Verde; peso de um veículo sem carga (pl.); na companhia de. 4 - Cólera; ave trepadora; fileira. 5 - Denominação; nome de mulher, elevar. 6 - Mulher que cria uma criança alheia; patrão. 7 - Carrancudo; desperto. 8 - Epiderme, principalmente a do rosto. 9 - Momice, pequena esmola (pl.). 10 - Suf. nom., de origem latina, que ocorre sobretudo em adjectivos e exprime a ideia de semelhança; agarrei. 11 - Tabaco moído para cheirar; conjunto de duas pessoas; estimar muito. 12 - Irrita; percorrer em volta; nome de mulher. 13 - Laços apertados; lavrada; título nobiliárquico inglês. 14 - Lodos. 15 - Padroeiro (pl.); rompem.

**SOLUÇÃO:**  
 HORIZONTAIS: 1 - Resinas; carvão. 2 - Aro; fav; aro. 3 - Lamas; rpa; 4 - Etnu-dec; 5 - Nata; ad; tg; galo. 6 - Avara; ota; pira; 7 - Irada; saram. 8 - Usara; azo; rader. 9 - Rosa; Ac; Ba; rasa. 10 - Amorosa. 11 - Calor; lmas. 12 - Ota; dup; av; 13 - Sumá. 14 - Lamas. 15 - Oragos; rasgam.

VERTICAIS: 1 - Rumina; urina. 2 - Aviso. 3 - Sali; taras; com. 4 - Ira; arara; fio; saram. 5 - Nome; Ada; alar; 6 - Ama; amo. 7 - Sísido; acordo. 8 - Tez. 9 - Carata; obo-ala. 10 - Ico; asi. 11 - Rapé; part; amar. 12 - Ira; girar; Ava. 13 - Nos; arada; str. 14 - Lamas. 15 - Oragos; rasgam.

## ÚLTIMAS

ATALHE  
DE FOICE

## Tentação negreira

A tentação de plagiar Almada Negreiros é grande. Tanto mais que o Manifesto se adapta que nem uma luva à personagem. É só trocar Dantas por Jardim e dar curso à imaginação.

... «O Jardim podia ser vendedor de banha da cobra, delegado de propaganda médica, angariador de seguros, dançarino da dança do ventre, modelo da Playboy, saltador da Patagónia, representante da igreja adventista, distribuidor da tele-pizza... O Jardim podia fazer qualquer coisa menos política, que é a única coisa que ele faz. O Jardim cheira mal dos sovacos. Se o Jardim é português eu quero ser castelhana... Morra o Jardim. Morra. Pim.»

Um Manifesto anti-Dantas dos tempos modernos ficaria por certo para a história da literatura portuguesa, com a suprema vantagem de provocar as delícias dos estudantes, despertando-os da letargia que assola amiúde as aulas de Português, e prevenindo-os contra as malfetorias do caciquismo continental e insular.

O problema é que nem se encontram Almadãs ao virar das esquinas nem os problemas do País se resolvem com rimas.

O problema é que isso seria fazer o jogo mais do que viciado de Alberto João Jardim, que há muito descobriu a pólvora que lhe permite espingardear a seu belo prazer. A receita é simples: com fama e proveito de desbocado, de 'enfant terrible', Jardim não hesita em fazer figura de tonto - seja travestindo-se de baiana ou rei zulu, seja fazendo-se fotografar em cuecas - para beneficiar da impunidade concedida aos tolos. E assim diz o que quer. E assim faz o que entende. Sem outras consequências que um ou outro comentário na imprensa, como se de anedotário nacional se tratasse. Acontece porém que Jardim não é tolo nem inimputável. Acontece que Jardim ocupa um alto cargo no aparelho de Estado. Acontece que as suas palavras e os seus actos têm consequências nefastas para os interesses nacionais, em que naturalmente se incluem em primeiro lugar os interesses dos próprios madeirenses. Acontece que Jardim, como qualquer cidadão, tem direitos e deveres a cumprir e uma autoridade do Estado a respeitar.

É por isso que não se entende que Jardim ponha em causa a unidade territorial e integridade do Estado - a Madeira faria o favor de deixar que lhe pagássemos as contas para continuar a arvorar um ou outro símbolo - e siga impune.

É por isso que não se percebe que delapide o erário público - seja pagando às rádios que lhe promovam os ministros, seja custeando edições de livros de louvor a si próprio, só para citar os casos mais recentes - e siga impune.

Onde está a intervenção do Procurador da República, quando se trata dos desmandos de João Jardim?

De que estão à espera os madeirenses, a começar pelos deputados ao Parlamento Regional, para levar a sua indignação até às últimas consequências?

Que paralisia é esta que parece tolher toda a gente quando se trata do Presidente da Região Autónoma?

Quem tem medo de 'Roger' Jardim? E porquê? Será que os votos madeirenses na aprovação do Orçamento do Estado justificam o silêncio e as mãos rotas do

Governo PS no que toca aos cofres da Madeira, em flagrante contraste com o que se passa em relação aos Açores? Ou será que na colecção de cartões de visita que Jardim diz ter na gaveta há matéria

comprometedora para os principais tutores do aparelho de Estado?

Como se vê, o caso não se resolve com Manifestos. Em qualquer Estado de Direito, João Jardim é, no mínimo, um caso de polícia.

■ Anabela Fino

## Mais Lisboa inaugura sede

Uma multidão submergiu, na terça-feira passada, a bela moradia sita na esquina da Av. Praia da Vitória com a Praça do Saldanha, para assistir à inauguração do Espaço onde, a partir de agora, vai funcionar a sede de candidatura da coligação Mais Lisboa. À porta, um palhaço e dois animadores de circo indicavam aos visitantes o local onde, no interior do edifício, a cerimónia iria decorrer.

Entre as pessoas que enchem completamente o local, encontravam-se personalidades de todas as áreas: política, cultural e económica. Artistas, empresários e individualidades de todas as famílias políticas de esquerda, entre as quais se destacavam dirigentes nacionais do PCP como Jerónimo de Sousa, José Casanova, Luís Sá, Octávio Pato, Octávio Teixeira, Rosa Rábais, Carlos Brito, fizeram questão de se deslocar ao nº 12 da Praça do Saldanha para assistir à inauguração do Espaço Mais Lisboa. Na tribuna que presidiu à cerimónia encontravam-se ainda os vereadores da Câmara Municipal e o actual presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, João Amaral, de novo candidato ao cargo.

Depois de o mandatário nacional da coligação ter dito algumas palavras explicativas da cerimónia, João Soares, actual presidente da Câmara de Lisboa, que de novo se recandidata à presidência do município, proferiu uma intervenção de fundo.

Depois de um balanço à obra até agora realizada - que vai da reabilitação do património histórico a um importante conjunto de obras nas áreas do desporto, da cultura e do ambiente -, João Soares enunciou alguns dos grandes projectos que enformam o programa da Mais Lisboa. Um vasto programa no domínio da

Monsanto, a transformação do Terreiro do Paço num logradouro para usufruto das populações, a transferência da Cidade Judiciária para Chelas ou o regresso, «depois de 50 anos de indecisão», do Martim Moniz a Praça.

No campo da erradicação de barracas, João Soares deu parti-

Casal Ventoso -, onde, a par do combate à droga, a Mais Lisboa promete apoio «às vítimas do flagelo».

Referindo-se, de passagem, à candidatura de Ferreira do Amaral, o candidato à Presidência da Câmara de Lisboa considera-a uma candidatura de «ajuste de



habitação e da erradicação de barracas e integrando projectos como o «corredor verde» que ligará o Parque Eduardo VII a

cular destaque ao espaço verde que irá nascer no Bairro do Relógio, não esquecendo outro grande bairro degradado - o

contas» com os resultados eleitorais de 1995, «uma candidatura saudosista, de regresso ao passado».

O candidato enalteceu ainda a coligação constituída por PS, PCP, PEV e UDP e apoiada pelo Movimento Partido da Terra e pelo PPM.

No rés-do-chão do belo edifício com honras de prémio Valmor, um beberete aguardava os candidatos e apoiantes da Mais Lisboa.

## ORT's da Telecom manifestam-se na Bolsa

A Comissão de Trabalhadores de Portugal Telecom e os Sindicatos do sector decidiram convocar e realizar uma concentração de activistas junto à Bolsa de Valores de Lisboa no dia da

operação de Venda Pública de 26 por cento do capital da empresa detido pelo Estado.

Esta acção será precedida da divulgação pública de um documento com as principais preocupações e anseios dos trabalhadores que será entregue à Administração da empresa, e de um pedido de audiência ao ministro da Tutela, João Cravinho.

A reunião sublinhou que com a alienação de mais 26 por cento das acções o Governo «coloca nas mãos do capital o controlo das telecomunicações, alavanca fundamental para o desenvolvimento harmonioso do país». Ao mesmo tempo «abdica de lucros fabulosos tão necessários ao incremento da ciência e tecnologia,

do ensino, da cultural e do bem-estar dos portugueses».

Por outro lado, alertam as ORT's, «os privados, ao detem 75 por cento da empresa, vão querer mais e mais lucros, pondo em causa o serviço público de telecomunicações e vão procurar por todos os meios ao seu alcance dificultar o fruir pelos trabalhadores dos seus direitos e regalias». Os trabalhadores temem ainda pelo seu futuro, apesar da Administração garantir que até ao ano 2000 não se prevêem alterações à política a seguir pela empresa.

Na reunião participaram representantes do SINTTAV, STPT, SNTCT, STT, SICOMP, SNAQ, FENTCOP e STQD.

## Vigília acorrentada

Os trabalhadores da Dragapor iniciaram na segunda-feira uma greve que continuou na terça-feira com o acorrentamento de trabalhadores ao gradeamento do Ministério do Equipamento.

Esta acção visou do Governo exigir a regularização jurídica do vínculo dos funcionários da Dragapor, bem como a viabilização da empresa, cuja privatização está prevista pra 1998/99.

Recorde-se que 60 por cento dos trabalhadores da empresa

são oriundos da ex-Direcção-Geral dos Portos, tendo sido integrados na Dragapor por imposição legal, sem contudo perder o vínculo que os liga à Administração Pública.

Na sequência da acção, o Governo anunciou na terça-feira que iria regularizar a situação, criando condições excepcionais de aposentação, bem como permitindo aos trabalhadores regressar à Administração Pública, entre outras medidas.

## Staljovem inaugura monumento ao Governo

Amanhã, sexta-feira, jovens dirigentes e delegados sindicais do STAL promovem uma acção junto à Assembleia da República, durante a qual será inaugurado um «monumento ao Governo».

A iniciativa insere-se na jornada de luta a decorrer naquele dia sob o lema «Emprego Segu-

ro, respeito pelo Futuro», que tem início às 9 horas na Praça da Figueira com distribuição de folhetos à população.

De tarde, partir das 15 horas, os activistas concentram-se no Jardim das Francesinhas, onde serão feitas intervenções por dirigentes do STAL.

## Idosos reúnem parlamento

Por iniciativa do MURPI e da Inter-Reformados - as duas organizações de reformados mais importante do país, tem lugar no próximo sábado na sala do Senado da Assembleia da República o 1º Parlamento Nacional do Idoso.

Na iniciativa vão estar representados a Presidência da República, a Assembleia da República, o Governo, assim como os partidos políticos com assento parlamentar, e a CGTP-IN.

Entre os temas em debate, destacam-se a segurança social, as pensões e as dificuldades económicas da 3ª idade, os lares e centros de dia, a assistência médica domiciliária e o acesso aos medicamentos. Os reformados discutem ainda as próximas eleições autárquicas e a sua intervenção na sociedade.

